

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

KARIN ELIZABETH KRÜGER

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA

INTELECTUAL: uma proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo - Brasil.



KARIN ELIZABETH KRÜGER

**SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL:** uma proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo - Brasil.

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa DE Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre , em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de Defesa.

**Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores**

Orientador: Vagner Sérgio Custódio

ARARAQUARA – S.P.

2018

Krüger, Karin Elizabeth

Sexualidade e Deficientes Intelectuais: proposta de criação
de material didático-pedagógico para intervenção escolar
no município de Araraquara – São Paulo - Brasil. Karin
Elizabeth Krüger – Araraquara - SP
180 f : il. ; 297 cm

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia e
Ciências – Universidade Estadual Paulista, Araraquara,
2017.

1 Educação Sexual. 2. Deficientes Intelectuais. 3 . Material
didático. I. Karin Elizabeth Krüger II. Sexualidade e Deficientes
Intelectuais: proposta de criação de material didático-pedagógico
para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo
- Brasil.

KARIN ELIZABETH KRÜGER

**SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL:** uma proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo - Brasil.

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa DE Pós Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre , em Educação Sexual. Exemplar apresentado para exame de Defesa.

**Linha de pesquisa:
Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores**
Orientador: Vagner Sérgio Custódio

Data da defesa: 18/01/2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

**Presidente e Orientador: Vagner Sérgio Custódio – Professor Doutor
UNESP - ROSANA.**

**Membro Titular: Maria Regina Momesso – Professora Doutora
UNESP - BAURU.**

**Membro Titular: Valéria Cristina Gimenes Prado – Professora Doutora
EDUCAE Ribeirão Preto**

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Este trabalho eu dedicado minha filha Anna Luiza, minha mãe Elza e minha irmã Monika, que sempre me ajudaram, me apoiaram e acreditaram em mim durante todo este processo.

Quero dedicar também à toda minha família, tia Brunilde, tio André, meu irmão Rainer e tantos outros que direta ou indiretamente estiveram comigo.

Meus amigos especiais do coração, Silvanie, Evelanne, Denise, Fernanda, Jozimara, Rita, Alexandre, Junior, Sylvia, Vitor e Driely

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, amigos e pessoas que me ajudaram nesse processo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Wagner Custódio, à grande amiga e professora Dra. Maria Regina Momesso, Porf. Dra. Valeria Gimenes Prado e Prof. Dra. Denise Maria Margonari, além de todos os professores que fizeram parte da minha jornada e ficarão guardados em meu coração.

À minha turma, amigos que levarei para a vida toda:

Adalto Perpétuo Bianco
Alexandre Alberto Scabello Volpe
Ana Maura Martins Castelli Bulzoni
Clesiomar Antonio dos Santos Inácio
Denise Maria Nepomuceno Schiavon
Drielly Teixeira Lopes Silveira
Elânia Francisco Lima
Evelanne Samara Alves da Silva
Fernanda Ribeiro Pereira
Flavia Saletti Grecco Dotoli
Gabriela Natalia da Silva
Jayane Santos Guimarães
João Paulo Zerbinati
Jozimara Assunção Camilo Alves
Juliana Cristina da Fonseca Baptostini
Jurandir Ferreira de Paiva Júnior
Lorena Christina de Anchieta Garcia Pola
Luciano Corrêa Pugas Domiciano
Natalia Castelli Bulzoni
Nelma Eugenia Svizzero
Paula Camila Argenti
Rita Cassia Pereira Bueno
Silvanie Campos de Souza
Suellen Silva Rodrigues
Sylvia Maria Godoy Amorim
Sylvia Regina de Oliveira Rodrigues
Vitor Vernalho

Resumo

A expressão da sexualidade deve ser entendida como um processo amplo, natural, inherente ao ser humano e próprio de cada fase do desenvolvimento. A sexualidade é presente em todas as faixas etárias, independente de padrões de normalidade e de necessidades especiais, sejam estas físicas, mentais ou sociais . Entretanto, as crianças e jovens com deficiência intelectual (DI) necessitam, muitas vezes, de recursos diferenciados para alcançar a compreensão esperada pelos educadores. É neste sentido que este trabalho pretende atuar, levando materiais didáticos concretos e palpáveis, com linguagem acessível e interessante, para que crianças e jovens portadores de DI possam compreender, expressar e dialogar livremente sobre sua sexualidade. Mesmo com literatura abordando a problemática da sexualidade do DI, muitos pais e educadores continuam manifestando dificuldades e receios quando se fala deste assunto. Tendo em vista esta dificuldade, a qual se apresenta para a sociedade como um todo, acredita-se na importância da participação de todas as pessoas envolvidas na convivência do jovem portador de DI. Espera-se que este trabalho possa intervir positivamente na formação e capacitação dos educadores, buscando uma postura ética que valorize a pessoa em sua dimensão total. Levantou-se dados sobre os conhecimentos e as ações adotadas por educadores sobre o tema “sexualidade”, com atenção prioritária aos alunos que possuem algum tipo de (DI), regularmente matriculados em escola pública da cidade de Araraquara, SP – Brasil, através de entrevistas com a equipe gestora da Escola e as professoras do primeiro ano do ensino fundamental. Foram realizadas atividades com os alunos de primeiro ano do ensino fundamental, para compreender suas capacidades e posteriormente foi elaborado e aplicado um jogo didático com as crianças. Além disso, este jogo será doado à Instituição de Ensino, visando à orientação, aprimoramento e auxílio na formação de professores que trabalham com a educação de crianças e jovens portadores de DI. Para compreender a visão a respeito da sexualidade dos deficientes foi analisado os discursos, por meio da ótica foucaultiana na leitura das entrevistas realizadas com professores e alunos e nos registros da observação participativa durante as atividades com o material didático produzido.

Palavras – chave: Educação Sexual, Deficientes Intelectuais, Material Didático.

Abstract

The expression of sexuality must be understood as a broad process, natural, inherent to the human being, and proper to each phase of development. Sexuality is present in all age groups, regardless of normality patterns and special needs, whether physical, mental or social. However, children and young people with intellectual disabilities often need

differentiated resources to achieve the understanding expected by educators. It is in this sense that this work intends to act, taking concrete and palpable didactic materials, with accessible and interesting language, so that children and young people with ID can understand, express and freely dialogue about their sexuality. Even if the literature addresses the issue of ID sexuality, many parents and educators continue to express difficulties and fears when discussing this issue. Given that this difficulty presents itself to society as a whole, and it is believed that the participation of all the people involved in the coexistence of young people with ID, it is expected that this work can intervene positively in the formation and Educators, seeking an ethical stance that values the person in its total dimension. Data on the knowledge and actions adopted by educators on "sexuality", with priority attention to students with some type of Intellectual Disability (DI), regularly enrolled in a public school in the city of Araraquara, SP, Brazil, Through interviews with the management team of the School and the teachers of the first year of elementary school. Activities were carried out with the first-year students of elementary school, to understand their abilities and later the didactic game was elaborated and applied with the children. In addition, this game will be donated to the Teaching Institution, aiming at orientation, retraining and assistance in the training of teachers who work with the education of children and young people with ID. In order to understand the vision about the sexuality of the disabled, the discourse was analyzed through the Foucaultian view through the interview of teachers and students through participatory observation during activities with the didactic material produced.

Keywords: Sexual Education, Intellectual Disabilities, Teaching Material.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo da 1 ^a Atividade Desenvolvida	68
Figura 2	Foto da Pesquisadora em atividade na sala de aula	69
Figura 3	Foto da 3 ^a Atividade Desenvolvida	70
Figura 4	Foto dos Deveres	70
Figura 5	Foto dos Direitos	70
Figura 6	Modelo da 3º atividade	71
Figura 7	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 1	71
Figura 8	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 2	72
Figura 9	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 3	72
Figura 10	Foto da 4 ^a Atividade Desenvolvida	74
Figura 11	Modelo da 4º atividade A	74
Figura 12	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 4	74
Figura 13	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 5	74
Figura 14	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 6	74
Figura 15	Modelo da 4º atividade B	75
Figura 16	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 7	75
Figura 17	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 8	75
Figura 18	Exemplo da atividade realizada pelo aluno 9	75
Figura 19	Foto da 5 ^a Atividade Desenvolvida	76
Figura 20	Imagen do Tapete	78
Figura 21	Carta 1	79
Figura 22	Carta 2	79

Figura 23	Carta 3	79
Figura 24	Carta 4	79
Figura 25	Carta 5	79
Figura 26	Carta 6	79
Figura 27	Carta 7	80
Figura 28	Carta 8	80
Figura 29	Carta 9	80
Figura 30	Carta 10	80
Figura 31	Carta 11	80
Figura 32	Carta 12	80
Figura 33	Carta 13	81
Figura 34	Carta 14	81
Figura 35	Carta 15	81
Figura 36	Carta 16	81
Figura 37	Carta 17	81
Figura 38	Carta 18	82
Figura 39	Carta 19	82
Figura 40	Carta 20	82
Figura 41	Carta 21	82
Figura 42	Carta 22	82
Figura 43	Cronômetro	83
Figura 44	Fachada da escola	89

Figura 45	Imagen 1 do pátio da escola	89
Figura 46	Imagen 2 do pátio da escola	90
Figura 47	Imagen 3 do pátio da escola	90
Figura 48	foto 1 da pasta com o projeto e matérias a serem usados	93
Figura 49	foto 2 da pasta com o projeto e matérias a serem usados	93
Figura 50	foto 3 da pasta com o projeto e matérias a serem usados	93
Figura 51	foto 4 da pasta com o projeto e matérias a serem usados	93
Figura 52	Aplicação do jogo G1	102
Figura 53	Aplicação do jogo G1	102
Figura 54	Aplicação do jogo G1	103
Figura 55	Aplicação do jogo G1	103
Figura 56	Aplicação do jogo G2	105
Figura 57	Aplicação do jogo G2	105
Figura 58	Aplicação do jogo G3	106
Figura 59	Aplicação do jogo G3	106
Figura 60	Aplicação do jogo G4	109
Figura 61	Aplicação do jogo G4	109
Figura 62	Aplicação do jogo G4	109
Figura 63	Aplicação do jogo G4	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Fatores etiológicos da Deficiência Intelectual:	15
Quadro 2	Caracterização de Deficiência Intelectual, de acordo com DSM-V (2014)	19
Quadro 3	Noticia sobre abuso de Deficiente	47
Quadro 4	Descrição dos procedimentos metodológicos e respectivos sujeitos envolvidos.	90
Quadro 5	Transcrição de trecho 1 da entrevista	97
Quadro 6	Transcrição de trecho 2 da entrevista	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
DI	Deficiente Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
Apae	Associação de pais e amigos
DSM V	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental
AAMR	American Association on Mental Retardation
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
DM	Deficiente Mental (não se usa mais)
IE	Instituição de Ensino
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
AIDS	Acquired Immuno Deficiency Syndrome – Pessoa infectada com o vírus HIV
HIV	Human Immunodeficiency Virus

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	12
1.1 Objetivo Geral	13
1.2 Objetivos Específicos	14
2. SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
2.1 Deficiência Intelectual	15
2.2 Estigma	21
2.3 Educação Inclusiva	23
2.4 A Sexualidade em/de/para Todos	39
2.5 A Sexualidade em/de/para Deficiente Intelectual	45
3. LUDICIDADE E O BRINCAR: UMA CONSTRUÇÃO DO JOGO ME CONHECENDO?	59
3.1 Um olhar sob a teoria Vygotskyana	60
3.2 A Visão Do Brinquedo E Do Brincar Neste Processo	62
3.3 O Processo De Construção Do Jogo	66
3.4 O Jogo “Me Conhecendo	77
4. A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO: AMBIENTE, SUJEITOS E OBSERVAÇÕES	86
4.1 Ambiente	89
4.2 Sujeitos participantes	91
4.3 Material	92
4.4 Procedimento	94
4.5 Analise Preliminar Das Informações	95
5. RESULTADOS	97
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
7. REFERÊNCIA	112
ANEXOS	119
ANEXO 1 – CARTE DE RECUSA DA SECRETARIA MUNICIPAL	120
ANEXO 2 – CARTE DE ACEITE DA DIRETORIA REGIONAL	122
ANEXO 3 – PÁGINA DE ROSTO DO COMITÊ DE ÉTICA	124
ANEXO 4 – TCLE DA DIRETORA E PROFESSORAS	125
ANEXO 5 – TCLE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS	129
APÊNCLIDE	139
APÊNDICE 1 - ATIVIDADE	140
APÊNDICE 2 – PASTA COM O MATERIAL PARA CONSULTA	143
APÊNDICE 3 – CARTAS DO JOGO	149
APÊNDICE 4 - LIVRETO	160

APRESENTAÇÃO:

Sou psicóloga, formada em 2000 pela FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas em São Paulo, durante muitos anos não atuei como psicóloga, e em 2004 que comecei a minha vida profissional, primeiro em uma clínica, atendendo adultos e crianças. Posteriormente, comecei a dar aulas em pós-graduação e foi onde me encontrei profissionalmente. Amo ensinar da mesma forma que amo a Psicologia. No ano de 2011 mudei-me para o estado de Mato Grosso, lá tive a oportunidade de ministrar aulas em Faculdades, tanto pública quanto privada. Este fato acentuou e muito a minha experiência e principalmente a necessidade de buscar mais conhecimentos. Nessa época também trabalhava como consultora voluntária para a APAE de Brasnorte, auxiliando os profissionais, a diretoria e os pais das crianças, criando cursos de especialização e palestras.

Na Faculdade ministrava aulas no curso de Biologia, cuja grade curricular constava a matéria de sexualidade, mas como disciplina complementar e não obrigatória. Como considero a sexualidade um estudo fundamental, conversei com os coordenadores que me incentivaram a incluir este tema nas disciplinas. Foi só então que percebi que em nenhuma das formações que ministrava aula tinham qualquer menção à sexualidade. Ministrava aulas nos cursos de Biologia, Enfermagem, Letras, Direito, Contabilidade e Pedagogia. Então no primeiro semestre que ministrei aulas, inclui a sexualidade em todos estes cursos, porém ainda não na extensão que acreditava ser importante para a formação em todas as áreas. Esta experiência foi muito importante para a escolha do mestrado escolhido. Quando voltei para o estado de São Paulo, escolhi a cidade de Araraquara e o Mestrado em Educação Sexual. Como adquiri uma grande experiência com as crianças deficientes vi a importância de unir estes dois temas tão estigmatizados. Foi assim que nasceu o tema desta dissertação.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Ribeiro (2011) argumenta que se os estudos sobre sexualidade na população em geral encontra obstáculos para seu desenvolvimento, muito mais difícil é tratar a sexualidade das pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência, pois nossa sociedade é preconceituosa e muitas vezes cruel. Quando falamos em inclusão social as questões sexuais ficam exclusas. A sexualidade é escondida e reprimida e as tentativas de torná-las visíveis são desvalorizadas e os indivíduos com deficiência, na maioria das vezes, são considerados assexuados.

Nos últimos anos, mudanças importantes nas políticas e atitudes públicas resultaram em melhores oportunidades para as pessoas com deficiências físicas e mentais. Atualmente, as pessoas com deficiência podem assumir seu lugar de direito na sociedade como iguais aos de pessoas sem deficiência. Infelizmente, os comportamentos sociais mudaram muito pouco no que diz respeito à sexualidade da pessoa com deficiência. Ainda hoje, muitas pessoas se recusam a reconhecer que todas as pessoas têm sentimentos sexuais, necessidades e desejos, independentemente das suas capacidades físicas e/ou intelectuais (Keshave Huberman, 2006; Volokh, 2014).

Mesmo com uma forte política de inclusão social das pessoas com deficiências nas escolas, a falta de informação e de diálogo entre os educadores sobre a sexualidade de crianças e jovens com deficiências incluem esses indivíduos em situação de desvantagem, gerando diversos tipos de constrangimento, ou mesmo expondo-os a abusos sexuais, uma vez que eles próprios não conseguem reconhecer se estão se comportando de forma inadequada ou sofrendo algum tipo de abuso (Keshave Huberman, 2006; Almeida, 2010; Katalinić e col., 2012; Volokh, 2014).

A educação sexual deve conter informações sobre as dimensões biológicas e socioculturais da sexualidade, incluindo domínios cognitivos, afetivos e comportamentais. No entanto, são poucos os programas educacionais que existem atualmente com tais objetivos, não só para o jovem com deficiência, mas também para a população em geral (Almeida, 2010; Katalinić e col., 2012;).

Brincar é importante em todas as fases da vida, mas na infância é ainda mais essencial: não é apenas um entretenimento, mas também, aprendizagem. A criança, ao brincar, expressa sua linguagem por meio de gestos e atitudes, os quais estão repletos de significados, visto que ela investe sua afetividade nessa atividade. Por isso a brincadeira deve ser encarada como algo sério e fundamental para o desenvolvimento infantil. (Rolim, 2008) Justamente por este motivo optou-se por utilizar um jogo, que é uma das melhores formas de atingir tanto as crianças “normais”, quanto às crianças DI em um objetivo comum.

1.1.Objetivo Geral

Pretende levantar dados sobre os conhecimentos e as ações adotadas por educadores sobre o tema “Sexualidade”, com atenção aos alunos que possuem algum tipo de Deficiência Intelectual (DI), regularmente matriculados em Escola Pública da cidade de Araraquara, SP – Brasil. Além disso, propõe-se a criar material didático-pedagógico: uma apostila e um jogo didático. Esses produtos pedagógicos serão distribuídos na instituição pesquisada, visando à orientação, aprimoramento e auxílio na formação de professores que trabalham com a educação de crianças e jovens portadores de DI.

1.2.Objetivos Específicos

- Identificar, junto aos profissionais de educação da Instituição de Ensino (IE), a existência e de que forma são realizadas as aulas de educação sexual das crianças e adolescentes e, em especial, observar a participação das crianças e adolescentes com DI nessas aulas;
- Elaborar material didático e/ou informativo sobre sexualidade, apropriado para crianças e adolescentes com DI, a ser trabalhado em sala de aula;
- Realizar um treinamento junto aos profissionais da área da educação da(s) IE(s) selecionada(s), contendo assuntos relevantes ao tema “Sexualidade do Deficiente Intelectual na Adolescência”;

2. SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 Deficiência Intelectual

Segundo Almeira (2007) deficiência intelectual ou atraso mental é um termo utilizado quando uma pessoa apresenta certas limitações no seu funcionamento mental e no desempenho de tarefas como as de comunicação, cuidado pessoal e de relacionamento social. Estas limitações provocam uma maior lentidão na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. As crianças com atraso cognitivo podem precisar de mais tempo para aprender a falar, a caminhar e a aprender as competências necessárias para cuidar de si, tal como vestir-se ou alimentar-se com autonomia. É natural que enfrentem dificuldades na escola. No entanto, aprenderão, mas necessitarão de mais tempo. (Almeida, 2007).

Quadro 1 - Fatores Etiológicos da Deficiência Intelectual:

Fatores genéticos	<p>Monogênicos: 1 a 2% dos nascidos vivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Herança dominante: Neuroectodermatoses (Esclerose tuberosa, Angiomatoses cerebrais, Deficiências mentais com alterações ósseas, Disostose craniofacial, Oligofenia com acrocéfalo, Oligofenia com aracnodactilia, Oligofenia com discondroplasia). • Herança recessiva: Distúrbio de metabolismo lipídico (Idiota amaurótica, Doença de Bielschowsky-Jansky, Doença de Spielmeyr-Vogt, Doença de Kufs, Doença de Normann-Wood, Síndrome de Niemann-Pick, Doença de Gaucher); Distúrbio do metabolismo de mucopolissacarídeo (Doença de Hurler, Doença de Morquio, Doença de Scheie, Doença de Sanfilipo, Doença de Matoteaux); Distúrbio do metabolismo glicídio (Glicogenose, Galactosemia); Distúrbios de metabolismo protídico (Fenilcetonúria, Doença do carope de bordo, Cistationinuria, Doença de Wilson, Doença de Hartnup); Outras formas (Microcefalia familiar, Doença de Sjögren-Larson, Síndrome de Laurence Moon).
--------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Herança ligada ao sexo: Doença de Hunter, Doença de Pelizaeus Merzbacher, Fatores genéticos ligados a vários genes, Fatores cromossômicos. ü Anomalias de número de cromossomos somáticos: Trissomia do 21 (Síndrome de down), Trissomia do 18 (Síndrome de Edward), Trissomia do 13-15 (Síndrome de Patau). • Anomalias do número de cromossomos sexuais: Síndrome de Klinefelter, Microcefalia com malformações múltiplas e criotorquidio (Cariótipo XXY), Disgenesia gonádica e oligofrenia (Síndrome de Turner), Superfêmea (Cariótipo XXX).
Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Fatores pré-natais: • agentes infecciosos (citomegalovírus, toxoplasmose congênita, rubéola congênita, lues, sífilis congênita, varicela); • Fatores nutricionais; • Fatores físicos: radiação; • Fatores imunológicos; • Intoxicações pré-natais (álcool e drogas, gases anestésicos, anticonvulsivantes); • Transtornos endócrinos maternos: diabetes materna, alterações tireoidianas; • Hipóxia intra-uterina (causada por hemorragia uterina, insuficiência placentária, anemia grave, administração de anestésicos e envenenamento com dióxido de carbono). • Fatores perinatais: • Anóxia neonatal; • Traumatismo obstétrico (distócicos de parto com hipoxemia ou anoxemia); • Prematuridade (anóxia, hemorragia cerebral). • Fatores pós-natais: • Infecções: meningoencefalites bacterianas e as virais principalmente por herpesvírus; • Traumatismos crânio- encefálicos; • Alterações vasculares ou degenerativas encefálicas; • Fatores químicos: oxigênio utilizado na encubadeira; • Intoxicação pelo chumbo; • Fatores nutricionais: graves condições de hipoglicemia, hipernatremia, hipoxemia, envenenamentos, estados convulsivos crônicos.
Multifatorial	Causas desconhecidas (28 a 30% dos casos)

Fonte:

http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP_Arquivos/PessoascomDeficiencia/FatoresEtiologicosdaDeficienciaMental.pdf. acesso em: 4 de junho de 2017.

A deficiência intelectual não é uma doença contagiosa. Não pode ser contraída a partir do contágio com outras pessoas, nem com o convívio de pessoa com deficiência intelectual e não provoca qualquer prejuízo em pessoas que o não o sejam. O atraso cognitivo não é uma doença mental (sofrimento psíquico), como a depressão, esquizofrenia, por exemplo. Não sendo uma doença, também não faz sentido procurar ou esperar uma cura para a deficiência intelectual. A grande maioria das crianças com deficiência intelectual consegue aprender a fazer muitas coisas úteis para a sua família, escola, sociedade e todas elas aprendem algo para sua utilidade e bem-estar da comunidade em que vivem. Para isso precisam, em regra, de mais tempo e de apoio para lograrem sucesso. (Almeida, 2007)

As crianças com deficiência leve apresentam desempenho pouco diferenciado em relação às crianças da sua idade, podendo enriquecer sua aprendizagem através do convívio com outras crianças, que representam modelos, e podem realizar trocas cognitivas. É uma área considerada por muitos professores de difícil atendimento quanto à inclusão no ensino regular, dessa forma, muitas barreiras devem ser enfrentadas para que o professor sinta-se desafiado à avançar, é uma área que contempla muitos alunos para atendimento. A realização da avaliação psicopedagógica no contexto escolar dará o subsídio necessário e indicará caminhos para o atendimento. Essa avaliação é realizada no contexto escolar. O atendimento educacional e apoio especializado do aluno ocorre preferencialmente na sala comum, onde esse aluno é atendido também em horário inverso na sala de recursos multifuncional do tipo I, que se encontra na educação básica (Ensino Fundamental e Médio) e na Educação de Jovens e Adultos — EJA. (Vagula & Vedoato, 2014)

Muitas vezes é mesmo difícil distingui-las de outras crianças com problemas de aprendizagem sem deficiência intelectual, sobretudo nos primeiros anos de escola. O que distingue umas das outras é o fato de que a pessoa com deficiência intelectual não deixa de realizar e consolidar aprendizagens, mesmo quando ainda não possui as competências adequadas para integrá-las harmoniosamente no conjunto dos seus conhecimentos. Crianças com atraso no desenvolvimento são diferentes, para os DI o aprendizado resulta não um atraso simples que o tempo e a experiência ajudarão a compensar, mas um processo diferente de compreender o mundo. Essa compreensão do mundo não deixa, por isso, de ser inteligente e mesmo muito adequada à resolução de inúmeros problemas do cotidiano. É possível que as suas limitações não sejam muito visíveis nos primeiros anos da infância. Mais tarde, na vida adulta, pode ocorrer que consigam levar uma vida bastante independente e responsável. Na verdade, as limitações serão visíveis em função das tarefas que lhes sejam pedidas. Destes, 13% terão muito mais dificuldades na escola, na sua vida familiar e comunitária. Uma pessoa com atraso mais severo necessitará de um apoio mais intensivo durante toda a sua vida. Todas as pessoas com deficiência intelectual são capazes de crescer, aprender e desenvolver-se. Com a ajuda adequada, todas as crianças com DI podem viver de forma satisfatória a sua vida adulta. (Almeida, 2007)

Pessoas com deficiência (cognitiva, motora, sensorial ou psiquiátrica) têm sido ao longo da história, e ainda hoje, vítimas de discriminação e privadas dos seus direitos humanos básicos, tanto no setor público, como nas esferas privadas da vida. Segundo a Associação Americana de Retardo Mental (AAMR) e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), Deficiência Intelectual ou Deficiência Mental (DM – como não é mais chamada) é o estado de redução do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, associado às limitações de pelo menos

dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade em comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho (Denari, 2002; AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V**, 2014).

A deficiência intelectual (Quadro 2) é caracterizada na prática por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, que é o valor médio apresentado pela população em geral. Especificamente, na Deficiência Intelectual, a pessoa apresenta um atraso no seu desenvolvimento, dificuldades para aprender e realizar tarefas do dia a dia e interagir com o meio em que vive. Ou seja, existe um comprometimento cognitivo, que acontece antes dos 18 anos, o qual prejudica suas habilidades adaptativas (Katalinić e col., 2012).

Quadro 2: Caracterização de Deficiência Intelectual, de acordo com DSM-V (2014)

Nome da Síndrome	Característica
Síndrome de Down	alteração genética que ocorre na formação do bebê, no início da gravidez. O grau de deficiência intelectual provocado pela síndrome é variável, e o coeficiente de inteligência (QI) pode variar e chegar a valores inferiores a 40. A linguagem fica mais comprometida, mas a visão é relativamente preservada. As interações sociais podem se desenvolver bem, no entanto podem aparecer distúrbios como hiperatividade, depressão, entre outros.
Síndrome do X-Frágil	alteração genética que provoca atraso mental. A criança apresenta face alongada, orelhas grandes ou salientes, além de comprometimento ocular e comportamento social atípico, principalmente timidez.
Síndrome de Prader-Willi	o quadro clínico varia de paciente a paciente, conforme a idade. No período neonatal, a criança apresenta severa hipotonía muscular, baixo peso e pequena estatura. Em geral a pessoa apresenta problemas de aprendizagem e dificuldade para pensamentos e conceitos abstratos.
Síndrome de Angelman	distúrbio neurológico que causa deficiência intelectual, comprometimento ou ausência de fala, epilepsia, atraso psicomotor, andar desequilibrado, com as pernas afastadas e esticadas, sono entrecortado e difícil, alterações no comportamento, entre outras.
Síndrome Williams	alteração genética que causa deficiência intelectual de leve a moderada. A pessoa apresenta comprometimento maior da capacidade visual e espacial em contraste com um bom desenvolvimento da linguagem oral

	e na música.
Erros Inatos de Metabolismo (Fenilcetonúria, Hipotireoidismo congênito etc.)	alterações metabólicas, em geral enzimáticas, que normalmente não apresentam sinais nem sintomas sugestivos de doenças. São detectados pelo Teste do Pezinho, e quando tratados adequadamente, podem prevenir o aparecimento de deficiência intelectual. Alguns achados clínicos ou laboratoriais que sugerem esse tipo de distúrbio metabólico: falha de crescimento adequado, doenças recorrentes e inexplicáveis, convulsões, atoxia, perda de habilidade psicomotora, hipotonía, sonolência anormal ou coma, anormalidade ocular, sexual, de pelos e cabelos, surdez inexplicada, acidose láctea e/ou metabólica, distúrbios de colesterol, entre outros.

Fonte: AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V**

É necessário mostrar a sociedade o imenso abismo que existe entre as leis e tentativas não governamentais em incluir o deficiente na sociedade e a realidade, onde não vemos os deficientes ativamente nas práticas culturais, religiosas, artísticas, étnicas, escolares, trabalhistas e em diversos outros setores da sociedade.

Quanto a afetividade a pessoa com deficiência costuma ter uma grande dependência afetiva e comportamental com relação a outras pessoas. Tal dependência é a herdeira ou, mais do que isso, a forma duradoura do apego, um vínculo primordial nos primeiros anos da infância, vínculo este estabelecido antes de tudo com a mãe e depois com outras figuras adultas protetoras. [...]. Os sujeitos com deficiência mental manifestam apegos de modos variados, geralmente em formas mais infantis que as correspondentes à sua idade cronológica. Assim, são mais dependentes em seu comportamento e em suas relações como também em seus afetos, nos diversos aspectos da vida e de sua conduta; e, além disso, na idade adulta, em grau superior a outras pessoas (Fierro, 2004, p. 199).

Muitas pessoas confundem a deficiência Intelectual com Transtornos Globais do Desenvolvimento — TGD. Assim, esta área abrange alunos com autismo, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Invasivo sem outra especificação. O termo Transtornos Globais do Desenvolvimento

apareceu pela primeira vez na década de 60, a partir dos estudos de Rutter Cohen. O TGD se manifesta na escola por meio de comportamentos diversos e inapropriados, sendo um desafio para o processo de inclusão, em que diante do desconhecimento das características desses alunos, muitas escolas buscam ajustar esses alunos a padrões predeterminados. Precisa-se avançar em termos de diagnóstico, diante da possibilidade de encaminhamento à sala de recursos. (Belisário Filho & Cunha, 2010).

2.2 O Estigma

Para que se compreenda a questão do estigma, Goffman (1988), por exemplo, resgata elementos históricos do período da Grécia antiga: onde os indivíduos como, por exemplo, prostitutas, ex-presidiários, e outras pessoas tidas como sendo “inferiores” eram marcadas em seus corpos normalmente com marcas a ferro. A essas marcas dava-se o nome de estigma e, servia para avisar o restante da população, para que não tivesse nenhum tipo de relação com aquelas pessoas, as quais socialmente possuíam um “status social inferior”.

Sendo possível distinguir três tipos de estigmas nitidamente diferentes até os dias atuais. Em primeiro lugar, há abominações no corpo, as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, paixão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Por ultimo, o autor aponta os

estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (Goffman, 1988, p. 32).

Custódio (2002) mostra que o estigma ainda está presente em nossa sociedade, não como forma de marca física, mas sim, como forma de segregação social à determinados grupos julgados pela sociedade como sendo inferiores e de um baixo status social e capacidade de produção. É importante entender como esse processo de estigmatização se processa, ao se observar os grupos citados nota-se que são de uma maneira ou de outra grupos considerados “*diferentes*”, por apresentarem desvios seja na esfera física, moral ou social. Isso força a coletividade a mudar de atitudes frente a determinados hábitos e valores que estão arraigados a sua vida cotidiana.

Como essas mudanças trazem um relativo incômodo social, o mecanismo de defesa que a coletividade se utiliza é julgar esses grupos, aplicando-lhes rótulos e preconceitos, levando-os a estigmatização e consequente exclusão do convívio social, nas relações de trabalho e de lazer. O mais grave, é que as pessoas estigmatizadas, incorporam esse julgamento social que lhes é aplicado, levando-os a um rebaixamento em sua auto-estima, provocando a apatia e acomodação a esse sistema que afeta diretamente a sua qualidade de vida. (Custódio, 2002).

No caso das pessoas com DI o estigma lhe é atribuído desde o momento em que se nota algo de diferente na mesma. Há uma prática discursiva acerca do DI que já se tornou natural dentro da sociedade, constituindo “o diferente” em uma marca negativa.

Segundo Lustosa e Santos (2013) o lugar social da pessoa deficiente intelectual no Brasil é estigmatizado histórica, cultural e socialmente, os autores comprovam essa afirmação com um trabalho de análise dos selos que retrataram esses sujeitos e sua condição histórica, no intuito de promover o debate da inclusão das pessoas com DI na sociedade contemporânea.

Historicamente a atitude de rejeição à diferença, ainda manifestada em relação às pessoas com deficiência encerra, a princípio a idéia de indivíduos padrão, criado para diferenciar o “normal” do “anormal”. Esse foi o mecanismo para identificar e classificar os indivíduos desviantes desse modelo de homem “ideal”, uma “invenção” da modernidade que traz o ranço da segregação: produz-se então, a institucionalização da diferença. (Foucault, 1999)

Faz-se necessário propor reflexões imprescindíveis à discussão dos pressupostos que ainda legitimam ações sociais destinadas a esses sujeitos. Demonstrando falta de condições para evolução, a qual impossibilita o indivíduo deficiente de manifestar qualquer tipo de assimilação e de desenvolvimento humano e, consequentemente, social. Com efeito a deficiência ainda é vista, por alguns, de maneira pejorativa, com noção de desvio de anormalidade.

2.3 Educação Inclusiva

Toda criança com necessidades educacionais especiais é um ser social, com sua história e genética próprias, dotada de potencialidades; assim, recebe do meio onde vive, familiar e social, diversas influências e sua interação com o ambiente é sempre única. Quanto aos termos empregados na Educação Especial, segundo Godoy (2002), até 1980 o termo utilizado era excepcional, pelo simples fato de necessitarem de

condições especiais para que a aprendizagem se efetivasse. O termo “aluno com necessidades educacionais especiais” surgiu mais tarde, em 1994. A deficiência pode ser classificada em adquirida ou congênita; vamos agora conhecer algumas causas das deficiências. Elas podem ser classificadas em pré-natais, perinatais, e pós-natais. As causas pré-natais ocorrem antes do nascimento ou durante o período de gestação. (Vagula & Vedoato, 2014)

A inclusão escolar é um fenômeno bastante discutido, especialmente com base nos benefícios concretos aos alunos com necessidades especiais. Está fundamentado como uma opção ideológico-cultural em favor de minorias, na exigência social e econômica de outorgar igualdade de oportunidades as pessoas que, presentes em um sistema especializado, acabam por ser socialmente excluídas (Salamanca - UNESCO, 1994; Denari, 2008).

[...] promover o acesso à escola regular de todas as crianças, sem discriminações, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, sendo que pela proposta, as escolas especiais ou classes especiais, devem ser destinadas, somente em casos pouco frequentes, nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não irá atender às necessidades educativas ou sociais das crianças, ou quando necessário para o bem-estar da criança com deficiência e das demais crianças. (UNESCO, 1994, p. 12).

A inclusão, em todo o sistema educativo, é necessária e indispensável; contudo, a realidade ainda é cercada de preconceito e discriminação, levando gestores a diferentes leituras desse processo, pois a escola regular não foi planejada para atender as diferenças. Alunos que convivem com crianças especiais apresentam atitudes mais favoráveis de aceitação. Em relação aos professores, percebemos que o assunto ainda é envolto, em muitos casos, de preconceito ou discriminação e que algumas deficiências são menos aceitas que outras, como o caso da deficiência intelectual. O projeto de inclusão escolar precisa ser assumido por todos, levando-os a repensar suas concepções para impulsionar novas possibilidades. A ação da escola precisa ser orientada pelos interesses e capacidades das crianças, contribuindo para o estabelecimento de um clima harmonioso, no qual o professor possa exercer sua prática, atendendo o ritmo biológico de cada um. (Vagula & Vedoato, 2014)

Cabe lembrar, que independente do contexto, a inclusão precisa acontecer, para que as crianças possam aprender com seus pares e atingir seu pleno desenvolvimento. A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais não se faz por uma resolução ou decreto, mas com mudanças de atitudes, de concepções e compromissos do nosso papel transformador, considerando que a presença dessa criança especial na classe comum é proveitosa. A meta principal é minimizar as dificuldades que impedem sua participação na sociedade. (Vagula & Vedoato, 2014)

Segundo Figueiredo (2010), uma escola para todos implica mudanças nas concepções pedagógicas que “[...] resultem em ações que privilegiem atenção à diferença e à diversidade” (Figueiredo, 2010, p. 11). Ao organizar o processo ensino e aprendizagem é ponto básico a organização da proposta curricular e das práticas desenvolvidas no interior dessa escola, sendo necessário o “[...] reconhecimento das diferentes situações sociais, cognitivas e culturais existentes na sala de aula”

(Figueiredo, 2010, P. 11). As autoras esclarecem ainda que a escola tem dificuldade de lidar com toda essa diversidade, para transformá-la em espaço de socialização, vivências e de interações que contribuam para a construção de saberes. Nessa perspectiva, Figueiredo, defendem a educação interativa como caminho para “[...] fortalecer a cooperação, a construção e a partilha dos resultados de suas práticas, pois toda situação de ensino proposta de forma unitária para um grupo de alunos é inadequada para uma parcela deles” (Figueiredo, 2010, p. 18). Uma proposta de ensino que atenda as diferenças deve “[...] levar em conta as características dos alunos respeitando o seu estilo de aprendizagem, ritmo, nível de desenvolvimento intelectual, características do funcionamento cognitivo, além de seu desenvolvimento afetivo-social” (Figueiredo, 2010, p. 19). Nesse sentido, as autoras enfatizam as culturas colaborativas, como caminho para repensar o individualismo e contribuir a aprendizagem coletiva. O ingresso da criança com necessidades educativas especiais envolve o preparo de toda a comunidade escolar para receber essa criança e a conscientização quanto à educação que promova a aprendizagem de todos, os pais devem ser considerados fundamentais no processo de inclusão e necessitam de apoio também.

Estudos de Omote revelam que já no século passado (1995), registrava-se que a aprendizagem do aluno com deficiência podia apresentar melhores resultados quando este estava inserido nas classes regulares. Até certo ponto esta proposta foi bem aceita pela comunidade acadêmica e científica, pois tem como objetivo, diminuir o desvio social entre os portadores de deficiência e dar relativo ajuste ao padrão de normalidade. Consequentemente, diminuindo os efeitos do julgamento social, que traz a rotulação, o preconceito e o estigma. Este julgamento social desfavorável coloca os indivíduos com necessidades especiais numa condição de status inferior e de descrédito social. Nesta

perspectiva Goffman afirma que o aluno da classe especial é estigmatizado, isto é, recebe um atributo negativo fruto das relações previamente estabelecidas. (Goffman 1988, Omote, 1995 e Custódio, 2002;)

Trajetória histórica da Educação Especial mostra os caminhos percorridos pela Educação Especial, a fim de que possa situá-lo em relação aos principais acontecimentos históricos que marcaram sua evolução, dos seus primórdios até os dias de hoje. Dessa forma, procura-se registrar como ocorreu o atendimento às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais — NEE. Percebe-se a dificuldade da sociedade em lidar com o diferente e aceitar a criança com necessidades educativas especiais na escola regular; tal fato pode ser observado entre diferentes povos, culturas, etnias, independentemente do nível socioeconômico-cultural. A deficiência foi representada ao logo da história; por longo tempo as representações sociais foram marcadas pela exclusão do diferente, levando-os a marginalização e segregação. Acompanhando a evolução da Educação Especial do paradigma da segregação ao paradigma da educação inclusiva, percebe-se a necessidade de refletir, de posicionar-se diante dos desafios de construir uma escola inclusiva, aberta a todos, garantindo a permanência do aluno com sucesso e a sua conclusão. (Vagula & Vedoato, 2014)

Mazotta (1996) apresenta em seu livro o primeiro registro sobre Educação Especial em 1620, pelo Francês Jean-Paul Bonet; posteriormente, a primeira instituição para cegos foi aberta em Paris no ano de 1784, onde registros comprovam que na época, Paris contava com instituição para surdos desde 1770. (Vagula & Vedoato, 2014)

No Brasil a educação especial têm seu ponto inicial no século XIX, baseados em modelos europeus e americanos que culminaram, na cidade do Rio de Janeiro, no surgimento do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, criado em 1854 por D. Pedro II, o

qual permanece, ainda hoje, conhecido por Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos, Instituto Nacional de Educação de Surdos, criado em 26 de setembro de 1857, na cidade do Rio de Janeiro (LEMOS, 1981). No Império, os deficientes mentais passam a ser atendidos em hospitais; como exemplo disso, pode-se destacar, em 1874, o Hospital psiquiátrico da Bahia (BUENO, 1993). Em 1874, surge o primeiro hospital que atendia alunos deficientes, o Hospital Juliano Moreira em Salvador (Godoy, 2002, citado por Vagula & Vedoato, 2014)

No Brasil República, os alunos com deficiência eram considerados seres incapazes, não tinham acesso à educação, sendo tratados com muita indiferença; nesse período encontramos registros de internação psiquiátrica para deficientes mentais (MAZZOTA, 1996). “A concepção de deficiência predominante era a de que se tratava de uma doença, em geral atribuída à sífilis, à tuberculose, às doenças venéreas, à pobreza e à falta de higiene”. A Educação Especial assume o caráter assistencialista, voltado para a caridade por meio do atendimento em asilos e manicômios.(citado por Vagula & Vedoato, 2014)

Com o Centro Espírita “Cosmopolita” impulsionado por interesses políticos, surgem diversos internatos voltados para a Educação Especial, com base em modelo europeu, com finalidade voltada para a integração da pessoa com deficiência e preparação para o mundo do trabalho. A história registrou o fracasso do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, por motivos financeiros, morais e disciplinares. Dois fatores podem ser citados como justificativa para tamanha diferença: primeiramente, a falta de espaço no mercado de trabalho para esse tipo de população; Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas já que a exportação de monocultura caracterizava o mercado da época. O outro fator nos remete ao caráter assistencialista que, ao longo da história, sempre se fez presente de modo marcante na educação da pessoa com

deficiência em nosso país. Com a proclamação da República Federativa do Brasil, foi constituído um novo regulamento com diversas reformulações para o instituto; o objetivo era possibilitar o encaminhamento dos alunos com deficiência visual à sociedade, após a conclusão do curso (Lemos, 1981). No contexto da segregação, no ano de 1911, foi criado em São Paulo, o Serviço de Higiene e Saúde Pública, dedicado à criação de classes especiais e formação de professores.(citado por Vagula & Vedoato, 2014)

Posteriormente, em 1917, ocorre a seleção das pessoas com necessidades especiais pelo Serviço Médico-Escolar, que se responsabilizava não só pela classificação, mas por relatórios que demonstravam suas necessidades preocupando-se em formar o professor para atuar junto a esses alunos. Surgiram escolas dedicadas à Educação Especial, ao mesmo tempo em que a preocupação com a deficiência intelectual aumentava; então, em 1903, foi criado o Pavilhão Bourneville, e o Pavilhão de Menores do Hospital Juqueri, em 1923 (Pessotti, 1975). Em 1920, com a criação, em Canoas (RS), da Sociedade Pestalozzi, ocorre a preocupação com o deficiente intelectual, assim, surgem as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAEs (Lemos, 1981). No Rio de Janeiro, em 1924, surge a União dos Cegos do Brasil, em 1929, o Instituto Padre Chico em São Paulo e o Sodalício da Sacra Família no Rio de Janeiro; surge também em São Paulo o Instituto Santa Therezinha, mais uma instituição para surdos (BRASIL, 1975). A partir daí ocorre a expansão do atendimento no país; são criadas entidades privadas e de caráter filantrópico-assistencial. A quase totalidade dessas instituições, na maior parte das vezes ligadas a ordens religiosas, revestia-se de caráter filantrópico-assistencial, contribuindo para que a deficiência permanecesse no âmbito da caridade pública e impedindo, assim, que as suas necessidades se incorporassem no rol dos direitos de cidadania (Bueno, 1993, p. 90).

Entre 1930 e 1940, ampliou-se consideravelmente o número de instituições dedicadas ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais (Bueno, 1993). Ampliou-se também no Brasil o atendimento à deficiência mental e se destacaram as seguintes instituições: Sociedades Pestalozzi de Minas Gerais (Belo Horizonte, 1932), do Brasil (Rio de Janeiro, 1945) e do Estado do Rio de Janeiro (Niterói, 1948); Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz (São Paulo, 1936), Escola Especial Ulisses Pernambucano (Recife, 1941), Escola Alfredo Freire (Recife, 1942), Instituição Beneficente Nossa Lar (São Paulo, 1946), Escolinha de Arte do Brasil (Rio de Janeiro, 1948) e Escola Professor Alfredo Duarte (Pelotas, 1949) (BRASIL, 1975). (citado por Vagula & Vedoato, 2014)

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular (Januzzi, 2004, p. 34). A ampliação também diz respeito à deficiência visual, onde se destacam os Institutos de Cegos do Recife (1935), da Bahia (1936), São Rafael (Taubaté/SP, 1940), Santa Luzia (Porto Alegre/RS, 1941), do Ceará (Fortaleza, 1943) da Paraíba (João Pessoa, 1944), do Paraná (Curitiba, 1944), do Brasil Central (Uberaba/MG, 1948) e de Lins (SP, 1948). A Associação Pró-Biblioteca e Alfabetização para Cegos (São Paulo, 1942) e a União Auxiliadora dos Cegos do Brasil (Rio de Janeiro, 1943) e, em 1946, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Para a deficiência física surgiu o Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de Misericórdia, Lar Escola São Francisco e a Escola Nossa Senhora de Lourdes. Em

relação à deficiência auditiva, o Inês, de Belo Horizonte, é o único a surgir em 1947 (BRASIL, 1975). Mendes (2010) relata a expansão para o atendimento de alunos com deficiência mental, de 1950 a 1959; em 1958 registra-se também o apoio técnico-financeiro do governo federal às instituições especializadas e secretarias de educação. A história registra também que entre 1957 e 1993, o governo federal assume o atendimento aos alunos especiais; surgem assim, diversas campanhas (Godoy, 2002). Posteriormente, para a deficiência auditiva foram criadas as seguintes instituições: em Curitiba, a Escola Epheta (1950); em Recife, o Instituto Domingos Sávio (1952); a Escola Santa Cecília, no Rio de Janeiro (1957); em São Paulo, Instituto Educacional São Paulo (1958); no Rio de Janeiro, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes (1959); em São Paulo, o Instituto Dona Conceição (1960); na cidade de Fortaleza, o Instituto Cearense de Educação de Surdos (1968); e em Salvador, a Escola Santa Maria (1970) (BRASIL, 1975). Para a deficiência visual as instituições que se destacaram foram: a Escola Louis Braille, de Pelotas (1952), o Instituto de Educação e Assistência aos Cegos do Nordeste (1963), a Escola de Cegos do Maranhão (1964) e a Associação dos Cegos do Piauí (1967) (BRASIL, 1975). (citado por Vagula & Vedoato, 2014)

Além dessas entidades de caráter filantrópico surgiram também clínicas privadas e centros de reabilitação, como a Escola Mundo Infantil em São Paulo (1956), o Centro Ocupacional Avanhandava (1968), a Escola da Carminha (1973), a Escola Jaty (1969) para pessoas com deficiência neuromotora grave e o Piratinis Instituto Educacional (1971) (BRASIL, 1975). Nessa retrospectiva histórica, destaca-se, em 1962, a Federação Nacional das APAEs, que contava com doze instituições que deram suporte às conquistas na legislação. Alguns decretos foram importantes para a Educação Especial como: Campanha para Educação do Surdo Brasileiro — CESB (Decreto nº 42.728, de 03/12/57) (BRASIL, 1957), a Campanha Nacional de Educação dos Cegos

— CNEC (Decreto nº 44.236, de 31/05/60) (BRASIL, 1960a) e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais — CADEME (Decreto nº 48.961, de 22/09/60) (BRASIL, 1960b). Os anos 70 foram marcados pela preocupação em garantir o acesso e pela institucionalização. Em 1970, foram criadas as classes especiais nas escolas regulares.(citado por Vagula & Vedoato, 2014)

O aspecto mais rico e positivo das escolas inclusivas está no fato da ênfase dada aos aspectos comuns da aprendizagem. A inclusão possibilita uma real participação de todos os alunos nas atividades e experiências da educação comum. Entretanto, a falta de capacidade e de recursos para enfrentar tal desafio é reconhecida pela sociedade. Nas escolas, a inclusão social demanda assumir necessidades operativas e pedagógicas especiais, acarretando em custos adicionais, o que gera resistência por parte das Instituições de Ensino (IEs) ao acesso destes indivíduos (Salamanca - UNESCO, 1994; Keshave Huberman, 2006; Denari, 2008).

As instituições que recebem portadores de deficiências devem adaptar suas instalações físicas para receber estes alunos, e ainda, prover treinamento para os educadores que trabalham nestas unidades, para que estes profissionais possam lidar corretamente com os indivíduos portadores de deficiências (Keshave Huberman, 2006;Denari, 2008).

Entretanto, o fato é que, essa proposta por não ser bem compreendida ou por ser utilizada com fins políticos e econômicos, têm gerado muitas vezes um efeito contrário aos indivíduos com deficiência. Assim, ao invés de serem integrados à classe comum, sendo aceitos pelos outros companheiros, professores, pela comunidade escolar, na maioria das vezes, são incluídos sem a mínima condição de acompanhar o restante da classe. Com a proposta de Progressão Continuada, também respaldada pela LDB

(1996), a qual extingue a repetência por falta de rendimento, aliada a escola inclusiva, tem se tornado uma estratégia sutil e eficaz de não educar a pessoa com deficiência, e enganar a sociedade disseminando números estatísticos, que de fato não correspondem a realidade da educação da pessoa com deficiência no Brasil; como afirma Gramsci (1984):

De nada adiantará, após determinado período de tempo, nos vangloriarmos de termos conseguido a inclusão de tantos e quantos alunos com necessidades educativas especiais se não houver um incremento gradativo, contínuo e consistente, do número de inclusões efetivadas. (Gramsci, 1984, p. 177; citado por Custodio, 2002)

Desse modo, Omote (1995), acrescenta que

[...] por estarem sendo mal utilizados, os recursos do ensino especial não têm sido vistos como instrumentos auxiliares dos professores do ensino comum no atendimento de alunos com necessidades educativas especiais, sejam estas pessoas com deficiências ou não. Ao contrário, a classe especial passou a ser vista como um recurso capaz de retirar da classe comum crianças indesejáveis na visão dos professores, possibilitando que estes transfiram para outros a responsabilidade de solucionar problemas que consideram difíceis. (Omote, 1995, p. 55)

Inclusão no ensino regular: desafios e perspectivas, deixando a cargo da escola pública a responsabilidade de receber os alunos com deficiência mental leve. Houve um aumento

considerável de classes especiais públicas; foram criados setores especializados da Educação Especial nas Secretarias Estaduais de Educação, mas com atendimento bem limitado. A adaptação do aluno à escola comum dependia do esforço dele mesmo para realizar essa integração. “As escolas especiais passam a se constituir um espaço de segregação dentro das escolas regulares” (Carneiro, 2006, p. 150).

Foram criadas as escolas especiais na escola pública regular, investindo-se também na formação de professores para trabalhar com esses alunos, com a utilização de novos métodos e técnicas de ensino, gerando uma preocupação em proporcionar recursos necessários que favoreçam o desenvolvimento integral do aluno. Contudo, verifica-se que compreendia um serviço paralelo que deixava muitos alunos fora da escola ou ainda frequentando as escolas especiais. Os princípios da normalização de difundem pelo país, a partir da década de 1980. Esta concepção de Educação Especial partia da premissa básica de que pessoas com deficiência têm o direito de usufruir as condições de vida o mais comuns ou normais possíveis na sua comunidade, participando das mesmas atividades sociais, educacionais e de lazer que os demais (Glat & Blanco, 2007, p. 21). A integração do deficiente na sociedade era o foco dessa proposta, percebe-se que a qualidade no atendimento foi se aprimorando.

De acordo com Glat et al. (2003, p. 35 citado por Glat & Fernandes, 2005, p. 29): Os atuais desafios da Educação Inclusiva Brasileira centram-se na necessidade de desenvolver instrumentos de monitoramento sistemáticos (indicadores dos programas implantados), realização de pesquisas qualitativas e quantitativas que possam evidenciar os resultados dos programas implantados e identificação de experiências de sucesso; implantação de programas de capacitação de recursos humanos que incluam a formação de professores dentro da realidade das escolas e na sala de aula regular do sistema de ensino.

As políticas públicas, tanto no âmbito nacional como internacional, surgem a partir de concepções de homem, mundo e sociedade e são baseadas em postulados históricos e teóricos que a fundamentam. Tal fato é pressionado por um jogo de forças oriundas de diversos setores, grupos ou classes sociais, envolvendo forças econômicas, políticas ou ideológicas. A lei tem o significado de convenção, as políticas implicam no modelo de interferência do Estado na sociedade e toda política pública está assentada em um fato político, que culmina em intervenção na realidade social.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu texto, combate preconceitos e toda forma de discriminação, evidenciando o direito de todos à educação, com igualdade de acesso e permanência e no capítulo III, art. 208, encontramos: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Inciso I — Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a este não tiveram acesso na idade própria. Inciso II — Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuitade do ensino médio. Inciso III — Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

O parecer CNE/CEB nº 17/2001 Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) foi lançado pelo MEC e representa resultado de estudos realizados no processo inclusivo; assim o texto contempla duas temáticas, uma em relação à organização do atendimento dos alunos especiais e a outra sobre o processo de formação de professores.

Mas, mesmo para aqueles alunos considerados aptos para serem incluídos nas classes comuns, a proposta inclusiva no Brasil, também têm tido o efeito contrário, pois a inclusão na maioria dos casos, não é acompanhada de um processo de adaptação desenvolvido em conjunto com os alunos da classe comum, os alunos com deficiências,

e com os professores. E não ocorrendo esse fator, os alunos com deficiências se deparam com um ambiente novo, onde lhe é exigido uma maior autonomia, para a qual ele normalmente não está preparado. Já os outros alunos, que poderiam auxiliar no processo de inclusão e acomodação, por não serem adaptados a lidar com a diferença, normalmente estigmatizam e rotulam a pessoa com deficiência, não o aceitando em seus ciclos de amizade. Levantou-se esse problema, descrevendo que a colocação do aluno com necessidades especiais na classe comum, sem que o professor e os outros alunos recebam qualquer suporte na área de educação especial, esperando que o estudante incluído demonstre a todo custo que é capaz de permanecer na classe comum. Na impossibilidade disto acontecer, isso resulta na exclusão do aluno incluído dentro da classe tida como integradora. (Custodio,2002)

[...] ao ingressarem na escola, os alunos incluídos, eram imediatamente classificados como maduros ou imaduros pela professora da classe comum. A partir de tal categorização, as crianças tachadas como sendo imaturas passavam a receber um atendimento educacional diferenciado, o qual enfatizava atividades gerais de jardim de infância, deixando de lado a alfabetização. Então, a profecia auto-realizadora consiste na seguinte ideologia, “esse aluno é deficiente, não têm jeito mesmo”. (Schneider, 1974, p. 67).

Reforçando essa posição, Glat explica que a integração escolar não resulta necessariamente em uma integração social. O fato do aluno com deficiência dividir o mesmo espaço físico, no caso a classe comum, não é um indicativo de que ele esteja integrado ao grupo, podendo estar sendo excluído não só no interior da classe como também dentro da comunidade a que pertence.

Ao discutir o processo de integração, não se pode deixar de considerar as variáveis referentes ao sujeito que vai ser integrado e aquelas referentes ao contexto, no qual a integração ocorrerá. Assim, antes de se pensar na integração da criança com deficiência, deve-se verificar se o meio está preparado técnica, social e emocionalmente para recebê-la e se a criança está preparada intelectual, social e emocionalmente para integrar-se. (Kadlec & Glat, 1984; Glatt, 1995; citado por Custodio, 2002).

Ao refletir sobre o processo de integração observa-se nas escolas, especialmente nas públicas, que apesar dos inúmeros esforços para conseguir essa integração, ainda há muito o que se fazer por uma série de fatores.

Esse trabalho de pesquisa é importante na medida em que se adequa a esse processo tão importante de integração:

1. Porque investiga as condições de produção dessa integração,
2. Propõe-se a instrumentalizar a escola com um produto lúdico (jogo) para se trabalhar com algo caro a esse público: a sexualidade;
3. Coloca-se a disposição para preparar os professores a trabalharem com o jogo e com estratégias para lidar com as situações que envolvam as questões da sexualidade humana, principalmente porque a sexualidade faz parte da vida e do cotidiano de qualquer pessoa.

Por fim esta sessão teve como objetivo compreender o impacto das políticas públicas em relação ao atendimento dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais, para situar de que forma foi evoluindo esse atendimento ao longo da história. Sem dúvida, o objetivo foi de refletir sobre a ampliação desse atendimento, tendo a escola comum como locus e a garantia da escolarização como direito de todo cidadão, que foi legitimado principalmente pela Conferência Mundial de Educação para Todos

— Jontiem (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que possibilitou a adoção de sistemas mais flexíveis e abertos que atendam as diferentes necessidades, possibilitando um nível elevado de rendimento. A LDB nº 9.394/96 possibilitou reformulações, após dedicar um capítulo inteiro à Educação Especial, colocando em evidência as suas especificidades.(Vagula & Vedoato, 2014)

2.4 A Sexualidade em/de/para Todos

Há quase quarenta anos o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa de Cândido Figueiredo definia sexualidade como “qualidade do que é sexual”, sendo sexual o que é “relativo ao sexo; que tem sexo; que caracteriza o sexo”. Já em recente edição do Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora, sexualidade surge definida como as “características morfológicas, fisiológicas e psicológicas relacionadas com o sexo”. Mas não foi apenas nas páginas dos dicionários que o conceito de sexualidade se transformou e evoluiu. Esse conceito tem sofrido inúmeras e profundas metamorfoses ao longo dos tempos, acompanhando as transformações históricas e sociais e impulsionando muitas delas. (Pontes, 2011)

Para a OMS, “A sexualidade é uma energia que nos motiva a procurar amor, contato, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”. Esta definição, apesar de todas as suas fragilidades, limitações e contornos pouco claros, é certamente uma das mais divulgada de todas as definições de sexualidade.

A definição de sexualidade resultante deste processo é a seguinte: “A sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experiência expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores

biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais". (Pontes, 2011).

O conceito de sexualidade é antes de tudo, amplo, difuso e histórico: a sexualidade humana faz parte da expressão histórica da personalidade e é, essencialmente, cultural na medida em que sua expressão envolve a relação entre as pessoas num contexto social. Ainda que muitos estudiosos posteriores a Freud tenham aceitado o conceito de sexualidade ampla presente em todas as pessoas de todas as idades, prevaleceu, erroneamente, uma leitura leiga do conceito de sexualidade como sinônimo de sexo, restrito à noção de genitalidade e de práticas sexuais. (Maia 2011).

Assim pode-se reconhecer que a sexualidade envolve diversas dimensões, englobando aspectos tão díspares como a experiência pessoal da sexualidade e as questões econômicas e políticas a ela subjacentes e, assim sendo, é a mais universal das experiências e também a mais pessoal e subjetiva. Não se podem negar a importância e influência dos fatores sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos nas questões性uais, mas, mesmo assim, a sexualidade pode ser percebida como sendo essencialmente uma dimensão básica do desenvolvimento humano, "potencialmente geradora de bem-estar, crescimento, de auto realização, mas também e, simultaneamente, de conflitos e sofrimento" (Vilar, 2002, p. 14).

O que Foucault pretende com a "História da sexualidade- A vontade de saber" é interrogar essa sociedade que fala prolixamente de seu próprio silêncio e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar. O autor busca, desta forma, determinar o regime de saber-poder-prazer que sustenta, entre nós, o discurso da sexualidade humana. Para ele, todos os elementos negativos da interdição do sexo – proibições,

censuras – são somente algumas peças entre outras que tem uma função local e tática numa colocação discursiva, numa técnica de poder. (Foucault, 1988)

Ainda hoje, se mantém uma concepção de poder ligada ao direito, a lei e a soberania. O autor não adere a esta conceituação de poder em que o mesmo é compreendido como externo, assume uma forma geral, homogênea e possui uma relação negativa com o sexo. Critica a concepção de que o poder somente coloca ao sexo regras de interdição e censura, acreditando na existência de uma verdadeira tecnologia do sexo, complexa e positiva. Para ele, o poder mascara uma parte importante de si mesmo – seu poder produtivo – para ser tolerado, aceito. Foucault comprehende o poder como correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; forças que encontram apoio entre si, formam cadeias ou contradições e se cristalizam nos aparelhos estatais e na formulação da lei. Essas forças induzem continuamente estados de poder, sempre localizados e instáveis. Pode-se dizer que o poder é onipresente, pois se produz a cada instante em todas as relações entre um ponto e outro. Tem-se que sempre onde há poder, há resistência, mas esta nunca se encontra em posição de exterioridade, sendo o outro termo da relação de poder, representando o papel de adversário, na forma de pontos móveis e transitórios. (Previtalli & Vieira, 2007)

A partir desta conceituação de poder Foucault irá, ao longo da obra, questionar a hipótese repressiva e propor uma análise positiva das formas de produção da sexualidade na história da sociedade ocidental nos últimos séculos. Abordará em seu texto diversos discursos e diferentes formas de articulação poder-saber que marcaram esta história. Tratará, em sua imensa complexidade do dispositivo de sexualidade e de suas modificações. (Previtalli & Vieira, 2007)

De acordo com a análise desenvolvida vê-se que nos últimos três séculos, em lugar da suposta censura ligada à hipótese repressiva, houve uma explosão discursiva, uma incitação à multiplicação dos discursos sobre o sexo no próprio campo de exercício do poder, mas utilizando um vocabulário depurado, decente, numa retórica da alusão e da metáfora. Um exemplo é a confissão religiosa, no qual o cristão é instado a contar todas as insinuações da carne, toda a inquietação do desejo e a partir da qual o homem ocidental foi atado à tarefa de dizer tudo sobre o seu sexo, buscando de forma incansável sua verdade, em um procedimento de individualização. Por volta do século XVIII, nasce uma incitação política, econômica e técnica a falar do sexo, uma necessidade de formular um discurso da racionalidade, para, dessa forma, gerí-lo e inserí-lo em sistemas de utilidade. Como exemplos podemos citar a Demografia, com o surgimento da idéia de população, problema político-econômico, que necessitava da análise de taxas de crescimento e conhecimentos de como torná-la estérea ou fecunda; e a Educação que faz uso da sexualidade, ainda que para rechaçá-la, havendo, então, uma pedagogia adequável aos conteúdos sexuais. (Previtalli & Vieira, 2007)

Para o autor, mais importante do que atentar para o que pode ser dito e o que não pode, é perceber como são distribuídos os que podem e os que não podem falar. Os discursos sobre o sexo são múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder. Outros focos que, a partir do século XVIII, suscitaram discursos sobre o sexo, principalmente ao intensificar a consciência de um perigo incessante, foram a medicina e a justiça penal. O sexo é exibido como o segredo que é indispensável desencavar sendo, dessa forma, sempre necessário recomeçar a falar deste tema, sendo próprio das sociedades modernas terem-se devotado a falar dele sempre. (Previtalli & Vieira, 2007)

Além da incitação ao discurso, ocorreu também a implantação perversa; a multiplicação de formas singulares de sexualidade, como o sexo das crianças, dos invertidos, o incesto, entre outras formas de sexualidade não-conjugal, não-heterossexual, não-monogâmicas. O poder provoca diversas formas de sexualidade, seguindo-as através de linhas de penetração infinitas, e as incluindo nos corpos dos indivíduos a guisa de modos de especificação. A partir dessas sexualidades periféricas, as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, penetrando nas condutas e possibilitando a majoração desse poder. (Foucault,1988)

Em torno do sexo e a propósito dele foi construído um imenso aparelho para produzir a verdade, mesmo que para mascará-la em um último momento. Historicamente, existiram dois grandes procedimentos para produzir a verdade do sexo: a *ars erótica*, oriental, na qual a verdade é extraída do próprio prazer, e busca-se domínio absoluto do corpo e o gozo excepcional; e a *scientia sexualis*, ocidental, através da qual o procedimento da confissão foi inscrito num campo de observações cientificamente aceitáveis; o sexo foi dotado de um poder causal inesgotável e polimorfo e foi responsabilizado por perigos ilimitados que justificam a inquisição exaustiva a que é submetido. Em uma representação muito invertida de poder acreditamos que estamos exercendo nossa liberdade quando respondemos às diversas vozes que nos fazem dizer o que somos, o que fazemos, o que recordamos e o que foi esquecido e que produz dessa forma a sujeição dos homens, isto é, sua constituição como sujeitos, nos dois sentidos da palavra.

O discurso sobre o sexo articula poder e saber em um serie de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável, existindo uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes, podendo haver deslocamentos e reutilizações de fórmulas idênticas para objetivos

opostos. Em um jogo complexo, o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder. (Previtalli & Vieira, 2007)

Ao pensarmos no termo dispositivo aplicado à instância da sexualidade e, como sempre, ligado ao poder, obteremos segundo nos orienta Foucault, a produção de um objeto: o sexo. O discurso que permeia a sexualidade se deu primeiramente no âmbito do corpo, nos órgãos, da sexualidade. Apenas posteriormente discursou-se sobre o sexo, mais especificamente depois do século XVIII. Segundo o autor, “a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres e permitiu fazer funcionar esta unidade fictícia como princípio causal.” (Foucault, 1988, p.168)

2.5 A Sexualidade em/de/para a Pessoa com Deficiência Intelectual

A sexualidade da pessoa com DI é inegável, uma vez que ela é um atributo humano, inerente a qualquer pessoa, a despeito de limitações incapacitantes de cunho biológico, psicológico ou social. Mesmo que o grau de comprometimento (ou retardo) possa influenciar na capacidade de manifestar e vivenciar os vínculos afetivo-sexuais, a problemática maior do DI não está na sua condição biológica ou nos déficits intelectuais, mas na dificuldade em que a sociedade tem em lidar com a manifestação e com a educação sexual da pessoa com deficiência (Denari, 2002; Maia & Camossa 2003; Volokh, 2014).

O preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência está diretamente relacionado com a maneira pela qual a sociedade entende e reconhece as diferenças em relação aos padrões que definem a normalidade. Os padrões de comportamento nos são ditados através de mensagens sociais e estabelecem como devemos ser e como deve-se agir, especificando todos os aspectos laborais, econômicos, afetivos e sexuais. Estes padrões acabam por construir e definir uma noção de vida e de sexualidade feliz, no entanto, coloca em desvantagem aqueles que são diferentes, tal como portadores de deficiências, que são equivocadamente excluídos desta possibilidade, uma vez que não se adequam aos comportamentos considerados socialmente aceitos (Goffman, 1988; Maia & Ribeiro, 2010; Volokh, 2014).

Muitos pais e educadores, assim como outros setores da sociedade, negam a sexualidade dos adolescentes com DI. Alguns pais os consideram, pela sua inocência sexual, eternas crianças. Mas, existem outros que enfatizam um comportamento de exacerbação da sexualidade, que necessitaria de um controle por parte de seus responsáveis (Maia & Ribeiro, 2010). Não existe um reconhecimento dos direitos da

manifestação da sexualidade das pessoas com DI, sendo lhes dadas poucas possibilidades de compreender as emoções despertadas por ela, e consequentemente, dificultando a exploração da sua curiosidade sexual (Schliemann, Duarte & Garcia, 2005).

A grande maioria dos indivíduos com deficiência intelectual chega à puberdade com a consequente maturação sexual, tal como os demais adolescentes sem deficiência. Apesar disto, ainda nos dias atuais, vigora o senso comum de que as pessoas com DI não teriam esta etapa do seu desenvolvimento, acreditando que as mudanças físicas não corresponderiam às psicossociais. Por esta razão, os jovens com DI raramente são ouvidos a respeito dos seus anseios, desejos, dúvidas e experiências em relação à vida afetiva e sexual (Keshav & Huberman, 2006;Denari, 2010).

Dentre as modificações que se apresentam naturalmente na adolescência, destacam-se aquelas relacionadas à sexualidade. Até então autoerótica, a sexualidade sofre transformações do ponto de vista qualitativo, e os adolescentes com DI, dependendo do seu nível de comprometimento, assim como os que não têm deficiência, sentem-se estimulados a buscar satisfações amorosas e genitais. As modificações físicas próprias da puberdade ocorrem naturalmente para a maioria das pessoas com DI, mesmo que tardivamente em alguns casos. Paralelo a este desenvolvimento são também observadas mudanças psicossociais, nas quais se detectam alterações no comportamento do adolescente tanto com a família, como em suas relações sociais. Entretanto este grupo fica especialmente vulnerável à abusos sexuais, pois não compreendem até onde querem ou não a relação sexual e por não serem ouvidos e compreendidos quando relatam um abuso. (Bastos & Deslandes, 2005;Denari, 2010;Baidwan e col., 2014).

Quadro 3 – Noticia sobre abuso de Deficiente

15/01/2017

Homem é preso suspeito de abusar de deficiente

Um homem de 32 anos foi detido na manhã desse sábado (14) na rua Maurício Galli, na região do Selmi Dei, acusado de ter abusado sexualmente de uma mulher de 35 anos, portadora de necessidades especiais, na última quinta-feira (12). O suspeito ainda vestia a mesma roupa do dia do suposto abuso. Segundo o apurado, o homem teria atacado a vítima por volta de 15h, quando ela voltava de um mercado que fica próximo da casa dela, no bairro Jardim São Rafael II. A mulher foi encontrada por populares caída em uma rua do bairro. Testemunhas relataram ter visto a mulher na companhia de um homem desconhecido, momentos antes.

Para a família, a vítima relatou que foi atacada pelo indivíduo que disse que queria namorá-la. Com ferimentos nos braços e no ombro, ela foi socorrida para o Hospital Gota de Leite, onde foi realizado um exame médico que não apontou o estupro. A família registrou um boletim de ocorrência na Delegacia da Defesa da Mulher (DDM) de Araraquara, na última sexta-feira (13). O indivíduo foi reconhecido por familiares da vítima depois de assistirem a imagens de uma câmera de segurança de um estabelecimento comercial localizado próximo ao local da abordagem da vítima pelo suspeito.

Ele foi detido pela Polícia Militar na manhã desse sábado e conduzido para a Delegacia de Plantão, onde negou o crime.

Fonte: <http://www.jornaloimparcial.com.br/2016/noticias/homem-e-preso-suspeito-de-abusar-de-deficiente>

Os adolescentes percebem a possibilidade de erotização e da obtenção de prazer pelo sexo, mas alguns adolescentes com DI não sabem ao certo como lidar com estas novas sensações, tornando difícil o controle de seus impulsos sexuais. Assim como os adolescentes sem deficiência, portadores de DI comumente descobrem a satisfação que a área genital pode lhes oferecer através da masturbação. Entretanto, não raro, a masturbação é uma prática que pode ocorrer pelos adolescentes com DI sem que busquem a privacidade, acarretando num grande desgaste emocional para a família. No entanto, na dependência do seu nível de comprometimento intelectual e, principalmente,

de acordo com as orientações recebidas por educadores e familiares, muitos adolescentes desenvolvem a capacidade de exercer esta prática reservadamente (Denari, 2010; Baidwan e col., 2014).

Em entrevistas com pessoas que trabalham em serviços para adolescentes e jovens com DI, constatou-se que esses profissionais não receberam treinamento adequado para lidar com as questões de sexualidade que surgiam, sendo as suas condutas ditadas por iniciativa própria, com a possibilidade de consequências inadequadas aos indivíduos (Albuquerque & Almeida, 2010). A masturbação exagerada do indivíduo com DI é uma observação frequente de pais e educadores, podendo estar relacionada com uma forma de chamar a atenção sobre si, ou simplesmente como um modo de compensar uma existência insatisfatória (Denari, 2010).

Esta dificuldade dos pais e dos profissionais em lidar com a sexualidade do DI ocorre mundialmente (Volokh, 2014). No Brasil, apesar de existirem Leis sobre a educação sexual curricular nas escolas, na prática se trata de uma educação sexual informal, que ocorre nas salas e corredores escolares. De fato, presencia-se uma negligência nas classes regulares de ensino no que diz respeito a este tema, entretanto, não se pode desconsiderar o avanço que as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que trouxeram ideias “biologizantes” e moralistas, dando espaço à compreensão da sexualidade como fenômeno complexo e de uma educação sexual não diretiva, coletiva, sem caráter psicoterapêutico ou de aconselhamento, que tem como principais eixos de discussão o corpo, as relações de gênero e a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS e etc. (Brasil, 1996; Brasil, 1998; Denari, 2008).

A Educação Sexual, pautada nos PCNs, para os portadores de necessidades especiais, fica limita à clientela que tem possibilidade de frequentar salas regulares de ensino, e que, portanto, não possui comprometimentos cognitivos graves e cujo ajustamento social é adequado a esse tipo de intervenção (Brasil, 1998; Keshav & Huberman, 2006)

Com relação à educação sexual de Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE), os parâmetros tecem uma rápida consideração, abrindo exceção à possibilidade de intervenção individual e afirmado que alunos com algumas deficiências podem eventualmente ter dificuldades de comunicação e de expressão da sexualidade e, por isso, exigem formas diferenciadas de orientação na escola, nos conteúdos e estratégias de abordagem. Visto que a expressão da sexualidade é singular para cada indivíduo, os portadores de necessidades especiais merecem atenção diferenciada na escola, devendo ser acionadas assessorias de profissionais especializados se necessário (Brasil, 1998; Denari, 2008).

Pesquisas realizadas no Brasil demonstram que os professores possuem uma visão pré-estabelecida em relação à sexualidade de alunos com DI, classificando-os por vezes como descontrolada e sem limites, ou como ingênuas ou inexistente, Concordando com diversos outros estudos que apresentam um estereótipo do DI como sexualmente agressivo, ou então assexuado, tal como uma extensão da visão popular da pessoa com deficiência como “um ser demoníaco” ou como “uma eterna criança”, respectivamente (Melo, 2005;Keshav & Huberman, 2006; Maia & Ribeiro, 2010; Baidwan e col., 2014).

Em estudo realizado na região nordeste do Brasil, Melo(2005), observou que haviam dois grupos diferenciados de professores. O primeiro grupo entende a sexualidade do DI como “infantilizada”, caracterizando o comportamento sexual de

seus alunos como “ingênuo/inocente” (6,3%), “sem curiosidade” (1,2%) e “tardia” (1,2%), onde se vê traçado o perfil do DI como um ser assexuado, uma criança pura, um adolescente desprovido de desejos, alheio ao seu desenvolvimento físico e à descarga hormonal que seu corpo recebe, amadurecendo-o; fase que culmina na genitalização da libido. Já o segundo grupo comprehende a sexualidade do DI como “exacerbada”, categorizando-a como: “aguçada” (11,3%), “descontrolada” (10,1%), “precoce” (8,8%), “sem limite” (5,0%), “mais curiosos que o normal” (2,5%) e “despudorados” (1,2%). Neste caso o perfil da sexualidade do DI corresponde a de um sujeito desprovido de sentimentos, cujo único objetivo é a sua satisfação sexual imediata a qualquer custo. São os sujeitos despudorados, descontrolados, cujo desejo pelo sexo é despertado antes do seu surgimento “ideal” e esperado.

Melo (2005), observa que a preocupação dos professores é impor limites à comportamentos afetivo-sexuais, o que parece, a princípio, uma atitude moralista. No entanto, se existe uma pretensão e um movimento da sociedade em incluir crianças e adolescentes portadores de DI num convívio mais abrangente em relação ao mundo que os cerca, isso só se dará a partir do momento em que esses sujeitos puderem partilhar dos mesmos códigos sociais que as pessoas não deficientes (Albuquerque & Almeida, 2010).

Na tentativa de se realizar uma educação sexual, a participação dos professores e dos pais é inquestionável. Pais e educadores podem estar unidos pela mesma responsabilidade social de gerar, preparar, enquadrar e habilitar as novas gerações ao convívio e reprodução material e simbólica do grupo social a que pertencem. Nesta sua responsabilidade institucional é que radicam as formas de supostas alianças entre o saber transmitido pela família e aquelas informações e padrões de reforço exigidos pela

escola em sua conformação com as finalidades mais complexas da construção social de comportamentos delimitados (Keshav & Huberman, 2006; Volokh, 2014).

As práticas dos professores se estiverem direcionadas à aceitação da diversidade de seus alunos, seja ela social, cognitiva ou até mesmo sexual, proporcionará inúmeras possibilidades na vida afetiva do DI, as quais podem ser sempre levantadas e trabalhadas, pois fazem parte do ser humano. Questões como o namoro, o “ficar”, as relações sexuais, o casamento, a homossexualidade, a gravidez e a contracepção podem ser trabalhadas não só com os alunos, mas também com os pais, já que estes devem participar ativamente das discussões. O objetivo primordial é a formação contínua, que desenvolva os conhecimentos e as competências necessárias ao andamento do trabalho de Educação Sexual (Keshav & Huberman, 2006; Albuquerque & Almeida, 2010), desconstruindo conceitos antiquados, tal como a esterilização compulsória de pessoas com deficiências que ocorreu até meados dos anos 1980 (Scott, 1986).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) 10% da população em países em desenvolvimento, são portadores de algum tipo de deficiência, sendo que metade destes são pessoas com deficiência intelectual. No Brasil, segundo Censo 2010, para a população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos uma das deficiências investigadas, a taxa de alfabetização foi de 81,7%, uma diferença de 8,9 pontos percentuais em relação ao total da população na mesma faixa etária (90,6%). A região Sudeste apresentou a maior taxa de alfabetização dessa população (88,2%) e a região Nordeste, a menor (69,7%). Já em relação à taxa de escolarização, 95,2% das crianças de 6 a 14 anos com deficiência frequentavam escola, 1,9 pontos percentuais abaixo do total da população nessa faixa etária (97,1%). Para a mesma população, em nível regional, destacou-se a região Norte com a menor taxa de escolarização (93,3%), porém com a menor diferença entre crianças com (94,0%) e sem deficiência (93,3%).

indicando que a inclusão escolar na região Norte sofre influência de outros fatores, como a infraestrutura de transporte. A maior diferença foi observada na região Sul, 97,7% e 95,3%, respectivamente. (IBGE,2010)

Quando se observa o nível de instrução, a diferença é mais acentuada. Enquanto 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tinha instrução ou possuía apenas o fundamental incompleto, esse percentual era de 38,2% para as pessoas dessa faixa etária que declararam não ter nenhuma das deficiências investigadas, representando uma diferença de 22,9 pontos percentuais. A menor diferença estava no ensino superior completo: 6,7% para a população de 15 anos ou mais com deficiência e 10,4% para a população sem deficiência. Destaca-se que na região Sudeste 8,5% da população de 15 anos ou mais com deficiência possuíam ensino superior completo. (IBGE,2010)

Em 2010, a população ocupada com pelo uma das deficiências investigadas representava 23,6% (20,4 milhões) do total de ocupados (86,4 milhões). Das 44,0 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa (10 anos ou mais), 53,8% (23,7 milhões) não estava ocupada. Em relação ao total da população que não estava ocupada (75,6 milhões), a população com deficiência representava 31,3%.

Para analisar a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, utilizou-se como indicadores a taxa de atividade, que é o percentual de pessoas economicamente ativas na população de 10 ou mais anos de idade; e o nível de ocupação, que é o percentual de pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência. Para a população com pelo menos uma das deficiências, a taxa de atividade foi de 60,3% para

os homens contra 41,7% para as mulheres, uma diferença de 18,6 pontos percentuais. Já em relação ao nível de ocupação, a diferença foi de 19,5 p.p: 57,3% para os homens contra 37,8% para as mulheres. (IBGE,2010)

Em relação à taxa de atividade por tipo de deficiência, a deficiência mental foi a que mais limitou a inserção no mercado de trabalho, tanto para homens como para mulheres (cujas taxas de atividade foram de 22,2% e 16,1%, respectivamente). A deficiência visual foi a que menos influenciou na taxa de atividade, que ficou em 63,7% para os homens e 43,9% para as mulheres. O mesmo foi observado para o nível de ocupação, que, no geral, ficou em 17,4% para pessoas com deficiência mental e 48,4% para pessoas com deficiência visual. (IBGE,2010)

Considerando a posição na ocupação e categoria de emprego, constatou-se que a maioria das pessoas de 10 anos ou mais com deficiência, ocupadas na semana de referência, era empregada com carteira assinada (40,2%), uma diferença de 9 pontos percentuais em relação à população sem qualquer dessas deficiências (49,2%). Os percentuais de trabalhadores com deficiência por conta própria (27,4%), sem carteira (22,5%), militares e funcionários públicos estatutários (5,9%) e não remunerados (2,2%) são maiores do que na população sem deficiência (20,8%, 20,6% e 5,5%; 1,7%, respectivamente) e na categoria empregador, a diferença foi de 0,3 p.p entre a população sem (2,1%) e com (1,8%) deficiência. (IBGE,2010)

Em relação ao rendimento nominal mensal de trabalho recebido pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com pelo menos uma das deficiências investigadas, observou-se que 46,4% dessa população ganhava até um salário mínimo ou não tinham rendimento, uma diferença de mais de nove pontos percentuais para população sem qualquer dessas deficiências (37,1%). As diferenças por existência de deficiência diminuem nas classes mais altas de rendimento.

Ao adicionar a essa análise o tipo de deficiência, constatou-se que, para as pessoas de 10 anos ou mais com deficiência mental ou motora, ocupadas na semana de referência, o maior percentual se encontrava nas classes de mais de meio a um salário mínimo de rendimento de trabalho (27,6% e 28,7%, respectivamente). Já a maior parte das pessoas de 10 anos ou mais com deficiência visual ou auditiva, ocupadas na semana de referência, concentrava-se na classe de 1 a 2 salários mínimos: 29,0% e 28,4%, respectivamente.(IBGE,2010)

A grande maioria dos chamados DI no Brasil tem um comprometimento leve ou moderado. Outros aspectos sociais que refletem no desenvolvimento psicossexual da pessoa com DI são: a figura corporal, a autoestima, a manifestação da identidade e do papel sexual e ainda a vulnerabilidade à exploração sexual por terceiros (Maia e Ribeiro, 2010; Volokh, 2014). Para resgatar os aspectos sexuais, muitas vezes comprometidos pela sociedade, é preciso observar como o processo de educação sexual tem permitido à pessoa com DI dar e receber afeto e exteriorizar as pulsões libidinais comuns a todos desde o nascimento. A educação sexual deve ser considerada como um processo amplo que permeia toda a vida da pessoa ao longo de seu desenvolvimento, incluindo a aprendizagem de regras sociais com relação à sexualidade (Maia & Camossa, 2003;Keshav & Huberman, 2006).

Estudos demonstram que os jovens com DI têm noção da sua identidade sexual, isto é, reconhecem se são homens ou mulheres e ainda são capazes de incorporar os papéis sexuais masculinos e femininos. Além disto, indivíduos com DI demonstram algum conhecimento sobre os órgãos sexuais masculinos e femininos, sabendo nomeá-los corretamente, porém não podem identificar adequadamente suas funções, limitando-se ao reconhecimento da função excretora, mas sem identificar sua função de procriação ou mesmo de relação sexual (Maia & Camossa, 2003; Keshav & Huberman, 2006; Denari, 2010).

Em contrapartida, assuntos como masturbação, jogos sexuais infantis e abuso sexual, são pouco dialogados e aprofundados. A explicação para este fato se dá na hipótese de que, mesmo que a masturbação e os jogos sexuais infantis sejam experiências naturais do desenvolvimento da sexualidade, entretanto as crianças com DI acabam sendo demasiadamente vigiadas e/ou proibidas o que dificulta uma explicação mais objetiva sobre o assunto. Por outro lado, namoro, casamento, relação sexual, gravidez, parto e amamentação são temas mais comentados, divulgados e propagados tanto na mídia e na sociedade como na família e desse modo tornam-se acessíveis à formação de um aprendizado (Maia & Camossa, 2003).

Pode-se constatar que, em contexto escolar, são fornecidas algumas informações sobre educação sexual, embora de forma incipiente, mas no contexto familiar predomina uma atitude de silêncio. A literatura estabelece que estes jovens tenham plena capacidade para participar e compreender os temas desenvolvidos em programas de educação sexual (Keshave Huberman, 2006;Denari, 2010). Para que a pessoa com DI aprenda a lidar com a sua sexualidade de forma adequada e responsável, faz-se necessária à criação e implementação de programas de educação sexual, no contexto

escolar, que sejam adequados às suas características, necessidades e condições de vida (Keshave Huberman, 2006; Denari, 2008; Albuquerque & Almeida, 2010).

Este trabalho além de mostrar uma perspectiva teórica, propõe uma maneira prática de se trabalhar a educação sexual com crianças e jovens, com ou sem deficiência, sendo portanto de grande valor social e pedagógico.

Os aspectos relacionados com a sexualidade na DI trazem preocupações aos pais e à sociedade sendo, frequentemente, traduzidas por atitudes repressivas e discriminatórias, que impedem um desenvolvimento mais pleno do indivíduo. O que para a família e para a escola pode representar proteção, para as pessoas com deficiências que ficam privados do contato social, cria uma dificuldade no processo de crescimento interpessoal, impedindo uma correta socialização, no sentido de compreender o que é um comportamento socialmente adequado. Como não têm a oportunidade de relacionarem-se com os pares em situações normalizadas, as condições de socialização e, sobretudo, no aspecto psicossexual, tornam-se carentes (Almeida, 2010).

Verifica-se, também, uma ausência de espaços e tempos privados íntimos, nos quais o DI possa ter determinadas condutas sexuais, autoeróticas ou relações com outras pessoas. As pessoas com DI raramente têm momentos de privacidade, pois estão sempre acompanhadas e vigiadas, o que torna difícil a construção e a compreensão do sentido dos conceitos de público e privado. Outra situação que condiciona a vivência da sexualidade destas pessoas é a negação de uma educação sexual (Almeida, 2010).

É fato, portanto, que as pessoas com deficiência intelectual são pouco respeitadas em seus direitos fundamentais, incluindo-se aí, os direitos性uais. Após a criação do “Guia sobre os direitos das pessoas com deficiência”, produzido pela

defensoria publica, ajudou a sociedade perceber que esta população tem direitos e deveres e que cada deficiência tem seus aspectos peculiares e específicos.

A adolescência é uma época privilegiada para se iniciar o movimento de garantia desses direitos. Nessa etapa do desenvolvimento é importante a inserção em atividades que promovam maiores habilidades e competências, que resultarão na formação de indivíduos mais autônomos, com maior responsabilidade e possibilidades de escolhas, contribuindo para que o exercício da sexualidade se dê de forma satisfatória e protegida (Bastos & Deslandes, 2005; Almeida, 2010).

Santos (2012), diz que para que haja uma boa interação dos sujeitos (professor-aluno) e para que haja um desenvolvimento maior na aprendizagem, é necessário mais que a preocupação na aplicação do conteúdo por parte do professor. Aliado, ao aprendizado tem-se o prazer, tanto para quem ensina como para quem recebe. O aprendizado não pode ser um fator de imposição. Silveira observa que devido às inúmeras pesquisas desenvolvidas sobre o cérebro no processo de aprendizagem, verifica-se que cada indivíduo possui diferentes potenciais de inteligência. Esses potenciais não são fixos, já que todo ser humano possui habilidade para expandir e aumentar sua própria aprendizagem. O aluno deve sentir desejo de aprender e o professor como o facilitador do aprendiz impulsionar à motivação da aprendizagem.

No ambiente escolar, Maurice (1988) aponta que a rara presença do lúdico na educação se dá pelo fato das pessoas considerarem que esta deve ser encarada de maneira rigorosa e sisuda, pois a emoção não deve desviar o processo de informação. Para as crianças com Deficiência Intelectual, os desafios são ainda maiores, pois as crianças não se concentram por muito tempo nas atividades, são mais retraídas e tímidas

e nem sempre demonstram interesse pelos brinquedos ou brincadeiras com as demais crianças.

Pessoas com deficiência (cognitiva, motora, sensorial ou psiquiátrica) têm sido ao longo da história e ainda hoje, vítimas de discriminação e privadas dos seus direitos humanos básicos, tanto no setor público, como nas esferas privadas da vida. Por este motivo a ligação afetiva entre o professor e o aluno DI deve ser intensificada, para auxiliar no processo de aprendizagem destas crianças.

É interessante que o ambiente em sala de aula seja princípio para que se desenvolva a afetividade na relação professor-aluno, que vínculos afetivos sejam criados, que exista uma sensação de bem-estar na relação de ambos para que assim o trabalho do professor seja gratificante e que o aluno tenha motivação para permanecer na instituição absorvendo do ensino o que há de melhor, uma aprendizagem significativa. Sem motivação, a razão de estar na sala de aula pode deixar de existir e isso poderá resultar em frustração, desânimo, reprovação e, até mesmo, desistência. É interessante que, do ponto de vista de Piaget (Souza, 2003) no que diz respeito à afetividade, ela não se restringe apenas às emoções e aos sentimentos, mas engloba as tendências e a vontade.

Por esse motivo a pesquisadora escolheu desenvolver um jogo, para auxiliar na interação e aguçar o interesse dos alunos, principalmente dos alunos com deficiência pela temática da sexualidade.

3. LUDICIDADE E O BRINCAR: UMA CONSTRUÇÃO DO JOGO “ME CONHECENDO”

Ao fazer uma breve comparação da sociedade atual com a antiga em relação às crianças, percebe-se que, agora, estas são mais respeitadas e compreendidas dentro do seu desenvolvimento. São unâimes as discussões sobre a importância do brincar para a criança, todas as perspectivas teóricas da psicologia e da pedagogia concordam que as brincadeiras e os jogos fazem parte do desenvolvimento delas. Entretanto, cada “escola” ou teoria comprehende este brincar de maneira diferente. Esse estudo coaduna-se com a visão da psicologia histórico cultural, mais especificamente a visão do Vygotsky do desenvolvimento, aprendizagem e brincar. Pois, um dos objetivos dessa perspectiva teórica é analisar a relação do brinquedo e o brincar com aprendizagem e desenvolvimento das crianças, principalmente na fase escolar.

Nesta perspectiva vê-se que o brincar é uma situação na qual as crianças aprendem e constroem inúmeros conhecimentos que as acompanham para o resto da vida. Durante uma brincadeira a criança formula um problema, procura soluções, delimitando espaço, tempo e funções de forma a transformar todo o meio que a cerca. Ela utiliza-se do seu mundo de faz-de-conta para imaginar a brincadeira e assim materializá-la com brinquedos.

Durante a brincadeira, a criança usa recursos próprios - o corpo -, associando-os com os recursos disponíveis no ambiente, trazendo para o contexto do brincar situações vivenciadas por ela ou por outras pessoas, construindo assim novos significados.

O professor ao tratar a criança como tal e não como um adulto em miniatura, pode conseguir penetrar no mundo da brincadeira para utilizar a imaginação, a

criatividade e o constante relacionamento que a criança tem consigo, com o meio e com os outros no brincar. O professor, dessa forma, torna-se um mediador no processo do brincar e no desenvolvimento dessa criança.

3.1 Um olhar sob a teoria Vygotskyana

Segundo Rolim (2008), Vygotsky buscou compreender a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos ao longo da história da espécie humana, levando sempre em conta a individualidade de cada sujeito, o qual está imerso no meio cultural que o define. Para ele, o homem constitui-se enquanto ser social e necessita do outro para desenvolver-se. (Rolim, 2008)

Para Vygostky, “as funções psicológicas superiores são fruto do desenvolvimento cultural“, que acompanham o indivíduo ao longo de sua vida. Quando interage com o meio social, ele precisa se apropriar de tudo que a humanidade tem para lhe oferecer, conhecimentos, valores, ética moral, forma de pensar, agir e sentir.

Para facilitar a compreensão do assunto precisa-se saber que existem dois níveis de desenvolvimento; um real, já adquirido ou formado, que determina o que a criança já é capaz de fazer por si própria, e um potencial, sendo, a capacidade de aprender com outras pessoas, o que Vygotsky chamou de Zona de desenvolvimento proximal. (Vygotsky, 2008)

A aprendizagem interage com o desenvolvimento, produzindo abertura na zona de desenvolvimento proximal - distância entre aquilo que a criança faz com a intervenção de um outro indivíduo e o que ela é capaz de fazer sozinha, ou seja sua

potencialidade para aprender, que não é a mesma para todas as pessoas, é o que chama de distância entre o nível de desenvolvimento potencial e o real.

As interações sociais são centrais neste processo, estando então, ambos os processos, aprendizagem e desenvolvimento, inter-relacionados. Quando a criança utiliza-se do mundo de faz-de-conta para representar o mundo real no qual está inserida, ela está aprendendo e se desenvolvendo. O brincar dará fundamentos para o desenvolvimento cognitivo a partir da internalização dos objetivos postos pelo professor durante uma interação social, e os conhecimentos de determinados “materiais” da cultura, sendo que o processo se constrói de fora para dentro. (Vygotsky, 2008)

Para Vygotsky (2008), a atividade do sujeito refere-se ao domínio dos instrumentos de mediação, inclusive sua transformação por uma atividade mental. (Tonietto, 2006)

“Para a criança, neste nível de desenvolvimento físico, não há ainda atividade teórica abstrata, e a consciência das coisas, por conseguinte, emerge nela, primeiramente, sob forma de ação. Uma criança que domina o mundo que a cerca é a criança que se esforça para agir neste mundo.”(Leontiev, p 120. 2006)

Para Vygotsky, a aprendizagem configura-se no desenvolvimento das funções superiores através da apropriação e internalização de signos e instrumentos em um contexto de interação. A aprendizagem humana pressupõe uma natureza social específica e em processo mediante o qual as crianças acedem à vida intelectual daqueles que as rodeiam. É por isso, que, para ele, a brincadeira cria na criança uma nova forma de desejos. Aprende-se a desejar, relacionando os seus desejos, a um “eu” fictício, ao

seu papel na brincadeira e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições, no futuro irão tornar-se, seu nível básico de ação real e moral. (De Andrade Pedroso, 2016).

3.2 A Visão do Brinquedo e do Brincar

O conceito de Zona de desenvolvimento proximal também faz parte do brincar, o brinquedo cria na criança uma zona de desenvolvimento proximal, que é por ele definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (Vygotsky, 2008).

Assim o nível de desenvolvimento real refere-se a tudo aquilo que a criança já tem consolidado em seu desenvolvimento e que ela é capaz de realizar sozinha sem a interferência de um adulto ou de uma criança mais experiente. Já a “zona de desenvolvimento proximal” refere-se aos processos mentais que estão em construção na criança, ou que ainda não amadureceram. A “zona de desenvolvimento proximal” é, pois, um domínio psicológico em constantes transformações, aquilo que a criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É nesse sentido que a brincadeira pode ser considerada um excelente recurso a ser usado quando a criança chega na escola, por ser parte essencial de sua natureza, podendo favorecer tanto aqueles processos que estão em formação, como outros que serão completados. (De Andrade Pedroso, 2016).

Visto dessa forma, não há dúvidas do quanto o brinquedo influencia o desenvolvimento da criança, conforme Vygotsky (2008), é através da brincadeira que a criança obtém as suas maiores aquisições. (Rolim, 2008)

Vygotsky fala que o brinquedo ajudará a desenvolver uma diferenciação entre a ação e o significado. A criança, com o seu evoluir, passa a estabelecer relação entre o seu brincar e a ideia que se tem dele, deixando de ser dependente dos estímulos físicos, ou seja, do ambiente concreto que a rodeia. (Rolim, 2008)

As crianças utilizam o brinquedo para externar suas emoções, construindo um mundo a seu modo e, dessa forma, questionam o universo dos adultos. Elas já nascem em um meio pautado por regras sociais e o seu eu deve adaptar-se a essas normas. Na brincadeira, ocorre o processo contrário: são as normas que se encaixam em seu mundo. Não é uma tentativa de fuga da realidade, mas sim, uma busca por conhecê-la cada vez mais. No brincar, a criança constrói e recria um mundo onde seu espaço esteja garantido. As pressões sofridas no cotidiano de uma criança são compensadas por sua capacidade de imaginar; assim, fantasias de super-heróis, por exemplo, são construídas. (Rolim, 2008)

A brincadeira infantil é um meio de exteriorizar os medos, as angústias e os problemas que a criança enfrentou. Por meio do brinquedo, ela revive de maneira ativa tudo o que sofreu de maneira passiva, modificando um final que lhe foi penoso, consentindo relações que seriam proibidas na vida real. (Rolim, 2008)

Portanto, é desejável e producente que os professores estejam atentos para essa prática lúdica, bem como aprimorar uma contextualização para as brincadeiras. Por meio da observação do brincar, os educadores são capazes de compreender as necessidades de cada criança, os seus níveis de desenvolvimento, a sua organização e, a partir daí, de planejar ações pedagógicas. (Rolim, 2008)

É por meio do brinquedo e de sua ação lúdica que a criança expressa sua realidade, ordenando e desordenando, construindo e desconstruindo um mundo que lhe

seja significativo e que corresponda às necessidades intrínsecas para seu desenvolvimento global. O brincar estimula a criança em várias dimensões, como a intelectual, a social e a física. A brincadeira a leva para novos espaços de compreensão que a encorajam a prosseguir, a crescer e a aprender. (Rolim, 2008)

A criança satisfaz certas necessidades no brinquedo, mas essas necessidades vão evoluindo no decorrer do desenvolvimento. Assim, como as necessidades das crianças vão mudando, é fundamental conhecê-las para compreender a singularidade do brinquedo como uma forma de atividade. (Rolim, 2008)

O comportamento de crianças pequenas é fortemente determinado pelas características das situações concretas em que se encontram. Uma criança muito pequena sempre deseja algo de imediato. Ninguém jamais encontrou uma criança com menos de três anos de idade que planejasse fazer algo específico em um futuro próximo. O intervalo entre o desejo e a satisfação é muito curto. Entretanto crianças um pouco maiores, em idade pré-escolar, já estão sujeitas a desejar algo impossível de ser realizado imediatamente. Vygotsky (2008) conclui que o brinquedo surge dessas necessidades não realizáveis de imediato. Eles são construídos quando a criança começa a experimentar tendências não realizáveis: para resolver a tensão gerada pela não realização de seu desejo, a criança envolve-se em um mundo ilusório e imaginário onde seus anseios podem ser realizados no momento em que quiser. Esse mundo é o brincar. (Vigotsky, 2008)

Vygotsky assinala que uma das funções básicas do brincar é permitir que a criança aprenda a elaborar resolver situações conflitantes que vivencia no seu dia-a-dia; usará capacidades como observação, a imitação e a imaginação. Através desta imitação representativa, a criança vai também aprendendo a lidar com regras e

normas sociais. Desenvolve a capacidade de interação e aprende a lidar com os limites, para tanto os jogos com regras são fundamentais. (Vygotsky, 2008)

A brincadeira “faz-de-conta” é privilegiada em sua discussão sobre o papel do brinquedo no desenvolvimento. As crianças evoluem por intermédio de suas próprias brincadeiras e das feitas por outras crianças e adultos. Nesse processo, ampliam gradualmente sua capacidade de visualizar a riqueza do mundo externamente real, e, no plano simbólico procuram entender o mundo dos adultos. Deste modo, elas desenvolvem a linguagem e a narrativa e nesse processo vão adquirindo uma melhor compreensão de si próprias e do outro; Para Vygotsky, ao reproduzir o comportamento social do adulto em seus jogos, a criança está combinando situações reais com elementos de sua ação fantasiosa; quando a criança imita o adulto e é orientada por ele, e interiorizada pela criança. (Vygotsky, 2008)

“só no brinquedo as operações exigidas podem ser substituídas por outra e as condições do objeto podem ser substituídos por outras condições do objeto, com a preservação do próprio conteúdo da ação.” (Leontiev, p122. 2006)

Brincar é essencial, pois permite que a criança explore seu mundo interior e descubra os elementos externos em si, exerce a socialização e adquira qualidades fundamentais para seu desenvolvimento físico e mental, entretanto é importante que se reflita sobre a necessidade dos educadores tirarem o máximo de proveito do potencial educativo das brincadeiras tornando o processo educativo natural e agradável. Não se pode “jogar” qualquer brincadeira e “deixar” a criança brincando sozinha, sem um

propósito, sem um entendimento que é um processo social do qual o professor faz parte, como um mediador quando necessário.

Diante do exposto, e por meio da observação das condições de produção da escola e dos sujeitos pesquisados, notou-se que a feitura de um produto pedagógico que atendesse as demandas daquele contexto seria muito interessante. Assim, nasceu o processo de construção do jogo “Me conhecendo”.

3.3 O Processo De Construção Do Jogo

Para construção de um jogo que atendesse a realidade, houve a necessidade de sentir na prática o que acontece em sala de aula com as crianças.

A pesquisadora desse trabalho, logo após ingressar no programa de Mestrado em Educação Sexual e ter a primeira orientação com o professor Vagner Sergio Custódio, optou por protocolar a solicitação de informações e visitas as escolas municipais e estaduais.

A resposta da Secretaria Municipal De Educação foi negativa, não autorizando a entrada em salas de aulas do município. (conforme anexo A) No entanto, a Diretoria Regional de Ensino, responsável pelas escolas estaduais mostrou-se muito interessada e autorizou a escolha de qual escola contatar. (anexo B)

A pesquisa de deu por amostragem, a escola eleita foi “Prof. Florestano Libutti”, localizada no bairro São José em Araraquara. A Diretora da Escola mostrou-se muito interessada no desenvolvimento do projeto na escola. Para tanto, marcou algumas reuniões para apresentação e explanação sobre o projeto, inclusive deixando-o a disposição para consultas da equipe pedagógica e professoras do primeiro ano.

A escolha do primeiro ano deveu-se ao fato da existência de uma aluna com deficiência Intelectual, embora o diagnóstico da Secretaria de Educação sobre a mesma ser inconclusivo. O primeiro ano também é muito importante, pois é o ano em que as crianças são alfabetizadas e começam a ter maior responsabilidade escolar, sendo este um dos objetivos do jogo.

Após o contato e conversa com todos os responsáveis, a Diretora convidou a pesquisadora para comparecer à reunião de pais para explicar o projeto, colher as assinaturas de autorização dos Pais.

Com a parte burocrática solucionada, foi o momento de elaborar algumas atividades para compreender melhor o conhecimento e a capacidade cognitiva das crianças para que posteriormente pudesse elaborar o jogo.

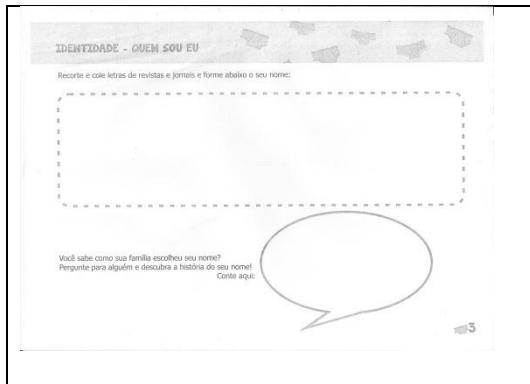
Foram realizados sete encontros, sempre as segundas feiras, com duração de 50 minutos cada, com as quatro salas de primeiro ano, individualmente.

No primeiro encontro distribuiu-se uma folha de papel xerocada (figura 1), na qual as crianças tinham que pegar uma letra em EVA correspondente a primeira letra do seu nome. O restante do nome eles teriam que escrever. Durante a atividade foi questionado sobre a família, com quem eles moravam, quem escolheu seu nome, se tinham algum bicho de estimação. O objetivo dessa atividade era mostrar a singularidade de cada um. Discorreu-se sobre os documentos de identidade e certidão de nascimento, enfatizando que mesmo que as pessoas tenham o mesmo nome não são iguais.

Essa atividade permitiu perceber uma grande discrepância entre os alunos, alguns sabiam o nome completo, outros precisaram de ajuda para escrevê-lo, alguns sabiam bem quem tinha escolhido seu nome e já tinham visto algum documento, outros

não sabiam se tinham ou não documentos. Foi solicitado que eles perguntassem aos pais sobre a data de nascimento deles para a atividade da próxima semana.

Figura 1 - Modelo da 1ª Atividade Desenvolvida



Fonte: [http://docs12\[minhateca.com.br/529814020,BR,0,0,Pipo-e-Fifi-livro-de-atividades.pdf](http://docs12[minhateca.com.br/529814020,BR,0,0,Pipo-e-Fifi-livro-de-atividades.pdf)

No segundo encontro tratou das datas importantes, conversou-se sobre suas respectivas datas de nascimento e idades e, posteriormente, tratou-se do motivo pelo qual existem as datas comemorativas. O objetivo, nesse momento, era verificar com eles a diferença de gênero, então foi perguntado sobre o dia da mulher, quem era melhor a mulher ou o homem, o rico ou o pobre, o médico ou o faxineiro, perguntas para ver como eram as reações deles perante as diferenças. Nesse dia observou-se que algumas crianças não sabiam que a data de nascimento e o dia do aniversário eram a mesma, algumas crianças não tinham familiaridade com datas comemorativas, sabendo apenas do Natal, mas não se lembraram do dia das crianças ou outras datas que costumam serem comemoradas nas escolas. Com relação as diferenças, não percebeu-se que eles o façam em relação ao gênero. Eles consideraram as mulheres iguais aos homens, mas apontaram a desigualdade na questão financeira e de escolaridade, mostraram que quem é rico ou com uma boa profissão melhor do que quem é pobre. Essa questão foi

esclarecida, atentando para a importância de todos na sociedade e que somos todos iguais, independente de qualquer questão.

Figura 2 – Foto da Pesquisadora fazendo atividade em sala de aula



Fonte: Acervo pessoal de K.E.K

O terceiro encontro foi para tratar sobre direitos e deveres. Levaram-se algumas folhas com dizeres e imagens de direitos e deveres, as crianças deveriam apontar se era um direito ou dever. Posteriormente, houve a discussão sobre a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Questionou-se quem diz o que devemos fazer, se eles sabiam quem controlava e verificava se estava tudo em ordem. As crianças apontaram mais a polícia do que o conselho tutelar, mas todos já haviam ouvido falar no conselho tutelar. Nesse encontro receberam um desenho (Figura 6) para eles colorirem. No desenho tinham crianças de diversas raças e etnias, propositalmente para se falar em igualdade. Foi pedido para que eles colorissem como quisessem. Houve neste dia uma questão bastante enfática, na qual uma criança perguntou para a professora qual era o lápis de cor que correspondia a cor da sua pele. A professora respondeu de maneira “rude”: aparentemente sua resposta pareceu negativa e incisiva para chamar a atenção da pesquisadora, como se a mesma estivesse fazendo algo de errado, pois a mesma afirmou para a criança que “não existe uma cor de pele certa, que ela já tinha falado isso!”. Outro episódio desse tipo foi com outra criança que pintou o rosto do desenho de

azul e a mesma professora o repreendeu, afirmando: "Não vivemos em desenhos animados que tem gente de qualquer cor, você não sabe que não existe gente azul?"

Diante da situação instaurada, a pesquisadora observou que no início da atividade as crianças foram deixadas livres para colorir como quisessem o desenho, sem imposições de cores. Nesse sentido, tentou-se minimizar a situação no intuito de desfazer o clima que ficou em sala de aula. Além disso, elogiou-se as pinturas. Essa interferência ocorreu de forma tranquila para não retirar a autoridade da professora dentro da sala de aula.

Figura 3: Foto da 3^a Atividade Desenvolvida



Fonte: Acervo pessoal de K.E.K

Figura 4: Foto dos Deveres



Fonte: Acervo pessoal de K.E.K

Figura 5: Foto dos Direitos



Fonte: Acervo pessoal de K.E.K

Figura 6 – Modelo da 3º atividade



Figura 7 – Exemplo da atividade realizada pelo aluno 1



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=desenho+para+colorir+direitos+humanos&source=lnms&tbo=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiG5LPqqe7UAhVKgpAKHfikAZMQ_AUIBigB&biw=1406&bih=673#imgrc=oEdZ1RLq3EQ2PM:

Figura 8 - Exemplo da atividade realizada pelo aluno 2

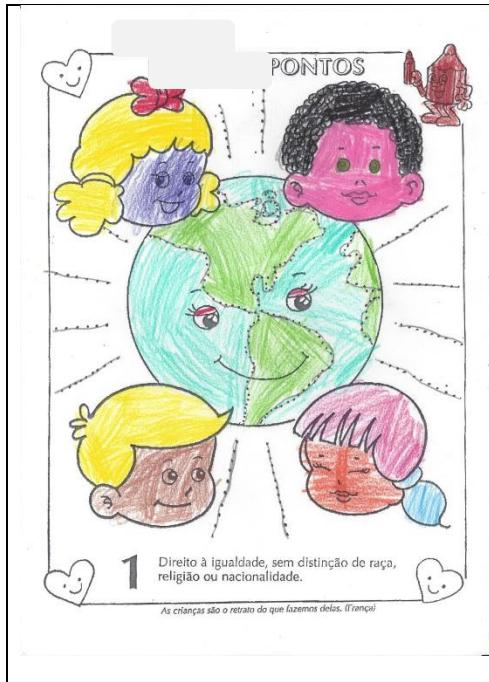


Figura 9 - – Exemplo da atividade realizada pelo aluno 3



Fonte:

https://www.google.com.br/search?q=desenho+para+colorir+direitos+humanos&source=lnms&tbo=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiG5LPqqe7UAhVKgpAKHfikAZMQ_AUIBiB&biw=1406&bih=673#imgrc=oEdZ1RLq3EQ2PM:

O quarto encontro foi o mais tenso, não com todas as turmas e crianças, mas foi o único dia, em que se percebeu desconforto, especialmente com uma das professoras. Neste encontro falou-se do corpo, do nosso corpo e da diferença entre homens e mulheres. Foi colocado na lousa duas cartolinhas com imagens de um menino e outra com a Figura de uma menina nua (Figura 10). Logo observou-se os risinhos e alguns ficaram um pouco constrangidos. Rapidamente, a conversa entre a pesquisadora e eles foi tratada de forma natural e descontraída e todos ficaram tranquilos e responderam bem as atividades solicitadas.. Foi dada uma folha com o desenho de um menino (Figura 11) ou uma menina (Figura 15) para cada um deles, e estes deveriam nomear as partes do corpo, inclusive as partes íntimas. Após a sensação de desconforto

inicial, todos participaram, entretanto, faz-se necessário chamar a atenção para alguns fatos ocorridos durante a atividade. O objetivo da atividade era saber se conheciam as partes do corpo e falar das partes íntimas/privado, a qual ninguém pode toca-las ou mostra-las. Todos escreveram os nomes corretamente, claro que nas partes íntimas apareceram muitos apelidos, e foi esclarecido que todos podiam continuar a chamar pelo nome habitual, mas os nomes científicos dados para estas era Pênis e Vagina (ou vulva). Após a nomeação das partes foi proposto que pintássemos os desenhos, uma vez que ninguém pode andar na rua nú, então, todos fizeram “roupas” para os desenhos.

Os casos que mais chamaram a atenção foi da professora do 1º ano D, que saiu da sala assim que coloquei o cartaz na lousa, não esperou a explicação da atividade, ficou do lado de fora , sem dar explicação, claramente procurou mostrar que estava ocupada com outra tarefa. Ao término da atividade ela voltou e não disse nada. Houve também uma menina que se sentiu constrangida, cobrindo a folha da atividade com o caderno e só deixando aparecer às linhas onde teria que escrever as partes do corpo, mas fez a atividade toda. (Foi dito que se ela não se sentisse bem não era obrigada a fazer a atividade.)

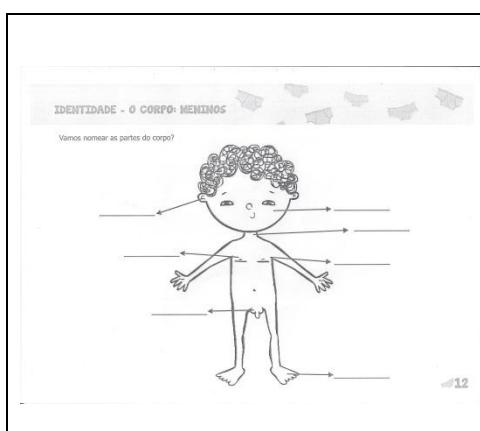
Além disso, alguns meninos queriam ver o desenho das meninas, mas assim que percebi disse-lhes que o desenho estava na lousa que eles poderiam ir ate lá para ver mais de perto se quisessem, mas, aparentemente, eles só estavam provocando duas meninas que não se incomodaram. Alguns nomes dados a parte intima masculina chamaram a atenção, como “pistola”, uma vez que este termo não é muito comum para o vocabulário de crianças de 6 e 7 anos, para as partes intimas das meninas os nomes eram os mais comuns, como “perereca”, “pepeca”, etc.

Figura 10 - Foto da 4^a Atividade Desenvolvida



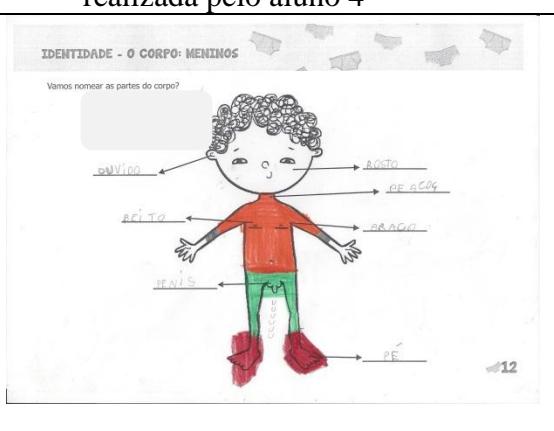
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 11 – Modelo da 4º atividade A



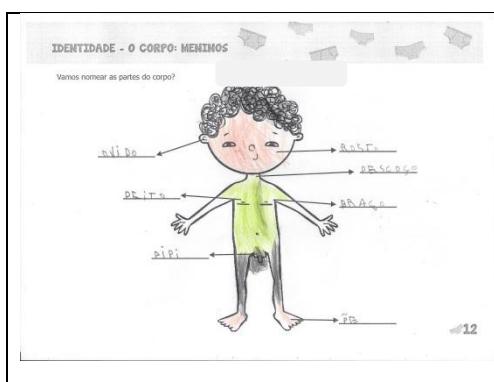
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 12 – Exemplo da atividade realizada pelo aluno 4



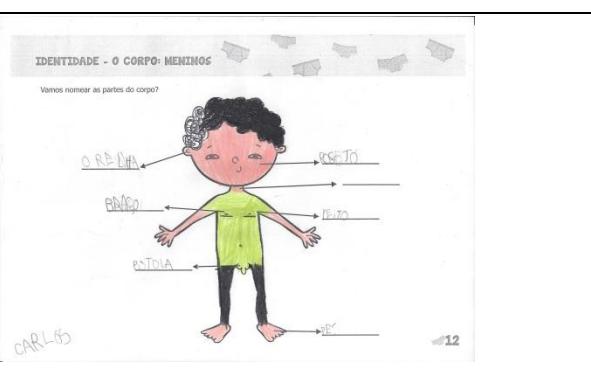
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 13 - Exemplo da atividade realizada pelo aluno 5

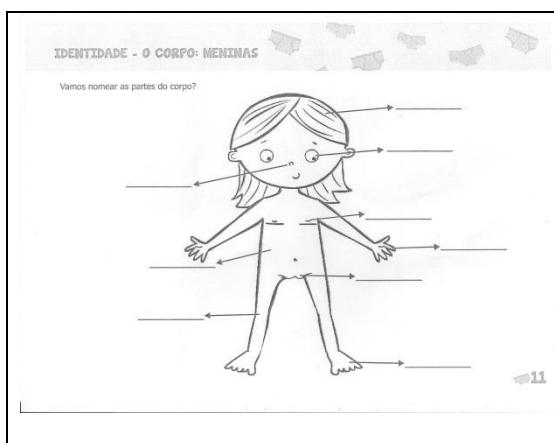


Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 14 - – Exemplo da atividade realizada pelo aluno 6



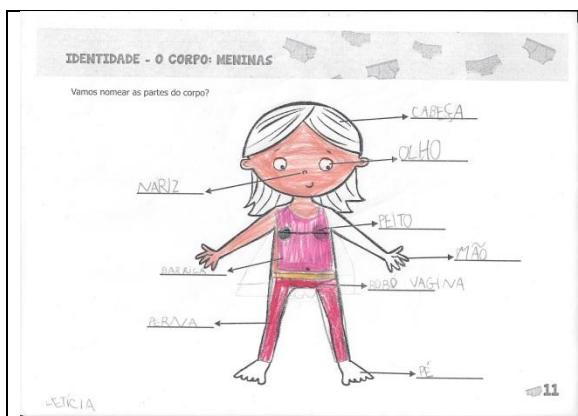
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 15 – Modelo da 4º atividade B

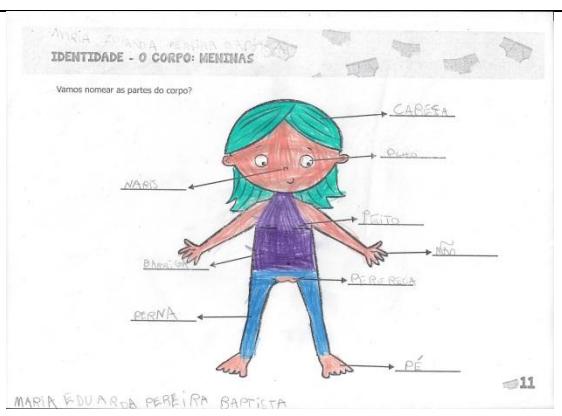
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 16 – Exemplo da atividade realizada pelo aluno 7

Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 17 - Exemplo da atividade realizada pelo aluno 8

Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 18 - Exemplo da atividade realizada pelo aluno 9

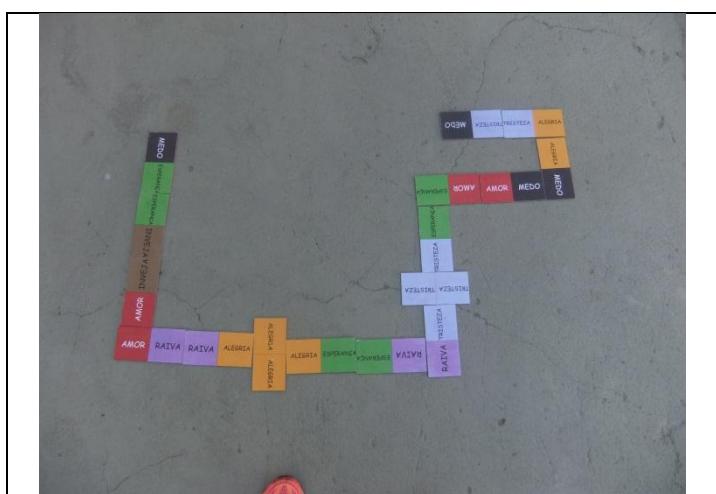
Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Por uma questão do tempo disponível para a realização da atividade, todos os meninos ficaram com o desenho do menino para nomear e colorir e todas as meninas ficaram com os desenhos de meninas, entretanto na lousa estavam os dois desenhos e a atividade foi feita em conjunto para esclarecer as dúvidas de todos.

No quinto encontro foi conversado sobre as emoções e os sentimentos, a pesquisadora observou que já conhecíamos nosso corpo por fora e queríamos saber quem já havia pensado nele “por dentro”. Falou-se sobre a naturalidade de algumas emoções e como outras são difíceis até de dar nomes, foi esclarecido que todas as

emoções são “normais e saudáveis”, as quais precisamos de todas, mas que algumas emoções devemos aprender a entendê-las para poder controlá-las. Nesse dia fez-se com eles o “dominó das emoções” (Figura 19) peças de madeira com ao todo sete emoções. Neste jogo eles deveriam colocar na ordem como em um dominó. Durante esta atividade percebeu-se a dificuldade de algumas crianças em ler, utilizando mais as cores do que a leitura da palavra. Isto foi, especialmente importante, para que todas as atividades futuras tivessem uma segunda opção além da leitura.

Figura 19 - Foto da 5^a Atividade Desenvolvida



Fonte: acervo pessoal de K.E.K

No sexto encontro assistiu-se ao filme “Divertidamente”, dirigindo-se à sala com o projetor, as crianças sentaram no chão e assistiram ao desenho dividido em duas partes. (Duas aulas, pois o filme é muito longo).

Devido à falta de tempo não houve um debate como o desejado após o filme, mas sempre havia uma explanação, para não deixá-los sair com dúvidas. A pesquisadora despediu-se das crianças explicando que demoraria para voltar, e aquela parte do projeto já havia acabado, mas voltaria a ser realizado um novo jogo para eles.

Foi conversado com a equipe e os professores que a pesquisadora estaria à disposição para qualquer dúvida ou problemas que alguma criança poderia apresentar e depois a pesquisadora voltaria para a segunda etapa do projeto.

3.4 O Jogo “Me Conhecendo”

Como resultado deste Mestrado Profissional foi criado um produto, um manual pedagógico e o jogo didático que estará disponível para qualquer pessoa imprimir e utiliza-lo através do link: <https://karinkruger12.wixsite.com/educacaosexual>

COMO FUNCIONA O JOGO?

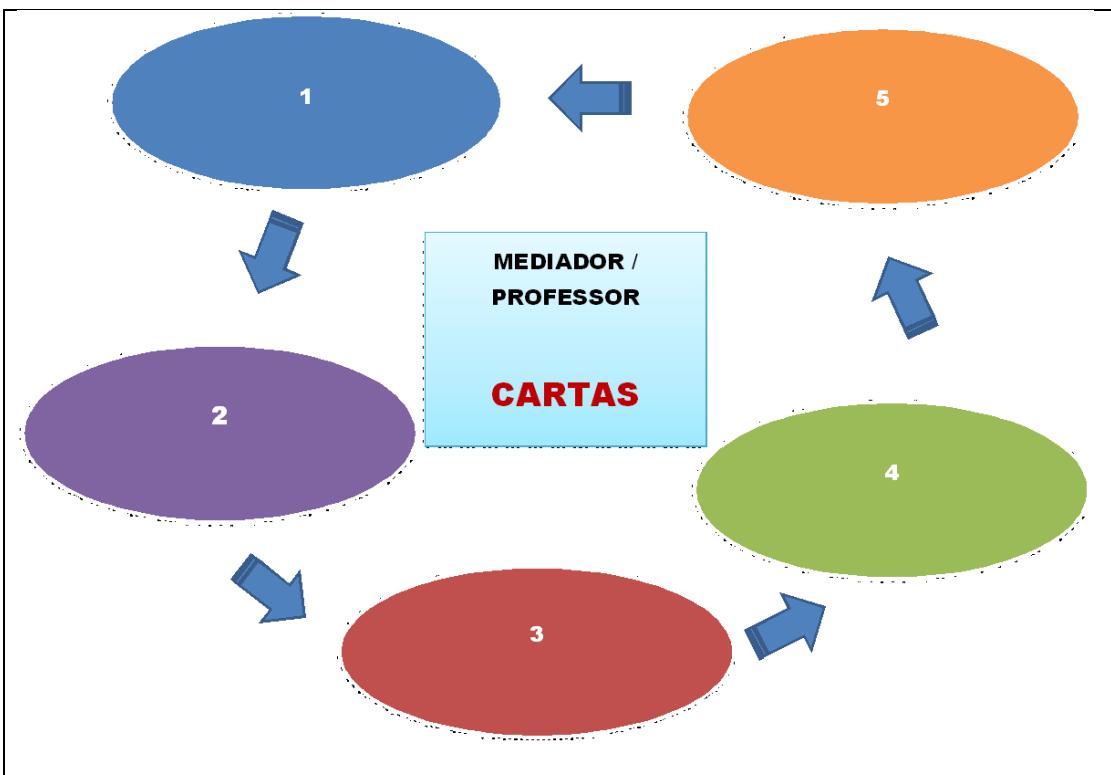
O Jogo “ME CONHECENDO” é um jogo criado para trabalhar em escolas (ou em outros ambientes como ONG`S, associações, etc.) com as crianças de todas as idades, pois permite selecionar as cartas conforme a faixa etária e as demandas específicas de cada local. É um jogo totalmente inclusivo, pelo fato de que todas as crianças podem jogá-lo, suas regras e formato foram elaborados principalmente para que crianças com deficiência intelectual possam participar.

O jogo foi todo projetado permitindo que as crianças com deficiência auditiva e visual possam joga-lo, pois as cartas tem os dizeres em Braile e por não ser preciso se levantar para representar, pode-se contar uma história ou cantar, por exemplo, ele também atinge as crianças com deficiências físicas.

É um jogo com um tapete para todos sentarem-se próximas, onde elas podem expressar livremente suas ideias e sentimentos sobre diversos assuntos. O papel do mediador será de estimular a fala e organizar a ordem e nunca de reprimir.

O jogo é composto de um **TAPETE** colorido medindo 1,50 x 1,50 metros

Figura 20 – Imagem do Tapete



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

As cartas com os assuntos a serem tratados através de fala, mímica, música, teatro, qualquer forma de expressão escolhida pela criança. O mediador deve considerar o tempo disponível para o jogo e dividi-lo entre as equipes, para que todos possam jogar pelo menos uma rodada. Todas as cartas têm o assunto escrito em letras de forma bem grandes e um desenho explicativo para facilitar a compreensão das crianças menores ou com deficiência.

Figura 21 - Carta 1



Figura 22 – Carta 2



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 23 - Carta 3



Figura 24 – Carta 4



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 25 - Carta 5



Figura 26 – Carta 6



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 27 Carta 7



Figura 28 – Carta 8

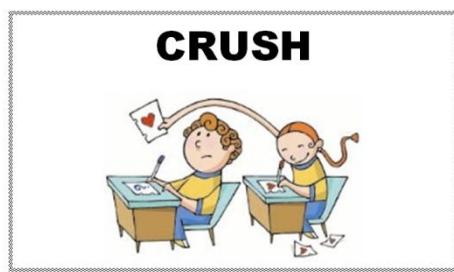


Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 29 – Carta 9



Figura 30 – Carta 10



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 31 - Carta 11



Figura 32 – Carta 12



Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 33 - Carta 13**Figura 34 – Carta 14**

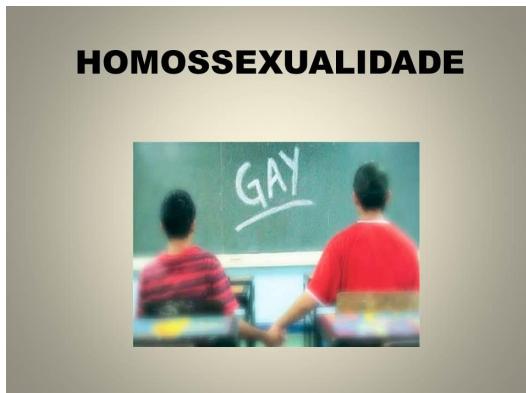
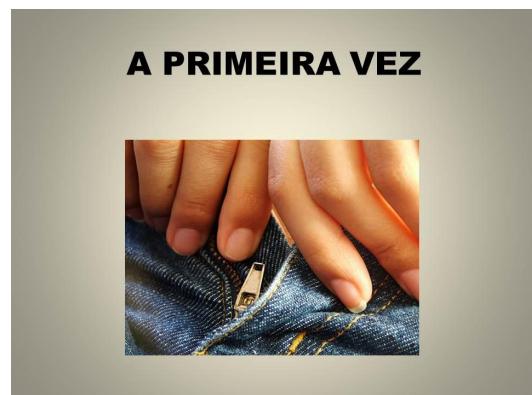
Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 35 - Carta 15

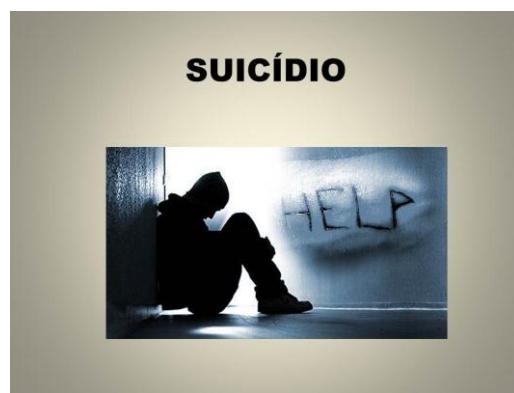
Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 36 - Carta 16**Figura 37 – Carta 17**

Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 38 - Carta 18**Figura 39 – Carta 19**

Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 40 - Carta 20**Figura 41 – Carta 21**

Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

Figura 42 – Carta 22

Fonte: Modelo desenvolvido pela pesquisadora

CRONÔMETRO ou ampulheta, é usado para controlar o tempo no jogo, pode-se utilizar um cronômetro digital simples, que ficará com o mediador, mas este

também pode ser trocado para crianças menores ou com deficiência por uma ampulheta grande.

Figura 43 - Cronômetro



Fonte:

http://images.tcdn.com.br/img/img_prod/243435/cronometro_digital_portatil_com_relogio_e_alarme_ref_t_tim_0010_00_3798_1_20160721100359.jpg

OBJETIVO DO JOGO

O objetivo do jogo é dar espaço às crianças para poder conversar e/ou se expressar sobre questões do dia-a-dia. O jogo chama-se “ME CONHECENDO”, pois pretende fazer a criança falar sobre si mesma, do que gosta, do que a angustia, do seu corpo e de seus sentimentos. Obviamente, o jogo leva em consideração a faixa etária das crianças, assim, temos cartas de cores diferentes para faixas etárias diferentes, com questões próprias e angústias desta faixa etária. O jogo pode ser jogado em grupos ou cada criança pegando a carta, isso também fará a criança pensar se a sua rotina é igual ou diferente da de outras crianças e se existe “algo estranho” para ser conversado sobre isso. O jogo permite ainda que as cartas sejam criadas pelas instituições, para levantar questões próprias de cada região, ou problemas que estão passando naquele momento e que devem ser debatidos.

REGRAS DO JOGO

O **MEDIADOR** é um professor ou jogador que já conheça o jogo. A figura do mediador é muito importante durante o jogo, pois cabe a ele selecionar previamente todas as cartas que podem ser usadas durante a jogada conforme a faixa etária do grupo e se há alguma questão que necessita ser tratada durante o jogo. Além disto, ele deve ler com antecedência uma cartilha que auxiliará na condução do jogo sem interferir na expressão das crianças e algumas dicas para poder estimular as falas quando o grupo for tímido e deixar todo o material disponível para ser usado de fácil acesso, como papel e lápis, caso seja necessário.

AS CRIANÇAS dividem-se em grupos ou cada participante se posiciona em uma cor do tapete, irá seguir a ordem numérica que está no tapete. Cada participante ou grupo de participantes irá sortear uma carta na caixa que está com o mediador e terá um tempo (que depende da faixa etária do grupo) para planejar a ação e outro tempo para executar. Por exemplo para um grupo de sete a dez anos o tempo de planejamento pode ser de dois minutos e de ação é de três minutos.

As crianças podem: falar, desenhar, fazer mímica, cantar, interpretar (teatro), sobre o assunto da carta, se estiverem jogando em grupo, devem entrar em um consenso para a apresentação. As outras crianças podem adivinhar, quando for o caso, ou esperar terminar para comentar sobre o assunto também.

Pode-se jogar uma rodada, onde cada grupo ou criança joga uma vez, ou pode-se jogar mais vezes, vai depender muito do tempo disponível para o jogo. O importante é que todas joguem pelo menos uma vez.

OBSERVAÇÕES

Alguns grupos são mais quietos, tímidos, outros já querem falar demais, alguns assuntos são bem simples, do dia-a-dia, outros já “tocam nas feridas” deles, é muito importante que o mediador fique atento para as angustias do grupo, para as questões que podem surgir e que não serão resolvidas naquele momento. E sempre que achar-se necessário, peça ajuda para um profissional, um psicólogo ou um orientador dentro a instituição para conversar com a pessoa individualmente ou quando for o caso com todo o grupo.

O objetivo do jogo é levantar questões pessoais, estimular as crianças a falarem sobre si, mas sabemos que alguns casos são mais sérios e precisarão de ajuda profissional. Não se sintam-se mal com isso, muito pelo contrário, o jogo ajudou como um “diagnóstico” para perceber que algo estava errado com esta criança e essa é a chance de ajudá-la.

4. A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO: AMBIENTE, SUJEITOS E OBSERVAÇÕES

Para atingir o objetivo proposto, optou-se por realizar dois tipos de pesquisa que se complementam: a bibliográfica, para aprimoramento do assunto em pauta e a pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, no intuito de entender qual a compreensão das crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental tem sobre si e sobre sua sexualidade, utilizando-se do lúdico como estratégia educativa.

Por meio de pesquisa bibliográfica realizaram-se estudos sistemáticos e críticos reflexivos sobre o tema, acrescentando as reflexões da pesquisadora, bem como um roteiro previamente estruturado com possibilidade de ampliação à medida em que descobertas de novas fontes de pesquisa fossem surgindo. Marconi e Lakatos (2004) destaca a necessidade de consultar, ler e fichar os estudos já realizados sobre o tema, com espírito crítico, a partir dos trabalhos mais gerais e seguindo para os estudos mais específicos.

No tocante às especificidades teórico-metodológicas dessa investigação, a metodologia-teórica tem como base referencial a análise discursiva foucaultiana. Em sua aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970, intitulada *A Ordem do Discurso* (2007b), Foucault questiona sobre como se dá os procedimentos de controle discursivos dentro da sociedade. A ninguém é dado o direito de dizer, sem entrar em dada ordem discursiva de determinada comunidade. Dessa forma o sujeito procura entrar na ordem discursiva estabelecida por dada sociedade, pois teme os efeitos de controle do seu dizer.

Nesse sentido, entrar no discurso sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual é complexo, na medida em que vivemos dentro de uma sociedade que marginaliza ou silencia esses dizeres, por temer os efeitos de sentido do mesmo ou por desconhecer que o DI também possui sexualidade.

As indagações da pesquisa são encaminhadas no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade. Apesar de o filósofo ter esmiuçado sobre o tema em *A Arqueologia do Saber* (2007a), respondendo aos críticos a respeito de suas escolhas investigativas, é naquela aula primeira que são explicitadas as potencialidades da análise do discurso como ferramenta metodológica. Assim como várias pesquisas têm recorrido a esse conceito, também o fizemos para construir um percurso teórico-metodológico que nos permitisse analisar e problematizar as questões a cerca da compreensão de sexualidade das crianças do primeiro ano do ensino fundamental.

Ao analisar os discursos levamos em conta suas especificidades (Foucault, 1999). Com isso queremos dizer que o funcionamento dos discursos não está pré-definido à espera de nossas leituras, como se bastasse irmos com um arsenal de ferramentas metodológicas e um “modelo” de dinâmica discursiva para decifrá-lo. Cada discurso tem suas peculiaridades que as teorias que o analisam. Enfim, o filósofo mostra uma forma diferente de trabalhar, o que lhe permite avançar e traçar uma segunda definição dos discursos:

Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é “mais” que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais

que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. E esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault, 1999, p. 55).

4.1 Ambiente

A Escola “Prof. Florestano Libutti” é uma escola tradicional de Araraquara, com mais de 67 anos de história, fica no bairro do Carmo/São José, uma região central e antiga da cidade. É uma escola de nível fundamental um, onde os primeiros e segundos anos estudam no período da tarde e as salas de terceiro a quinto anos no período da manhã.

A infra estrutura da escola é boa, antiga, mas muito bem conservada, existem aproximadamente 14 salas de aulas, entre sala de informática, biblioteca, e salas para atividades extras. A escola tem um pátio centralizado e as salas de aula em torno do pátio, há algumas arvores e vários vasos de plantas. As salas de aula são equipadas com a lousa verde tradicional, mesas e cadeiras para os alunos, armário para guardar alguns materiais. Geralmente as salas estão posicionadas com 5 fileiras de 6 carteiras cada.

A parte administrativa da escola fica logo na entrada, contendo uma secretaria, sala dos professores e a sala da diretora e vice diretora. Os alunos entram pelo portão lateral, que dá acesso direto ao pátio, mas não é proibida a passagem de alunos pela parte administrativa. A escola conta ainda com uma cantina bem equipada, servindo merenda para praticamente todos os alunos e os funcionários.

Figura 44 – Fachada da Escola

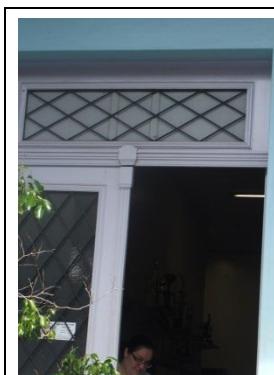


Figura 45 – Imagem 1 do pátio da Escola



Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Figura 46 – Imagem 2 do pátio da Escola **Figura 47** – Imagem 3 do pátio da Escola



Fonte: acervo pessoal de K.E.K

Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos em um semestre letivo, onde direcionou-se os sujeitos aos procedimentos metodológicos já apresentados, constituindo-se no seguinte Quadro:

Quadro 4: Descrição dos procedimentos metodológicos e respectivos sujeitos envolvidos

Procedimentos metodológicos	Sujeitos
Autorização para a execução do projeto na escola	Diretora e Vice Diretora
Reuniões para explicar o projeto	Diretora, Vice Diretora, Professores e pais
Elaboração das atividades piloto para conhecimento da turma	Pesquisador
Aplicação das atividades piloto	Alunos e professores
Reunião de feedback	Professoras, Diretora e vice Diretora
Elaboração do jogo “Me Conhecendo”	Pesquisador
Aplicação do Jogo “Me Conhecendo”	Alunos e Professores

Fonte: Elaborada pela pesquisadora

Para registrar as situações e os episódios ocorridos durante o período de observação, foi utilizado relatórios diários. Na entrevista (reunião) com as docentes utilizou-se o recurso da gravação e para a análise qualitativa, transcreveu-se a entrevista.

Fez-se as atividades primeiramente nas salas de aula, onde os alunos continuavam sentados em seus lugares e a pesquisadora circulava pela sala. No dia do dominó, eles fizeram os grupos e jogamos na parte da frente da sala, próximo a lousa, sentados no chão. Já nos dias do filme, fomos a sala de informática, onde fica o Data

Show para a projeção do filme, os alunos ficaram sentados no chão, alguns deitaram. A pesquisadora sentou-se em uma cadeira próximo a porta pois sempre tinham alguns alunos querendo sair para ir ao banheiro ou beber água. No dia da aplicação do jogo, com a permissão da diretora e das professoras fizemos a atividade ao ar livre, na sombra, mudando um pouco de posição para não atrapalhar as outras turmas que estavam em aula. Neste dia pode-se perceber claramente a alegria deles em sair da sala de aula.

4.2 Sujeitos participantes

Durante todo o processo desse projeto, trabalhou-se direta ou indiretamente com 5 professoras, uma professora saiu da escola entre o período das primeiras atividades e da aplicação do jogo, a diretora e a vice diretora (que também tem a função de coordenadora pedagógica). E a pesquisadora teve contato com todos os alunos dos primeiros anos, aproximadamente 120 crianças, alguns não participaram de todas as atividades pois estavam de “castigo”. Isto acontecia quando não terminavam a tempo uma atividade da professora ou não se comportavam bem, a professora do primeiro ano D, não permitia que eles participassem das atividades. Não houve nenhum aluno que o pai não permitiu a participação no projeto, durante a reunião de pais conversou-se com eles explicando o projeto e não houve objeção, entretanto como nem todos os pais assinaram as autorizações, alguns faziam atividades comuns que a professora passava (atividade parecidas com a minha, quando era para pintar eles também pintavam), os alunos não perceberam que as atividades eram diferentes.

No dia do jogo também houve este cuidado, para que eles não percebessem que o jogo era diferente para os alunos que os pais não assinaram, não queríamos deixar ninguém constrangido ou chateado por não participar.

4.3 Material

Todo material utilizado nas atividades foram selecionados e levados pela pesquisadora, não houve qualquer custo para a escola. O único material que era do próprio aluno eram os lápis de cor, que também foram levados, caso alguém não os tivesse.

Todo material foi selecionado com antecedência e deixado numa pasta para que os professores tivessem acesso ao que iria ser trabalhado, esta pasta ficou durante aproximadamente 20 dias na sala da diretora. Nesta pasta continha inclusiva sugestões de leitura para compreender melhor o que seria trabalhado e qual a finalidade de cada atividade.

Figura 48 – foto 1 da pasta com o projeto e matérias a serem usados

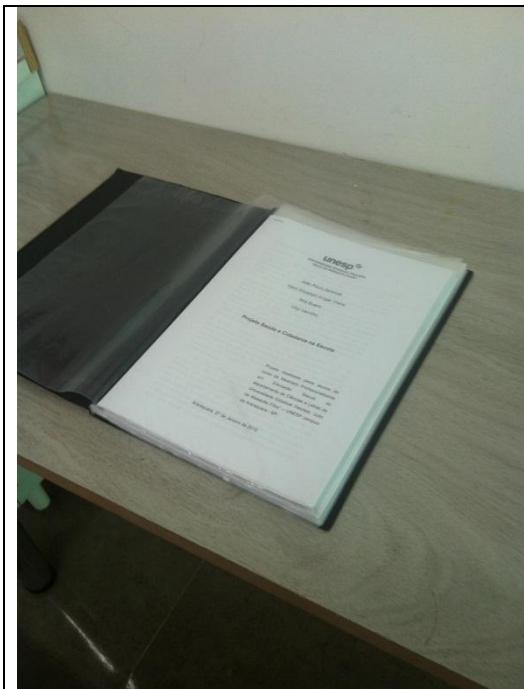
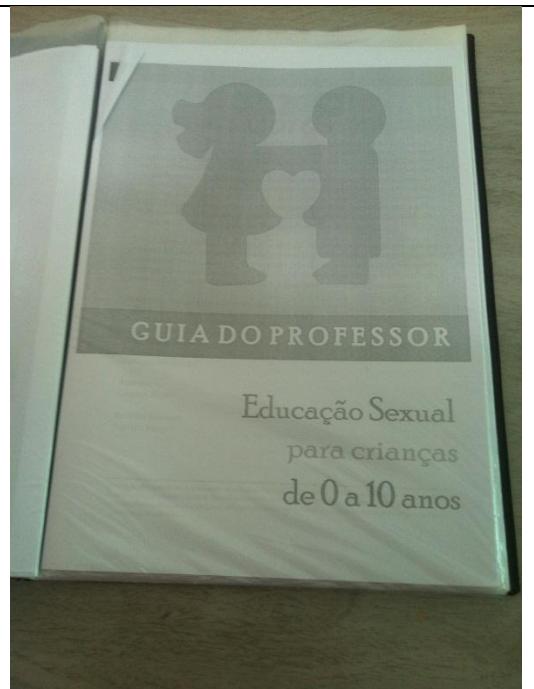


Figura 49 – foto 2 da pasta com o projeto e matérias a serem usados

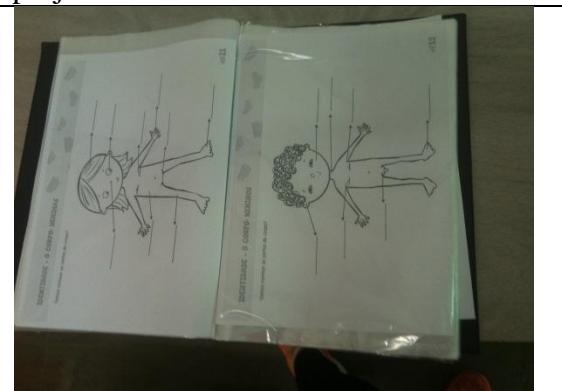


Fonte: Material elaborado pela pesquisadora

Figura 50 – foto 3 da pasta com o projeto e matérias a serem usados



Figura 51 – foto 4 da pasta com o projeto e matérias a serem usados



Fonte: <http://docs12.minhateca.com.br/529814020,BR,0,0,Pipo-e-Fifi-livro-de-atividades.pdf>

Procurou-se sempre tirar fotocópias a mais, pois algumas crianças pediam uma segunda folha quando erravam ou não gostavam do resultado.

Além do material utilizado pelas crianças foi levado o celular da pesquisadora para registrar algumas atividades, entretanto como a pesquisadora estava sozinha na aior

parte das vezes (exceto no dia do jogo que foi solicitado para uma pessoa acompanhar e registrar) não houve muitas fotos das primeiras atividades. Porém ao término do dia efetuou-se um relatório detalhado sobre o que aconteceu em cada sala para não esquecer de nenhum detalhe. No dia do jogo e da “entrevista/reunião” foi levado um gravador de voz também.

4.4 Procedimento

Durante as sete segundas feiras que foram para o piloto do projeto a pesquisadora chegava às 12 horas e 45 minutos, e sentava-se num banco em frente a sala dos professores, aguardava a professora responsável pela sala para leva-la até a sala de aula e assim, permitisse que trabalhasse com as crianças. Algumas vezes este processo demorava um pouco, pois eram necessários passar alguns recados. Nas salas seguintes a pesquisadora ficava na porta aguardando ser chamada. Como eram quatro salas, trabalhavam-se as três primeiras aulas, aguardava-se o intervalo e trabalhava-se a aula seguinte, ficando aproximadamente 4 horas e 30 minutos dentro da escola.

No dia da aplicação do jogo, chegou-se às 12 horas e 40 minutos e ficou-se aguardando a professora para dirigirmo-nos à sala de aula, como já havia sido combinado antes, o jogo seria aplicado fora da sala de aula. Primeiramente entrou-se na sala, conversou-se com eles, explicando que havia voltado após estas semanas para aplicar um jogo com eles. Todos ficaram muito animados, dividiu-se os grupos conforme as fileiras em que estavam sentados e foram levados para o tapete do jogo. O jogo durou aproximadamente 45 a 50 minutos e depois voltamos para a sala de aula. Queria-se saber deles o que acharam do jogo e se tinha alguma sugestão para novas

cartas, foi muito gratificante saber que eles gostaram e quase todos sugeriram temas para novas cartas. Depois deste momento explicou-se que seria o último encontro.

4.5 Análise Preliminar das Informações

As professoras foram consultadas antes do início do projeto, não foi nada imposto, nem pela diretora e muito menos pela pesquisadora, entretanto sentiu-se como se estivesse invadindo o ambiente delas, nenhuma se queixou ou falou algo diretamente, mas percebeu-se que elas não participavam das atividades, sempre que a pesquisadora entrava em sala elas começavam a fazer outra coisa, como corrigir os cadernos, mas não se desligavam do que estava-se falando, por várias vezes houve alguma intervenção da professora ou para “corrigir” as atividades, ou para chamar a atenção de algum aluno.

A pesquisadora preocupou-se muito em não se indispor com nenhuma professora. Uma professora em especial, a do primeiro ano A, ficava olhando as atividades, pedindo mais capricho, falando que não era assim que ela tinha ensinado eles. Esta professora pareceu querer mostrar para a pesquisadora que ela sabia controlar a turma e que era uma ótima profissional. Já a professora do primeiro ano D, evitava a presença da pesquisadora, pode-se perceber que ela era religiosa (Evangélica) e quando foi dito que a pesquisadora fazia o mestrado em Educação Sexual seu comportamento mudou completamente. Foi ela que saiu da sala no dia em que falou-se do corpo. Esta professora também era a que mais controlava o horário, como se quisesse que a atividade acabasse logo, além de ser ela que colocava os alunos de “castigo” e não podiam participar das atividades. Esta professora mudou-se de cidade e então veio outra professora substituí-la.

Os alunos foram muito receptivos, logo no primeiro dia já decoraram nome da pesquisadora e sempre a cumprimentavam nos corredores e no horário do intervalo, alguns eram muito carinhosos e a abraçavam, queriam contar mais histórias do que era solicitado, por vezes pediu-se para conversamos depois que terminasse a atividade, durante o recreio deles. Mesmo quando a pesquisadora voltou depois de várias semanas para a aplicação do jogo, todos lembraram e vieram abraçá-la, queriam que o projeto continuasse. Mesmo os alunos mais agitados, os quais muitas vezes foram chamados a atenção, eram carinhosos. No último dia, a pesquisadora ficou emocionada quando quase todos quiseram dar um abraço de despedida.

5. RESULTADOS

Dia 29/05/2017 as 11horas e 50 minutos retornou-se à escola para a reunião com a diretora e as professoras, para conversar sobre como elas sentiram a etapa piloto e para planejar a aplicação do jogo. Na reunião estavam as 4 professoras além da Diretora. (Observação: foi solicitado a diretora uma entrevista com cada uma das professoras, entretanto elas pediram que a reunião fosse com todas ao mesmo tempo, alegando ser devido ao período letivo, época de provas.)

A Reunião transcorreu bem, apesar de pairar uma atmosfera um pouco hostil por parte de uma das professoras, a impressão dada é que ela estava querendo competir com a pesquisadora de alguma forma. Praticamente somente ela falou, as outras professoras ficaram muito quietas e só concordavam em alguns trechos da conversa, A professora que estava substituindo a que se mudou também não comentou nada, ficou apenas observando. A diretora por vezes pareceu uma mediadora, se posicionando principalmente quando a professora questionava sobre o projeto.

Quadro 5 - Transcrição de trecho 1 da entrevista

(...) Pesquisadora: Agora eu precisava ter de vocês um feedback, saber o que vocês acharam, o que vocês sentiram destes alunos, o que os alunos comentaram, como eles reagiam ao projeto, se eles gostavam ou não.

Prof 1: Então, olha, eu vou ser bem sincera com você...Então Karin (é Karin né?), então o projeto não foi desenvolvido, se agente pensar em aulas planejadas e aulas dadas ele não foi desenvolvido. Se eu não me lembro na minha sala você foi 4 ou 5 vezes.

Pesquisadora: é foram 6 atividades ao todos, sendo que o filme foi passado em dois

dias.

Prof 1: então foram menos, bem menos, então assim, eu acho que primeiro, teria que reformular o seu projeto, eu olhando seu projeto ele estava num formato de letra que não era adequado, você lembra que eu comentei com você?

Pesquisadora: sim, você falou a questão da letra...

Prof 1: que não era adequada ao primeiro ano... em fim então é isso eu acho que tem que ter uma sequência, porque os alunos ficam perdidos, perguntando...

Prof 2: eles sabiam que era de segunda feira, na minha sala era na segunda, né?

Pesquisadora: sim, todas as salas eram na segunda feira. (...)

Fonte: Elaborado pala pesquisadora

Ao observar a fala da prof 1 podemos perceber uma certa falta de interesse, um certo desdém, tanto pela pesquisadora quanto pelo projeto realizado, vemos isso quando ela demonstra que não sabia quantas atividades foram desenvolvidas, mal lembrava do nome da pesquisadora, assim como não sabia em que dia o projeto era desenvolvido.

Todo material que seria utilizado durante o projeto estava em uma pasta que foi mostrado para elas numa reunião e deixado com a diretora para consulta, entretanto vê-se novamente a falta de interesse quando a diretora disse que ninguém procurou a pasta. (A diretora disse isso após a reunião, quando já havia parado de gravar).

Quadro 6: - Transcrição de trecho 2 da entrevista

(...)Prof 1 : Sabe o que eu acho que acontece, principalmente com quem estuda psicologia, e... o que acontece na pedagogia, eu acho que as duas, as duas áreas tinham que andar juntas, e tem um abismo imenso entre as duas, e isso não pode

acontecer, porque quando você entra dentro da sala de aula para desenvolver um trabalho, você tem que estar pelo menos visto antes de como você vai apresentar isso de acordo com a série que você vai, a serie escolhida. Você tem que sabe por exemplo que os alunos, eles, no começo da escolarização, no primeiro ano, a letra tem que ser um tipo de letra, os desenhos também tem que ser uma coisa bem pensada. Tudo isso quem pode fornecer para você? Não é um psicólogo. Então eu acho que falta casar as duas coisas, porque você fica falando uma língua eu falo outra... e ai a gente não se entende. E até o jeito que você se coloca perante a sala tem que ser uma coisa que um professor tem que te dizer, de como você vai falar com a criança, de como você vai abordar. Tudo isso é uma coisa importante, nós não entramos na sala de aula sem saber isso, entendeu? isso você poderia ate levar para o seu professor lá, como um questionamento...

Eu: sim claro..

Prof 1: nós devemos estudar um pouco mais a abordagem curricular escolar, e como entrar na escola para desenvolver um programa, acho que isso é importante também.
(...)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Neste trecho, podemos perceber a professora disputando “poder” com a pesquisadora, Foucault descreve a vontade de verdade, como uma das três procedimentos de exclusão, onde o sujeito utiliza do discurso para descrever a sua verdade, ou melhor, a “verdade verdadeira”, também executa essa condução imanente ao ligar-se aos saberes e, assim, seguir os modos pelos quais esses são aplicados, valorizados, distribuídos, repartidos e atribuídos na sociedade. A vontade de verdade, portanto, a partir de instituições e de pontos de distribuição e apoio disseminados por todo tecido social, tende a exercer

poder de influência sobre os outros discursos (Foucault, 2007b). Para pertencer a uma determinada disciplina, uma proposição precisa usar os instrumentos conceituais ou técnicas que são por ela definidas e recorrer ao seu horizonte teórico para encontrar-se no “verdadeiro”. Podemos perceber isso claramente na fala da Prof. 1 quando ela separa Professoras e Psicologas, dando a entender que o meu saber não cabe à aquele lugar.

Para Foucault não existiria tampouco um único poder exclusivo e centralizado no Estado, mas uma série de poderes locais, específicos a pequenas áreas de ação como as instituições, que se articularam ao Estado, numa rede capilar de interrelações. Trata-se de uma dinâmica do poder que se estende por toda a sociedade e suas instituições, atingindo de forma concreta o indivíduo, no seu corpo, sendo caracterizada como um micropoder.

Em realidade poderíamos nos arriscar a falar, a partir dessa concepção de poder de Foucault que em realidade só existiram micropoderes. Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, mas funcionam como uma rede de dispositivos e mecanismos, presentes em todas as relações humanas como uma prática (Murad, 2010).

Quando a reunião acabou ficou acordado então que voltaria no dia seguinte para a aplicação do jogo em duas salas, pois uma das professoras achou que uma aula seria pouco tempo para eles compreenderem as regras e já jogarem.

No dia 30/05 as 13 horas a pesquisadora chegou na escola e aguardou até a diretora recepciona-la, as 13 horas e 10 minutos ela me indicou a sala 5, sala do primeiro ano D, onde a professora recebeu a pesquisadora. A pesquisadora cumprimentou os alunos e como alguns não a reconheceram, então se apresentou. Foi então que a pesquisadora explicou novamente o projeto e o jogo de maneira bem breve

e simples. Demorou aproximadamente 10 minutos para explicar o jogo e suas regras, sorteou-se uma carta para exemplificar para eles como o jogo funcionava.

Como na sala tinham 5 fileiras de carteiras e seriam justamente 5 grupos, foram divididos desta forma, na primeira turma de inicio houve uma pequena reclamação, eles queriam se juntar entre os amiguinhos, mas logo se aquietaram e pudemos sair da sala e ir até onde o jogo estava localizado. O tapete foi posicionado de maneira a não atrapalhar as demais salas com o barulho, procurou-se “cantos” onde não tinham salas em aula e na sombra.

Os grupos foram conduzidos até o tapete um de cada vez, posicionando-se em frente a uma cor, quando todos já estavam em volta do tapete a atividade começou. A atividade toda durou aproximadamente uma hora e dez minutos em cada turma, bem mais rápido do que imaginávamos de inicio, eles assimilaram as regras facilmente e compreenderam o objetivo do jogo.

Depois que todos do grupo participaram, voltamos para a sala de aula e conversamos um pouco sobre o jogo. Todos gostaram do jogo, acharam fácil e apesar de alguns serem mais tímidos, de maneira geral todas as crianças participaram. Foi solicitado que eles dessem sugestões de novas cartas, dentre todas as sugestões três delas foram muito pertinentes e pretende-se acrescentar no jogo: Meio Ambiente/Desperdício, Drogas (cigarro, álcool e outras) e Deficiência (eles expressaram deficiência como a deficiência física, mas cabe uma carta com várias deficiências).

Para podermos ter uma noção melhor de como as crianças reagiram e interagiram com o jogo, veremos cada grupo individualmente.

Grupo 1

A primeira turma ficou sentada em fileira atrás da cor da maneira que foi indicado. Esta turma ficou muito bem comportada, escutaram novamente as instruções e já iniciamos as atividades, eles pegaram as cartas: “Hora de Dormir”, “Brincar com o Irmão ou Irmã”, “trocar-se sozinho”, “bullying” e “gosta ou não de ir para a escola”. A professora assistiu as duas primeiras apresentações e depois voltou para a sala de aula. Todos os grupos participaram e apresentaram a atividade correspondente ao solicitado. Algumas crianças participavam das discussões dentro do grupo mas não queriam apresentar.

Os grupos apresentaram atividades diferentes, houve contação de história (que foi a maioria), mímica, e teatro. Após cada apresentação todos participavam de uma discussão sobre o tema, e tinham a oportunidade de dar suas opiniões. Nestes momentos criava-se um pequeno tumulto, pois todos queriam falar ao mesmo tempo, mas tudo foi controlado e pudemos continuar com o jogo. Depois que todos terminaram, voltamos para sala, conversamos sobre as impressões sobre o jogo e a pesquisadora se despediu deles, dizendo que aquele era o ultimo encontro.

Figura 52 – Aplicação do jogo G1



Figura 53 – Aplicação do jogo G1



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

Figura 54 – Aplicação do jogo G1**Figura 55 – Aplicação do jogo G1**

Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

Grupo 2

Como já havíamos combinado no dia anterior, a atividade iniciou somente após o intervalo, as 15 horas e 50 minutos, agora com o primeiro ano A, esta turma é bem mais agitada que a anterior, após a etapa inicial na sala de aula, esta turma queria sentar sobre o tapete, onde não caberiam todos os alunos, desta maneira, a pesquisadora teve que reposicionar e explicar que não havia necessidade de sentarem sobre o tapete, que este servia apenas para indicar os grupos e a ordem de apresentação. O tapete estava num local diferente da turma anterior, um “canto” mais isolado da escola. A pesquisadora teve um pouco mais de dificuldade com essa turma para que eles prestassem atenção às apresentações dos outros grupos, eles queriam fazer todos ao mesmo tempo, houve a necessidade de chamar a atenção deles varias vezes.

Esta turma pegou as cartas: “Brincando com a mamãe”, “Como gostariam de ser” (que eles entenderam o que gostariam de ser quando adultos), “A hora de dormir”, “Meu corpo”, “Existem brinquedos só de meninos ou só de meninas?”

Todos apresentaram-se, nesta turma e quase todos eles queriam fazer mímica, apenas um grupo contou o que gostariam de ser quando crescessem. O grupo que tirou a

carta Existem brinquedos só de meninos ou só de meninas utilizou da mímica, mas não foi muito compreendido pelo restante do grupo, entretanto na conversa com todos o tema foi muito bem trabalhado, todos quiseram falar e concordaram que não existem brinquedos só para meninos ou meninas. Após todos jogarem, eles queriam outra rodada, jogar mais, mas devido ao tempo não foi possível. Voltamos para sala e novamente perguntou-se o que acharam do jogo e se tinham sugestões de cartas, eles gostaram muito, mas as sugestões eram todas muito parecidas com as cartas já existentes. Esta professora não acompanhou o jogo, ficando na sala de aula o tempo todo.

Antes de ir embora, a pesquisadora conversou com as professoras e elas concordaram que não havia a necessidade de reservar duas aulas para o jogo, assim no dia seguinte, sairia de uma turma e já iria para a outra. Quando a pesquisadora foi embora neste dia ficou pensando como poderia melhorar a aplicação para o dia seguinte, organizar para que eles não fizessem todos a mesma forma de apresentação. Entretanto chegou a conclusão que isso faz parte da atividade, dar liberdade deles expressarem-se da maneira que acharem melhor. A única coisa que foi feita, foi tirar duas cartas que a pesquisadora acreditou não ser adequada para a idade deles, as cartas eram, “crush” e “quem sou eu?”

Figura 56 – Aplicação do jogo G2**Figura 57 – Aplicação do jogo G2**

Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

Grupo 3

No dia 31/05 a pesquisadora dirigiu-se para a turma B, e como das outras vezes conversamos na sala primeiro e depois fomos para o tapete. A escolha dos grupos se deu da mesma maneira, por fileiras, mas logo percebeu-se que dois alunos se isolaram dos demais, eles foram chamados para sentarem com seus grupos, mas eles se recusaram e ficaram sentados encostados na parede só observando.

Nesta turma as cartas sorteadas foram: “Hora do banho”, “brincando com o Papai”, “hora de dormir”, “Você gosta da escola” e “O que eu mais gosto em mim”.

Quando chegou a vez do grupo que iria apresentar a carta “Hora do Banho”, duas meninas queriam fazer mímica e dois meninos queriam cantar, a pesquisadora disse que não haveria problema, que poderiam fazer as duas coisas, mas antes mesmo de começar uma das meninas começou a chorar, preocupada, a pesquisadora foi conversar com ela, saber se ela estava com vergonha ou o que estava acontecendo, a pesquisadora disse que faria a mímica junto e que não precisava ter vergonha, mas a professora interveio e disse que ela era sempre assim e a retirou da atividade. A pesquisadora

continuou com a atividade e fez a mímica junto com a outra menina e todos deram muita risada, os meninos cantaram apenas um refrão de uma musica inventada por eles na hora. A pesquisadora ficou preocupada com a menina que chorou, mas só foi possível conversar com a professora depois do termino de toda a atividade. A professora disse que ela sempre chora, que não pode se sentir pressionada, e não deu muita importância para o fato, foi solicitado à ela que observasse a menina, pois isso poderia ser indício de algum problema mais grave emocional.

Na apresentação do “que eu mais gosto em mim”, eles mostravam as partes do corpo, como eram fortes, mas depois na conversa também falamos do lado mais psicológico, das questões que não podem ser vistas e que devem ser valorizadas, como caráter, inteligência, entre outros, as demais apresentações ocorreram normalmente, com a participação de todos, quase sempre usando a mímica. Ao termino voltou-se para sala e novamente foi perguntado o que acharam e se tinham sugestões, assim como na turma anterior as sugestões eram sempre muito parecidas com as cartas já existentes. A pesquisadora se despediu e foi para a outra sala.

Figura 58 – Aplicação do jogo G3



Figura 59 – Aplicação do jogo G3



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

Grupo 4

Tudo transcorreu como planejado, foi conversado em sala de aula antes, depois fomos para o tapete e iniciamos a brincadeira. A aluna com Deficiência Intelectual é desta turma, então a pesquisadora ficou mais atenta para ver como ela iria reagir ao jogo. Ela jogou como todos os outros alunos, só ficou um pouco mais ansiosa para chegar logo a sua vez, mas nada que atrapalhasse o andamento do jogo.

Nesta turma as cartas sorteadas foram: “Racismo”, “Se trocar sozinho”, “Brincando com o irmão ou irmã”, “Hora do Banho” e “Meu corpo”.

O grupo que pegou o racismo sabia o que significava, mas não sabia como expressar, estavam com medo que a pesquisadora os reprimissem se fizessem teatro, que foi a ideia inicial deles. A pesquisadora foi até o grupo e disse que poderiam fazer o teatro que não teria problema algum e seria muito bom para todos os outros entenderem do assunto. Então eles combinaram que um iria xingar o outro de “preto e feio”, e que este iria chorar. Eles fizeram o teatro, mas sempre olhando para a pesquisadora para ver se esta não iria brigá-los com eles.

Aqui podemos perceber o que Foucault discorre sobre as relações de poder postas, seja pelas instituições, escolas, prisões, etc, foram marcadas pela disciplina: “mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, que é apenas um modelo reduzido do tribunal” (Foucault, 1999 p149). É pela disciplina que as relações de poder se tornam mais facilmente observáveis, pois é por meio da disciplina que estabelecem as relações: opressor-oprimido, mandante-mandatário. A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (Foucault, 1999 p121). Entretanto, a organização espacial, horários, escala hierárquica, tudo leva a essas instituições a prescrição de comportamentos humanos estabelecidos e homogêneos.

Após o teatro houve uma conversa longa , falou-se para um se colocarem no lugar do outro, falou-se como o racismo existe e nem sempre é explicito como foi feito no teatro, que as vezes só o fato de não chamar esse amigo para brincar já é racismo. Eles gostaram de poder falar sobre o assunto, e perguntaram qual a diferença do racismo e do Bulling. Foi explicado de maneira bem simples para que eles entendessem e depois terminou a atividade. Os outros grupos apresentaram e tudo transcorreu normalmente. Novamente voltamos para a sala e a sugestão pertinente desta turma foi sobre deficiência, (a visão deles de deficiência é a deficiência física, o cadeirante) algo sobre descriminação, foi muito interessante partir deles essa ideia, acredita-se que foi justamente por ter conversado sobre o racismo e se colocarem no lugar do outro.

A pesquisadora se despediu e nesta turma em especial ficou emocionada, alguns vieram abraçar e dizer que iriam sentir falta. De modo geral todos eles foram muito carinhosos e respeitosos com a pesquisadora, mas esta sala pareceu mais afetiva.

Neste grupo pudemos perceber a “sensura” que as crianças recebem, talvez não de maneira declarada, mas de uma maneira velada a escola diz o que se deve e o que não se deve fazer ou dizer.

[...] o que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (Foucault 1999, p. 44)

Figura 60 – Aplicação do jogo G4



Figura 61 – Aplicação do jogo G4



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

Figura 62 – Aplicação do jogo G4



Figura 63 – Aplicação do jogo G4



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão da sexualidade deve ser entendida como um processo amplo, natural, inerente ao ser humano, e próprio de cada fase do desenvolvimento. A sexualidade está presente em todas as faixas etárias, independente de padrões de normalidade e de necessidades especiais, sejam estas físicas, mentais ou sociais (Denari, 2008). Entretanto, as crianças e jovens com deficiência intelectual necessitam, muitas vezes, de recursos diferenciados para alcançar a compreensão esperada pelos educadores. Este objetivo foi alcançado durante o jogo, todas as crianças participaram e gostaram do material, da dinâmica e de como foi conduzido o jogo. O jogo é um material didático concreto e palpável, com linguagem acessível e interessante, para que crianças e jovens portadores de DI conseguissem compreender, expressar e dialogar livremente sobre os temas propostos, incluindo a sexualidade.

O jogo também mostrou que atingiu seus objetivos quando uma das crianças ficou “abalada” e chorou, (na carta para falar sobre o banho) despertando os sentimentos deles e sugerindo algumas hipóteses que foram abordadas com a professora, explicando esta criança precisa de um cuidado especial. O jogo pode servir como um “diagnóstico” de que algo está se passando com esta criança.

O Objetivo de qualificar as professoras e entregar o material didático será realizado em Fevereiro de 2018, após todas as correções e sugestões feitas pela banca de defesa.

Na sociedade disciplinar o observador está presente em tempo real a observar e a vigiar os indivíduos. Os indivíduos sentem-se controlados pela força penetrante do olhar, tornando-se assim “dóceis” e “úteis”, podemos perceber isso nas falas, tanto das professoras, quanto dos alunos. É nesse controle do tempo, do

espaço, na vigilância invisível, no controle e vigilância imaginária exercida pelos procedimentos disciplinares que funciona o poder disciplinar.

Com toda esta discussão sobre poder e saber pode parecer num primeiro momento que somos prisioneiros, que todo este controle do poder disciplinar é prejudicial ao individuo e à sociedade, mas refletindo através destas leituras não se pode afirmar com convicção que isto seja verdadeiro. È claro que a liberdade é o que todos buscam, que filosofar sobre uma sociedade livre, sem “tiranos” é o que todos desejam, mas o próprio Foucault diz que o poder disciplinar elimina o poder tirano mas convive com o biopoder, e que o saber traz poder, então pode concluir que quanto mais se sabe, mais se estuda, mais poder se tem, e não precisará haver disputa pelo poder, pois o saber lhe dará um poder legitimo. È para isto que as pessoas buscam estudar e levar o conhecimento às pessoas.

Mesmo que a literatura aborde a problemática da sexualidade do DI, muitos pais e educadores continuam manifestando dificuldades e receios quando se fala deste assunto (Denari, 2008; Almeida, 2010). Tendo em vista que esta dificuldade se apresenta para a sociedade como um todo, e acreditando na importância da participação de todas as pessoas envolvidas na convivência do jovem portador de DI, o jogo é um material muito acessível, não requer treinamento prévio para ser aplicado, já vem com uma apostila autoexplicativa, é de baixo custo, podendo ser facilmente ser utilizado nas Escolas, Ong's ou ate mesmo em casa, com as famílias.

7. REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P DE ,ALMEIDA M. A. *Sexualidade e deficiência intelectual: um curso de capacitação para professores.* Rev. Bras. Est. pedag., Brasília, v. 91, n. 228, p. 408-423, maio/ago, 2010.
- ALMEIDA, M. da S. R.. *O que é deficiência intelectual ou atraso cognitivo?* São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em: 1 jul. 2017.
- ALMEIDA, P. A. de P. F. P. C. *A Sexualidade na Deficiência Mental.* Revista Saber & Educar, n.º15 , 2010 . Disponível em:
<http://repositorio.esepf.pt/handle/10000/463>. Acesso em: 03/05/2015.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *DSM-V. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.* Porto Alegre : ARTMED, 2014, 4a. ed.
- BAIDWAN, S.; PAUL, M.M.; CHHATWAL, J.; DESWAL, R.S. *Growth And Sexual Maturity Pattern Of Girls With Mental Retardation.* International Journal of Applied and Basic Medical Research, Jan-Jun, Vol 4, 2014.
- BASTOS, O.M.; DESLANDES, S. *Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica.* Ciência e Saúde Coletiva, v.10, n.2, p. 389-97, 2005.
- BELISÁRIO FILHO, J. F.; CUNHA, P. *A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar:* Transtornos Globais do Desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 9. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20especial%20na%20perspectiva%20da%20inclus%C3%A3o%20escolar%3A%20tr>

anstornos%20globais%20do%20desenvolvimento&source=web&cd=1&ved=0C
 DQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption
 %3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D7120%26Itemid%3D
 &ei=ZfyMUCjpD-
 7K0gGqhIAY&usg=AFQjCNGQy1AkBR49b_Fz1vJ3Id4knrO1fw&bvm=bv.46
 340616,d.dmQ>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Centro nacional de Educação Especial — CENESP. *Educação Especial: dados estatísticos* — 1974. Brasília: MEC, 1975.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constiticao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BRASIL. Decreto de lei, n. 6.949, de 25 de agosto de 2009a. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 18 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes*

nacionais para a Educação Especial na educação básica. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2001h. Disponível em:
 <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 25 jan.
 2016.

CARNEIRO, M. S. C. *A deficiência mental como profissão social: de Itard à abordagem sócio-cultural.* In: Baptista, Cláudio Roberto; BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.* Porto Alegre: Mediação, 2006.

CENSO 2010 - www.censo2010.ibge.gov - acessado em 18/10/2017

CUSTÓDIO, V. S. *Atividades lúdicas como elemento facilitador para inclusão do deficiente auditivo na classe comum..* Marília, 2002.

DAMIANOVIC, M. C. *Material Didático: De Um Mapa De Busca Ao Tesouro A Um Artefato De Mediação* In: DAMIANOVIC, M.C. (Org) Material Didático: Elaboração e Avaliação. 19-32.Cabral, 2007.

DE ANDRADE PEDROSO, C., BARRETO, J. M., MALAQUIAS, J. D. S. S., & DE MIRANDA PINTO, L. *Papel Do Brinquedo No Desenvolvimento Infantil.* Acessado em <http://www.scelisul.com.br/cursos/graduacao/pd/artigo2.pdf>, em 03/05/2016

DENARI, F. E. *Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos.* Revista Brasileira de Educação Especial, v. 8, n. 1, 2002.

DENARI, F. E. *Educação especial e inclusão escolar: das dimensões teóricas às ações práticas.* Revista Ambiente e educação, São Paulo, v1, n2, p31-39, 2008.

DENARI, F. E. *Adolescência, Afetividade, Sexualidade e Deficiência Intelectual: O Direito ao Ser /Estar.* Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, capa V5, N°1, 2010.

FACCI, M.G.D. *A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski.* Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, abril 2004.

Fatores Etiológicos da Deficiência Mental - Generated by Foxit PDF Creator

Foxit	Software
-------	----------

http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/SPP_Arquivos/PessoascomDeficiencia/FatoresEtiologicosdaDeficienciaMental.pdf	acesso em: 4 de junho de 2017.
---	--------------------------------

FIERRO, Alfredo. *Os alunos com deficiência mental.* Tradução de Fátima Murad.

In: COLL, César, MARCHESI, Álvaro, PALACIOS, Jesus (orgs.).

Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FIGUEIREDO, R. V. (Org.). *Escola, diferença e inclusão.* Fortaleza: Edições UFC,

2010. 160 p.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro:

Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GABRIELE, M. C. ; OLIVEIRA M. A. DE, ;ARRAIS R.H., *Uma introdução ao estudo*

Do Dispositivo de Sexualidade, a partir da leitura da obra “Historia da

Sexualidade – A vontade de saber” de Michel Foucault. **Acessado em**

www.petpsi.ufc.br/JornalMural/Conceito_dispositivo.doc em 17/06/17

GLAT, R. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.* Rio de Janeiro: 7

Letras. 2007.

GLAT, FERNANDES, E. M.. *Da educação segregada à educação inclusiva:*

uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação

Especial brasileira. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revista_inclusao1.pdf>. Acesso e: jan. 2016.

- GLAT; BLANCO, L. de M. V. *Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva.* In: GLAT, Rosana (Org.) *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- GODOY, R. F. *Benefícios do exercício físico sobre a área emocional.* Movimento, v. 8, n.2, p. 7-16, 2002.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.
- KATALINIĆ, S.; ŠENDULA-JENGIĆ, V.; ŠENDULA-PAVELIĆ, M.; ZUDENIGO,S. *Reproductive rights of mentally retarded persons.* Psychiatria Danubina, Vol. 24, No. 1, pp 38–43, 2012.
- KESHAV, D.; HUBERMAN, B.. *Sex Education for Physically, Emotionally, and Mentally Challenged Youth.* Advocates for Youth, April, 2006.
- LUSTOSA, F. G., SANTOS, J. A. S., *A Imagem Das Pessoas Com Deficiência Nos Selos: Um Retrato (Mal) Formado?* Acessado em <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/ARTIGO%20SELO%20ALEX%20GE NY%20LUSTOSA%20BRASIL.pdf> no dia 04/07/2017
- MAIA, A.C.B; CAMOSSA D. A. *Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias.* 12(24),205-214, 2003.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. *Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências.* Revista Brasileira de Educação Especial, 16(2) p. 159-176, 2010.
- MAIA, A.C.B. *Inclusão e Sexualidade - Na Voz de Pessoas com Deficiência Física,* 2011
- MELO, M. R., *A sexualidade de estudantes deficientes mentais: experiências de*

professoras do ensino fundamental em Sergipe. Dissertação de mestrado. Núcleo de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 30 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufs.br>>, acesso em 10 de abril de 2015.

ONU — ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens.* Lisboa: Secretaria nacional de Reabilitação, 1989.

PONTES Â. F. *Sexualidade: Vamos Conversar Sobre Isso? Promoção do Desenvolvimento Psicossexual na Adolescência: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção em Meio Escolar* - Dissertação de Candidatura ao grau de Doutor em Ciências de Saúde Mental, submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. 2011 Acessado em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/24432/2/Sexualidade%20vamos%20conversar%20sobre%20isso.pdf> em 25/06/2017

ROLIM, A. A. M.; GUERRA, S. S. F.; TASSIGNY, M. M. *Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil.* Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 23, n. 2, p. 176-180, jul./dez. 2008.

SCHLIEMANN, A.L., DUARTE, D. do E.S.T., GARCIA, G.S. *Sexualidade – adolescência - deficiência mental: um desafio a pensar..* In: Simpósio Internacional do Adolescente, São Paulo, 2005. Disponível em:http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000200074&lng=en&nrm=abn, acesso em: 30 de Abril de 2015.

SANTOS, F. M. Dos. *A importância da afetividade no processo de ensino e*

- aprendizagem como mediadora da práxis educativas no ensino superior.*
- Revista UNI. Imperatriz (MA). ano 2, n.2, p.111-122. janeiro/julho 2012
- SOUZA, Maria Thereza Costa Coelho de. *O desenvolvimento afetivo segundo Piaget.* São Paulo: Summus, 2003. (Coleção na escola: alternativas teóricas e práticas)
- SCOTT, E. S. *Sterilization Of Mentally Retarded Persons: Reproductive Rights And Family Privacy*, Duke Law Journal, 1986.
- TADEU, M. *Deficiência Intelectual: o conceito*. Revista Ponto Com, 2013. Disponível em: <http://www.revistapontocom.org.br/artigos/deficiencia-intelectual-o-conceito> acesso em: 01 de maio de 2015.
- TONIETTO, M. R.; VIEIRA, F. G. L.; PAULA, D. H. L. de; WANDEMBRUCK, M. P. *Brincar: Uma Experiência Da Teoria De Vygotsky*, Publicado em Educare 2006, acessado em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-259-TC.pdf> em 05/04/2016
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Corde, 1994.
- VAGULA, E. VEDOATO, S. C. M. *Educação inclusiva e língua brasileira de sinais*. Londrina: UNOPAR, 2014.
- VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente*. SP: Martins Fonte, p. 107-124, 2008.
- VIGOTSKII, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV A.N. *Linguagem, Desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo. Ícone, 2006
- VOLOKH, E, *Sexual Autonomy Rights Of The Mentally Ill*, The Washington Post, June 5, 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 – CARTE DE RECUSA DA SECRETARIA MUNICIPAL

Araraquara, 27 de agosto de 2015

À Secretaria Municipal da Educação de Araraquara

Assunto: Solicitação Informações.

A/C Sra. Arary Ferreira:

Solicito a Vossa Senhoria a possibilidade de disponibilizar informações das Escolas Municipais de Ensino Fundamental na cidade de Araraquara.

Necessito dos seguintes dados:

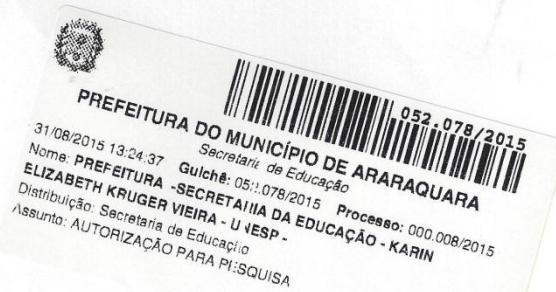
Nome da escola, total de alunos matriculados por ano, numero de alunos com algum tipo de deficiência intelectual (mental), ano em que estão matriculados e idade destes alunos.

Respeitosamente.

Karin Elizabeth Kruger Vieira
Aluna do Mestrado

Prof. Dr. Wagner Sérgio Custódio
Orientador

Anexo: Projeto de pesquisa para Mestrado em Educação Sexual UNESP.



Para
 Cássia Canato
 Gerente de Educação
 Especial
 Pm. Análise e
 manifestação.
 Pth. 16/09/15
 Foi. Maec
 INÉS MARINI RODRIGUES
 COORDENADORA EXECUTIVA
 DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Aeste é de acordo
 Para Cássia - Ceará
 Gerente da Educação
 Especial, solicito eficiar
 devolutiva à pergunta do
 seu desiderio de orientação
 Pth. 22/09/15

Foi. Maec
 INÉS MARINI RODRIGUES
 COORDENADORA EXECUTIVA
 DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Sra. Sônia

Após leitura do referido
 projeto, julgo possível a
 realização da pesquisa
 dentro das etapas 5 e 9.

Não autorizo trabalho
 em sala de aula c/
 material didático, nem
 treinamento c/ profissio-
 nais. Entendo que trabalho
 com material didático
 e formação de professores
 não pode ser desenvolvido
 por aluna pesquisadora
 de mestrado.

Cássia Maria Canato
 Gerente de Educação Especial
 21/09/15

T: (16) 999636486

KARIN.VIEIRA@IG.COM.BR

ANEXO 2 – CARTA DE ACEITE DA DIRETORIA REGIONAL

Araraquara, 27 de agosto de 2015

À Secretaria de Estado da Educação Núcleo Regional de Educação de Araraquara

Assunto: solicitação informações.

A/C Sra. Maria José Serra Vicente Zacro:

Solicito a Vossa Senhoria a possibilidade de disponibilizar informações das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental na cidade de Araraquara.

Necessito dos seguintes dados:

Nome da escola, total de alunos matriculados por ano, numero de alunos com algum tipo de deficiência intelectual (mental), ano em que estão matriculados e idade destes alunos.

Respeitosamente.

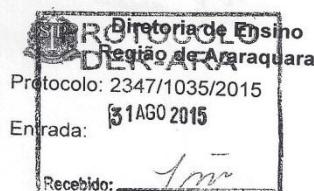
Karin Krüger

Karin Elizabeth Kruger Vieira
Aluna do Mestrado

Vagner Custódio

Porf. Dr. Vagner Sergio Custódio
Orientador

Anexo: Projeto de pesquisa para Mestrado em Educação Sexual UNESP.



T. (16) 99963 6486

KARIN.VIEIRA@ie6.con.br

<p>DIRETORIA DE ENSINO DE ARARAQUARA</p> <p><i>A supervisora Vilma ap análise e manifestação</i></p> <p>Em <u>01/09/2015</u></p> <p><i>m.</i></p> <p>Maria José S. V. Zaccaro RG. 9.066.963 Dirigente Regional de Ensino</p>	<p>DIRETORIA DE ENSINO DE ARARAQUARA</p> <p><i>De acordo. Nas escolas Estar duais a interessada deve bus- car diretamente na Escolas.</i></p> <p>Em <u>08/09/2015</u></p> <p><i>m.</i></p> <p>Maria José S. V. Zaccaro RG. 9.066.963 Dirigente Regional de Ensino</p>
---	--

Trata-se de projeto já em face de encaminhamento a professora agora busca dados que ela só pode conseguir nas escolas.

O trabalho na área de Educação Especial não relativamente raro desde que esta reporta está bem estruturada e convenientemente acompanhada daqueles que fizeram orientações. Sobre a Dr. Vilma Sergio Esteves, da UNESP.

Sendo assim, a supervisão nos trará ao deferimento de pedido da professora Vilma Sergio Karim Elizabeth Kruger, vicina, aluna de vestibular.

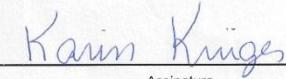
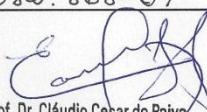
à comissão de supervisão

Araraquara, 08 de setembro de 2015

*Vilma Abudalla
RG. 9.066.963*

02.09.2015 PPP (01) T

ANEXO 3 – PÁGINA DE ROSTO DO COMITÊ DE ÉTICA

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: Sexualidade de Deficientes Intelectuais: Proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara - São Paulo - Brasil.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 106			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: KARIN ELIZABETH KRUGER VIEIRA			
6. CPF:	7. Endereço (Rua, n.º):	269.992.818-66 SAO JOSE 104 CENTRO ARARAQUARA SAO PAULO 14800410	
8. Nacionalidade:	9. Telefone:	10. Outro Telefone:	11. Email:
BRASILEIRO	16999636486		karinkruger12@gmail.com
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>24, 02, 17</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO		13. CNPJ: 48.031.918/0001-24	
15. Telefone: (11) 3252-0233		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Cláudio Cesar de Paiva</u>		CPF: <u>137.082.868-39</u>	
Cargo/Função: <u>Dirutor</u>		 Prof. Dr. Cláudio Cesar de Paiva Dirutor Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

ANEXO 4 – TCLE DA DIRETORA E PROFESSORAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Karin Elizabeth Krüger Vieira, RG 28.518.678-4, sou psicóloga e mestrande de Educação Sexual da Universidade "Júlio de Mesquita Filho", Campus Araraquara, sob a supervisão do Prof Doutor Vagner Sérgio Custódio. Estou realizando uma pesquisa que tem como título "Sexualidade de Deficientes Intelectuais: Proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araraquara – São Paulo - Brasil.

Você está sendo convidado a participar voluntariamente desse estudo. Sua participação consistirá em fornecer uma entrevista, na qual, fará um relato sobre sua experiência escolar. Este projeto pretende levantar dados sobre os conhecimentos e as ações adotadas por educadores sobre o tema "sexualidade", com atenção prioritária aos alunos que possuem algum tipo de Deficiência Intelectual (DI), regularmente matriculados em escola pública da cidade de Araraquara, SP – Brasil. Além disso, propõe-se a criação de materiais didático-pedagógicos, tal como jogos didáticos e apostilas, para distribuição na instituição pesquisada, visando a orientação, reciclagem e auxílio na formação de professores que trabalham com a educação de crianças e jovens portadores de DI.

Decidindo favoravelmente a sua participação voluntária neste estudo é importante saber que:

- a) Você poderá declinar de sua participação da pesquisa a qualquer momento, se assim preferir, não havendo qualquer prejuízo pessoal a sua pessoa;
- b) Você terá acesso a sua entrevista depois de transcrita e caso haja algum desconforto em relação ao relato poderá retirar seu consentimento ou solicitar que algumas questões que cause constrangimento seja excluído;
- c) A pesquisa poderá ser utilizada posteriormente para trabalhos científicos sempre mantendo sua identificação em sigilo, assegurando-lhe completo anonimato, pois as informações que poderá identificá-lo serão excluídas;
- d) Essas informações, por serem de caráter confidencial, serão apenas utilizadas para os objetivos desse estudo;
- e) Destaca-se que sua participação é voluntária e depende exclusivamente de sua vontade em colaborar com a pesquisa;
- f) Não será cobrado nada; não haverá gastos com sua participação neste estudo;
- g) Considera-se que a participação nesse estudo traz riscos mínimos a você, como inibição ou desconforto;
- h) Contudo, caso a participação na pesquisa desencadeie desconforto psicológico, você será encaminhado(a) a serviços psicológicos especializados;
- i) Caso haja danos comprovadamente causados decorrentes da participação na pesquisa, você será indenizado(a);
- j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas

com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:

Karin Elizabeth Krüger Vieira – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.

Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:

Professor Dr. Vagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017

Wilton Domingos
Assinatura do participante

Karin Krüger
Assinatura da pesquisadora responsável

com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:

Karin Elizabeth Krüger Vieira – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.

Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)

E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:

Professor Dr. Vagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/Araraquara: (16) 32092634

Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.

Anaoguara, 29 de maio de 2017

Karin Krüger
Assinatura do participante

Karin Krüger
Assinatura da pesquisadora responsável

com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:

Karin Elizabeth Krüger Vieira – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.

Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:

Professor Dr. Vagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeetica@folar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017

Assinatura do participante

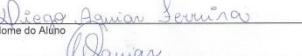
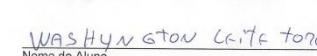
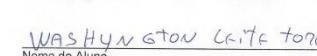
Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO 5 – TCLE DOS PAIS E RESPONSÁVEIS

<p>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</p> <p>Meu nome é Karin Elizabeth Krüger Vieira, RG 23.516.678-4, sou psicóloga e mestrandanda de Educação Sexual da Universidade "Júlio de Mesquita Filho", Campus Araçatuba, sob a supervisão do Prof. Doutor Wagner Sérgio Custodio. Estou realizando uma pesquisa que tem como título: "Sexualidade de Deficientes Intelectuais: Proposta de criação de material didático-pedagógico para intervenção escolar no município de Araçatuba – São Paulo - Brasil". Participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçatuba (UNESP), Rodovia Araçatuba-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araçatuba-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Enderço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custodio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçatuba: (16) 32092634 E-mail: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçatuba- UNESP, localizada à Rodovia Araçatuba-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçatuba – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara , 29 de maio de 2013</i></p> <p><i>Ambrósio Ferreira da Silva</i> Nome do Aluno <i>Ambrósio da Silva Maguire</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>Participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçatuba (UNESP), Rodovia Araçatuba-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araçatuba-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Enderço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custodio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçatuba: (16) 32092634 E-mail: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçatuba- UNESP, localizada à Rodovia Araçatuba-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçatuba – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara , 29 de maio de 2013</i></p> <p><i>Wiliam Rafael Gomes Silva</i> Nome do Aluno <i>Karen Machado</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
---	---

<p>j) participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor. Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Karen Krüger da Silva</i> Nome do Aluno <i>Lincoln Tiago</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>j) participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor. Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Karin Krüger da Silva</i> Nome do Aluno <i>Adrieli da Costa</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>j) participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor. Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Caleia Lúcia da Fonseca de Britto</i> Nome do Aluno <i>Maria Eduarda Souza Fonseca da Britto</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>j) participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor. Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Heitor Silveira</i> Nome do Aluno <i>Andréia Lopes Ferreira</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio de 2017</u></p> <p><u>Julia Ferreira Júnior</u> Nome do Aluno <u>Manoel Jucálio de Abreu</u> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio de 2017</u></p> <p><u>Manoel de Souza Neto</u> Nome do Aluno <u>Manoel de Araújo Neto - Senna Madero</u> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio de 2017</u></p> <p><u>Heloísa Faraco</u> Nome do Aluno <u>Manoel de Araújo Neto - Senna Madero</u> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6468.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6468 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio de 2017</u></p> <p><u>Heloísa Faraco</u> Nome do Aluno <u>Manoel de Araújo Neto - Senna Madero</u> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

<p>Participação na pesquisa: você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara-UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeteica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio</u> de 2017</p> <p><u>Diego Aguiar Ferreira</u> Nome do Aluno  Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>Participação na pesquisa: você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara-UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeteica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio</u> de 2017</p> <p><u>Ricardo Henrique Góes</u> Nome do Aluno  Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>Participação na pesquisa: você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara-UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeteica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio</u> de 2017</p> <p><u>Washington Luiz Torelo</u> Nome do Aluno  Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>Participação na pesquisa: você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara-UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeteica@fclar.unesp.br.</p> <p><u>Araraquara, 29 de maio</u> de 2017</p> <p><u>Washington Luiz Torelo</u> Nome do Aluno  Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><u>Karin Krüger</u> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçariguara (UNESP); Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 - Bairro: Machados Araçariguara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçariguara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçariguara- UNESP, localizada à Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçariguara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Anaoguara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Drica Stephania Vintermeier</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Marcia Lújina Bragioni</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçariguara (UNESP); Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 - Bairro: Machados Araçariguara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçariguara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçariguara- UNESP, localizada à Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçariguara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Anaoguara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Renato Alberto Gomes da Silveira Filho</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Renata Gomes da Silveira</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçariguara (UNESP); Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 - Bairro: Machados Araçariguara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçariguara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçariguara- UNESP, localizada à Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçariguara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Anaoguara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Drauzio Joposo Zilio</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Drauzio Joposo Zilio</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araçariguara (UNESP); Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 - Bairro: Machados Araçariguara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araçariguara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araçariguara- UNESP, localizada à Rodovia Araçariguara-Jau, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araçariguara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Anaoguara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Arthur Gabriel Silva</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Wander Ramalho de Souza</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

j) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017.

Fernanda Ortega

Nome do Aluno

Márcia Cristina Barnabé

Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger

Assinatura da pesquisadora responsável

j) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017.

Maria Eduarda Peçanha Santos

Nome do Aluno

Nathalia Sancalha Braga

Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger

Assinatura da pesquisadora responsável

j) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017.

Lucas Gabriel da Oliveira

Nome do Aluno

Aduana Cristina Romão de Oliveira

Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger

Assinatura da pesquisadora responsável

j) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 - Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedetica@fclar.unesp.br.

Araraquara, 29 de maio de 2017.

Yuri M. Gótili Espírito Santo

Nome do Aluno

Yuri M. Gótili Espírito Santo

Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger

Assinatura da pesquisadora responsável

<p>I) participação na pesquisa, você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Felipe Danvengolo</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Wagner S. Sávio</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>I) participação na pesquisa, você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Renata Oliveira Barbara de Jesus</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Leônida Carolina Faria Filho</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>I) participação na pesquisa, você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Rai Freire Mendes</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Pedro Santos Mendes</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>I) participação na pesquisa, você será indenizado(a): j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Ananquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Pedro Fidelis de Abreu</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Júlia Mello Fidelis de Abreu</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); ii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar; O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017.</i></p> <p><i>Pedro Fidelis da Abreu</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); ii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar; O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017.</i></p> <p><i>PABLO HENRIQUE GUEDES</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); ii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar; O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017.</i></p> <p><i>PABLO HENRIQUE GUEDES</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p>participação na pesquisa, você será indenizado(a); ii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP), Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar; O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017.</i></p> <p><i>Silvia Cristina Moret</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Tatia F. de F. C. Moret</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

<p style="text-align: center;">participação na pesquisa, você será indenizado(a); i) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Leandra Fernandes Bonfin Sávio</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Graciele Fernandes Bonfin</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p style="text-align: center;">participação na pesquisa, você será indenizado(a); ii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Leonardo Henrique Souza Vargas</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Thiago Henrique Vargas</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>
<p style="text-align: center;">participação na pesquisa, você será indenizado(a); iii) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Osmando Osmano Gomes</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Osmano Gomes</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>	<p style="text-align: center;">participação na pesquisa, você será indenizado(a); iv) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.</p> <p>Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.</p> <p>Telefone de contato da pesquisadora responsável: Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212. Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar) E-mail: karinkruger12@gmail.com</p> <p>Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa: Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634 Email: vagner@rosana.unesp.br</p> <p>Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jáu, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comitedeetica@fclar.unesp.br.</p> <p><i>Araraquara, 29 de maio de 2017</i></p> <p><i>Daniel Fernando Lamorga Horn Filho</i> Nome do Aluno</p> <p><i>Alessandra Neves Horn</i> Assinatura do participante (Pai ou Responsável)</p> <p><i>Karin Krüger</i> Assinatura da pesquisadora responsável</p>

- i) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara; (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Séries Humanas da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeetica@fclar.unesp.br.

Ana Paula , 29 de maio de 2017

ARTHUR OTÁVIO DANI MANTOVANI
 Nome do Aluno

Ana Paula Mantovani
 Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger
 Assinatura da pesquisadora responsável

- i) participação na pesquisa, você será indenizado(a);
 j) Você ficará com uma via desse documento e, em qualquer momento da pesquisa, você pode entrar em contato e esclarecer possíveis dúvidas com a pesquisadora principal, Karin Elizabeth Krüger Vieira por meio do telefone (16) 99963-6486.

Agradecemos sua colaboração e estamos à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Telefone de contato da pesquisadora responsável:
 Karin Elizabeth Krüger – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP); Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 - Bairro: Machados Araraquara-SP - CEP 14800-901 – Fone: (16) 3334-6212.
 Telefone pessoal: (16) 99963-6486 (ligações inclusive a cobrar)
 E-mail: karinkruger12@gmail.com

Endereço Institucional do Supervisor da Pesquisa:
 Professor Dr. Wagner Sérgio Custódio cadastrado no Programa de Pós Graduação em Educação Sexual – UNESP/ Araraquara: (16) 32092634
 Email: vagner@rosana.unesp.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.
 O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Séries Humanas da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara- UNESP, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263 – endereço eletrônico: comiteedeetica@fclar.unesp.br.

Ana Paula , 29 de maio de 2017

Nicolly Batista Lima
 Nome do Aluno

Nicolly Ap. Batista
 Assinatura do participante (Pai ou Responsável)

Karin Krüger
 Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - ATIVIDADES**IDENTIDADE - QUEM SOU EU**

Recorte e cole letras de revistas e jornais e forme abaixo o seu nome:



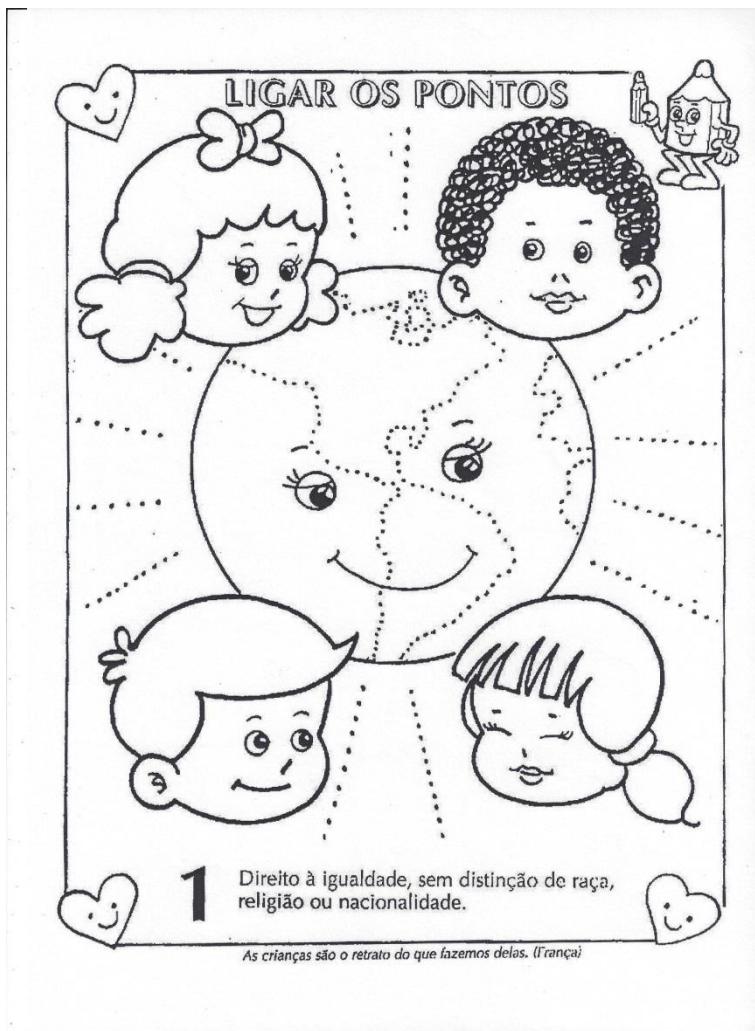
Você sabe como sua família escolheu seu nome?

Pergunte para alguém e descubra a história do seu nome!

Conte aqui:

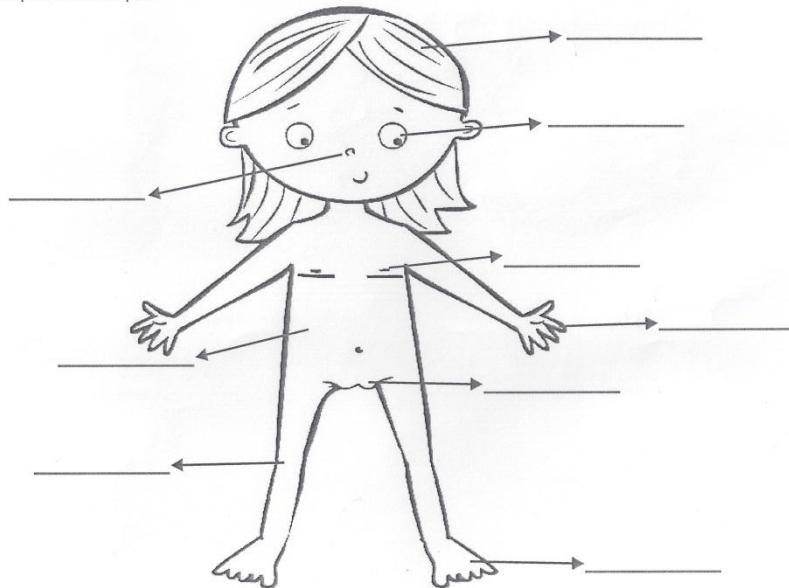


3



IDENTIDADE - O CORPO: MENINAS

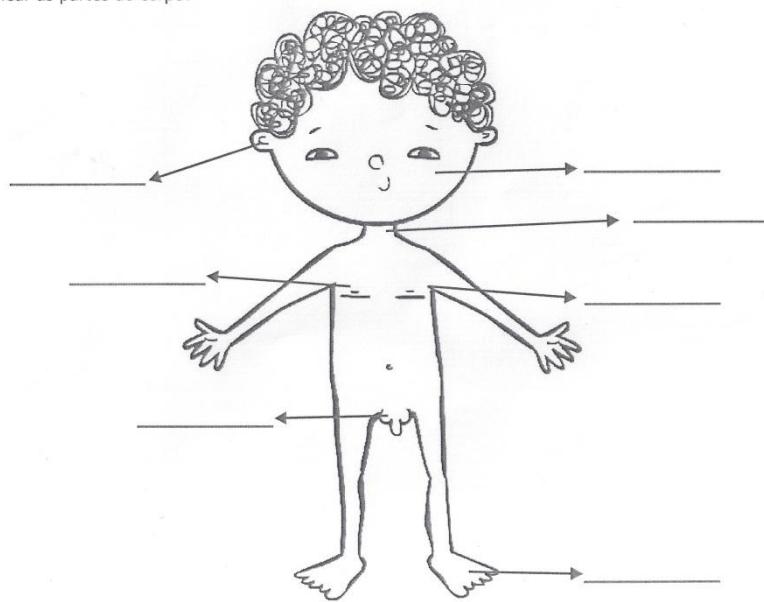
Vamos nomear as partes do corpo?



11

IDENTIDADE - O CORPO: MENINOS

Vamos nomear as partes do corpo?

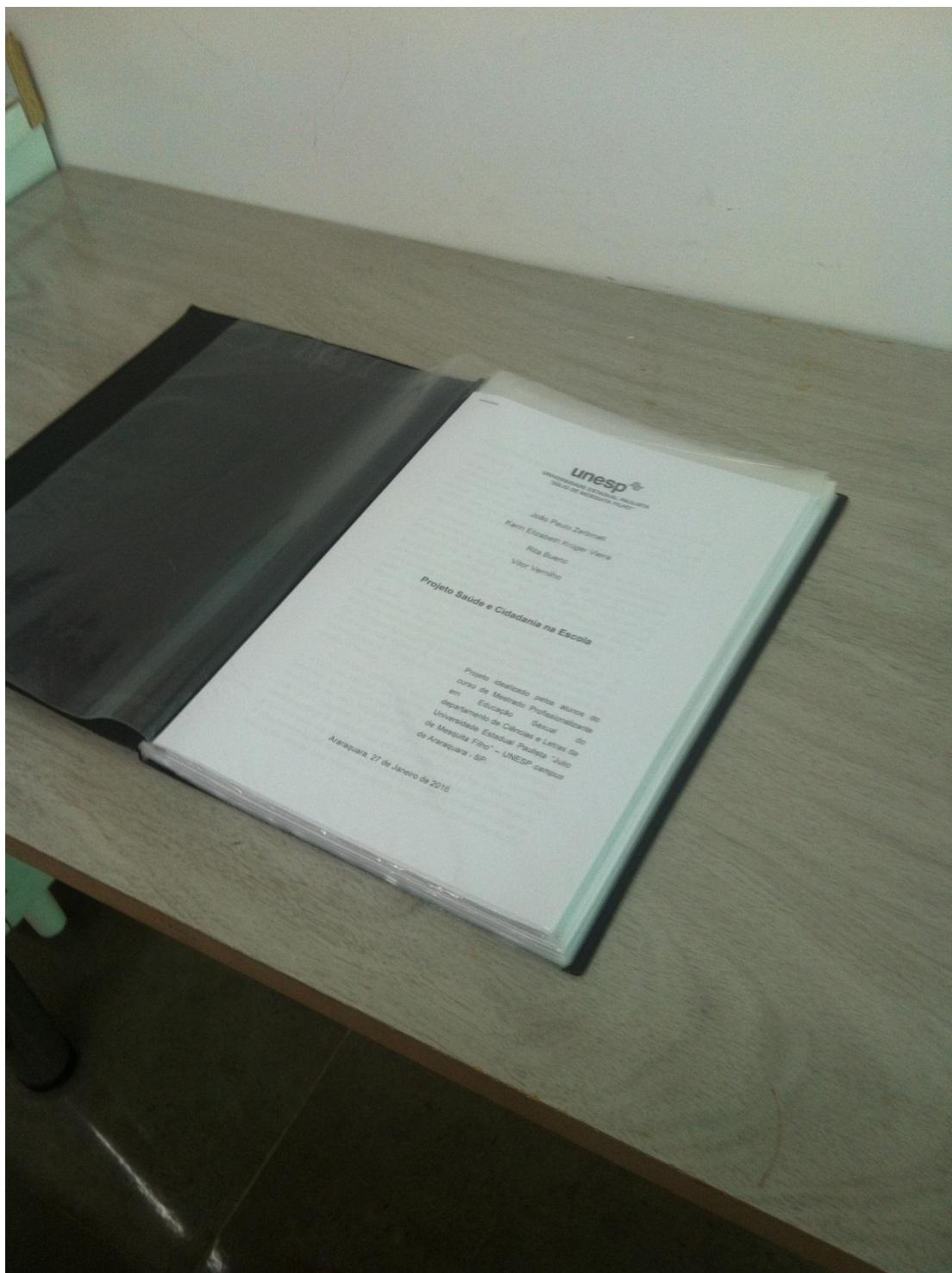


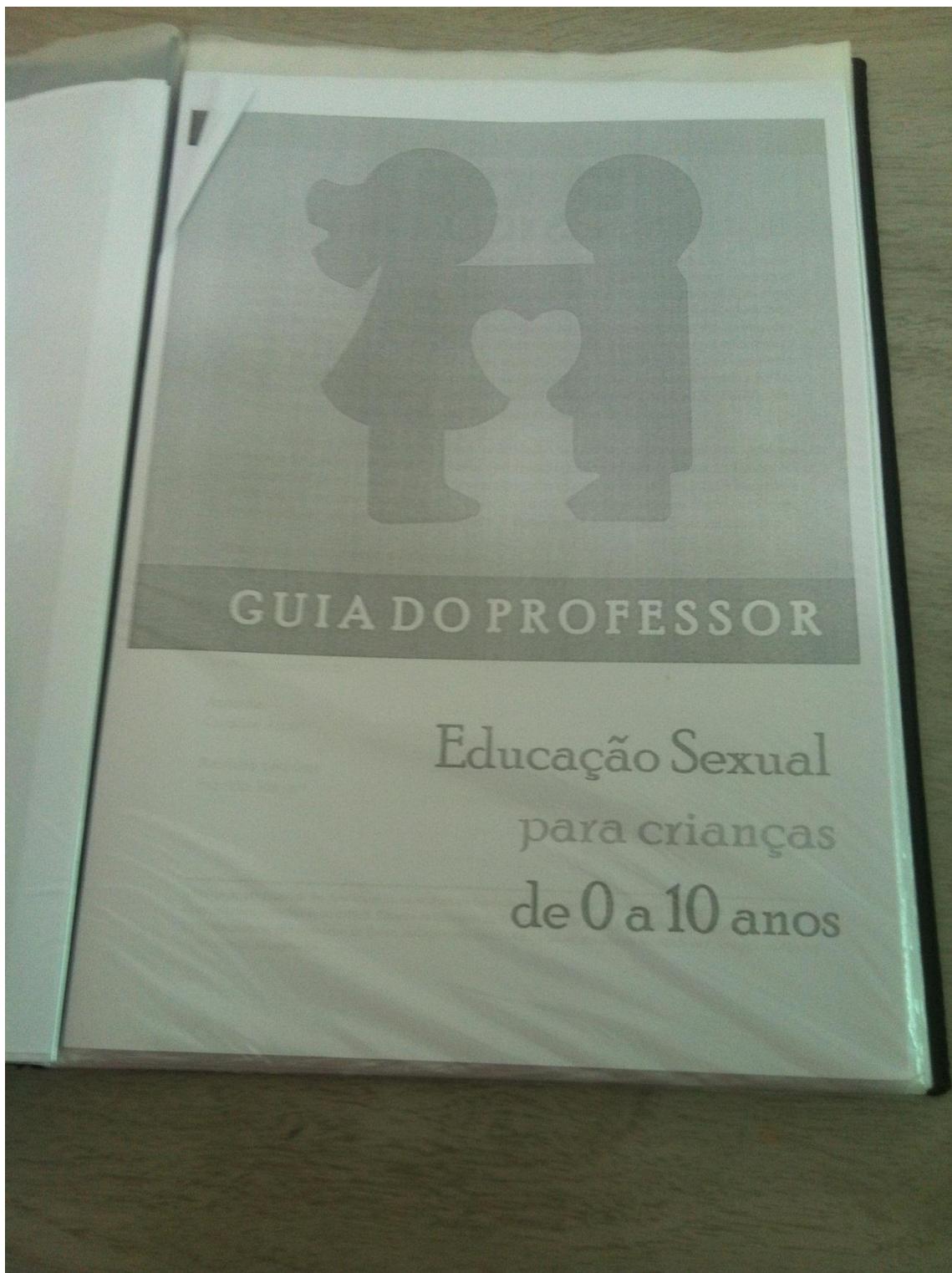
12

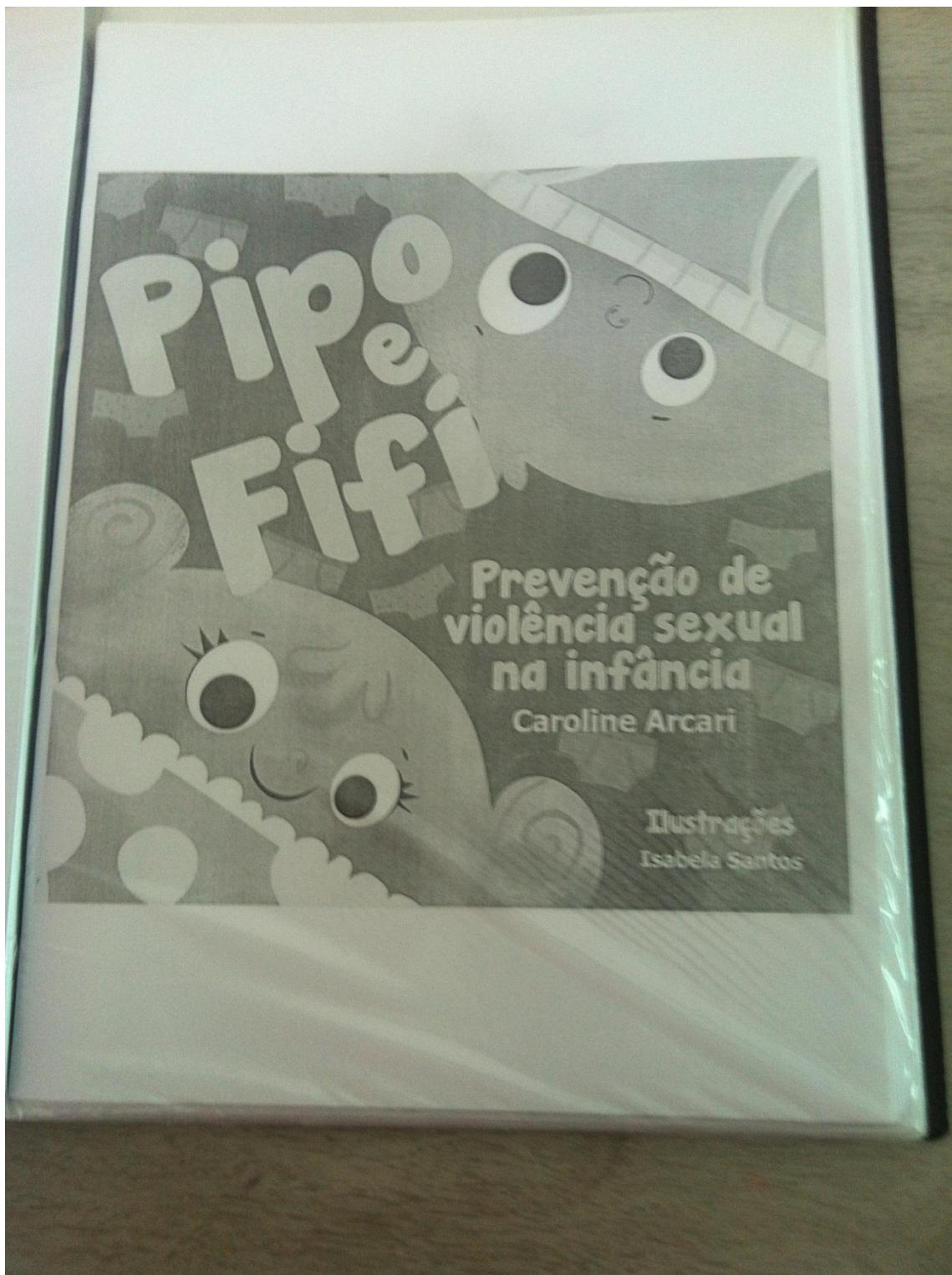
APÊNDICE 2 – PASTA COM O MATERIAL E O PROJETO DETALHADO

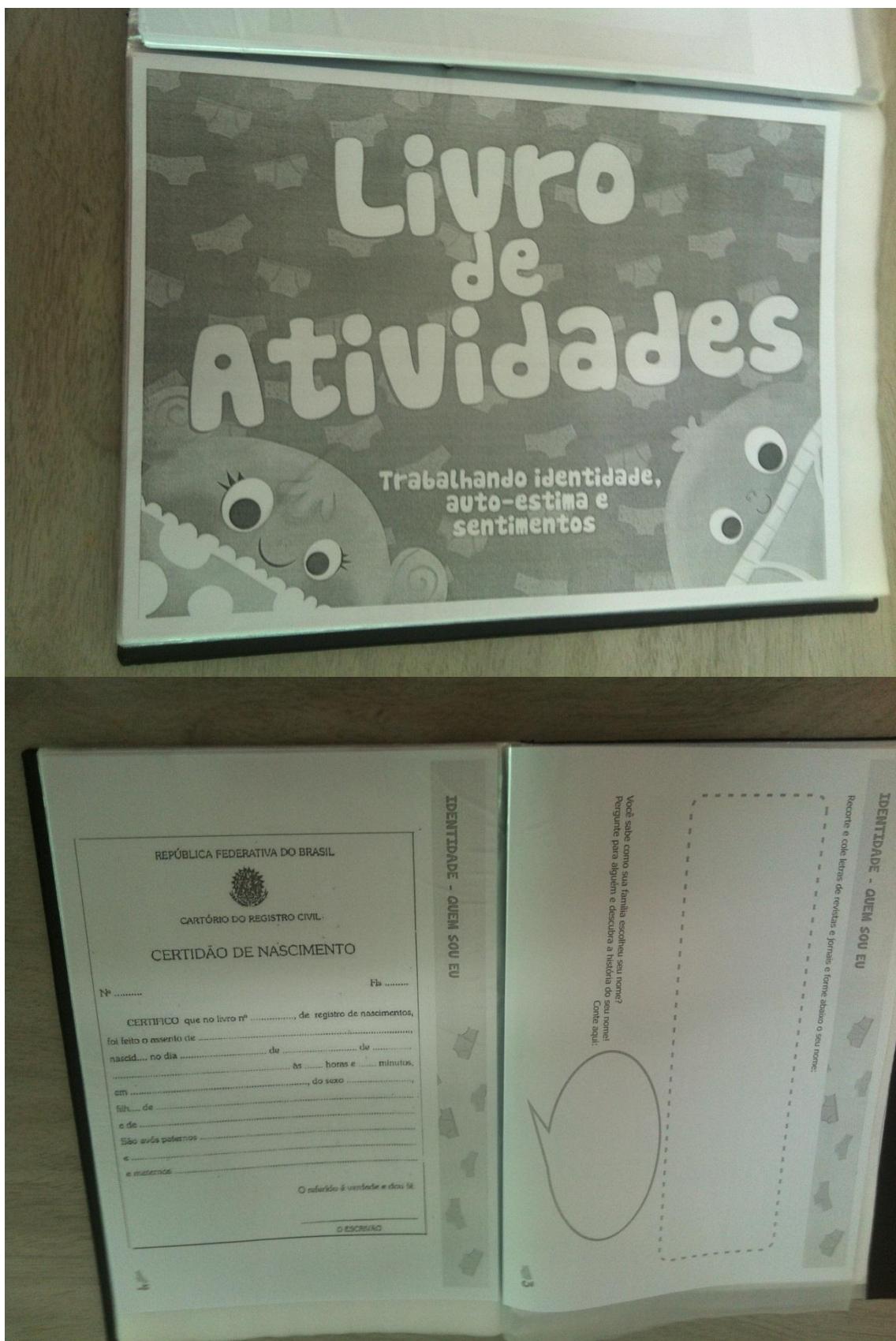
APÊNDICE 2 – PASTA COM O MATERIAL PARA CONSULTA

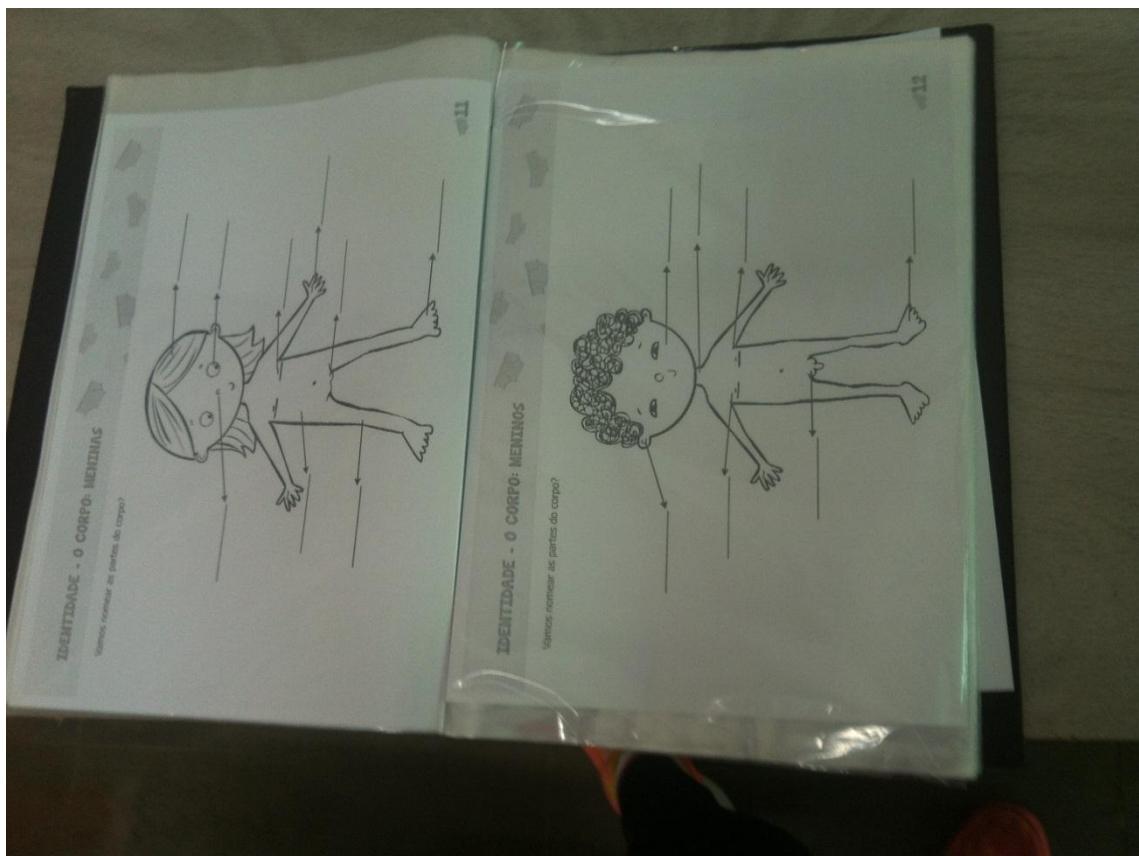






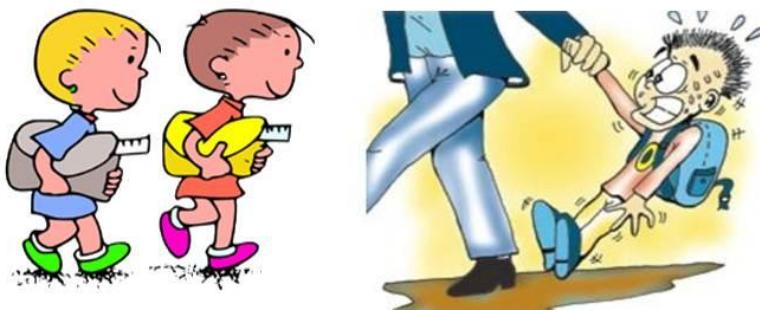






APÊNDICE 3 – CARTAS DO JOGO**HORA DO BANHO****HORA DE DORMIR**

VOCÊ GOSTA DA ESCOLA?



BRINCANDO COM O PAPAI



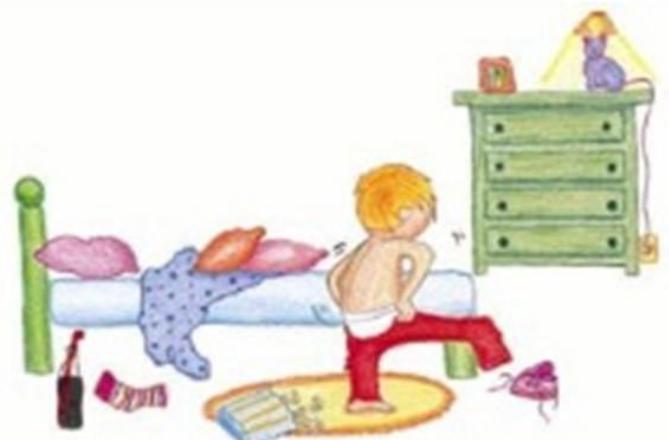
BRINCANDO COM A MAMÃE



BRINCANDO COM O IRMÃO OU IRMÃ



HORA DE TROCAR-SE



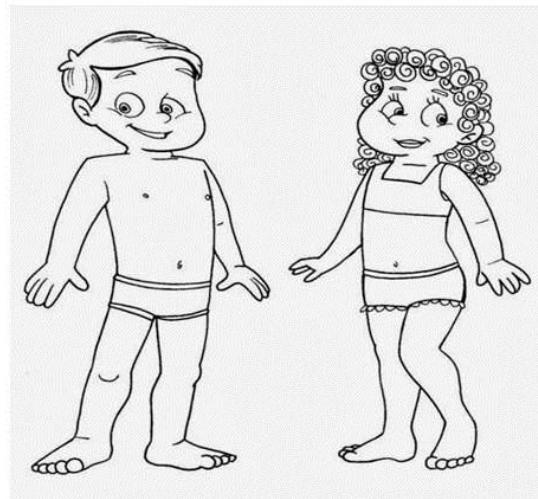
BULLING



EXISTE BRINQUEDOS SÓ DE MENINAS OU SÓ DE MENINOS?



MEU CORPO



RACISMO



**O QUE EU MAIS GOSTO
EM MIM?**



COMO EU GOSTARIA DE SER?



QUEM SOU EU?



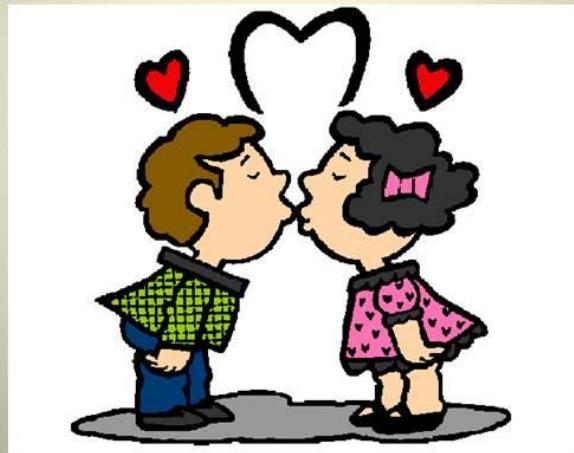
CRUSH



**VOCÊ SABE O QUE É
TRANSGÊNERO?**



PRIMEIRO BEIJO



MENSTRUAÇÃO



HOMOSSEXUALIDADE



A PRIMEIRA VEZ



MASTURBAÇÃO



SUICÍDIO



APÊNDICE 4 - LIVRETO

Trabalhando Educação Sexual nas escolas através do jogo “Me Conhecendo”



Krüger, Karin Elizabeth

Trabalhando Educação Sexual nas escolas através do
jogo “Me conhecendo”

Araraquara, 2017.

1 Educação Sexual. 2. Deficientes Intelectuais. 3 .
Material didático.

Sumário

O que é Educação Sexual	4
Como Trabalhar a Educação Sexual Nas Escolas	11
Inclusão – Jogo para Todos	12
Deficiências	14
Me Conhecendo	18
Referências	25

O que é Educação Sexual?

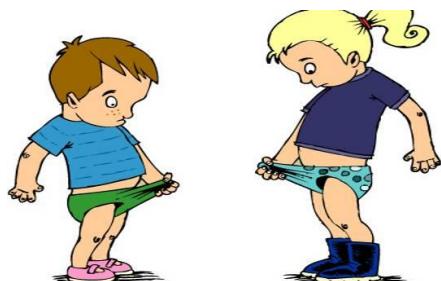
Falar em sexualidade é sempre algo difícil, algumas vezes até constrangedor, entretanto é fundamental entender que é necessário tocar neste assunto e para que isso se torne mais fácil e agradável que este livreto foi criado.

Este livreto é resultado do mestrado realizado no programa de educação sexual na UNESP Araraquara. A dissertação está disponível integralmente no site: <http://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/educacao-sexual/teses-e-dissertacoes/>

Este material foi desenvolvido de maneira apropriada para crianças e adolescentes para ser trabalhado em sala de aula e também está disponível no link: <https://karinkruger12.wixsite.com/educacaosexual>

É fundamental compreender a sexualidade desvinculando do discurso unicamente biológico, é necessário compreender o caráter social e cultural da sexualidade humana. Faz-se necessário ver a sexualidade como uma construção social, e a partir deste prisma compreender que o sexo biológico é só uma parte da sexualidade, que as pessoas não nascem prontas e nem determinadas a serem o que o “penis” ou a “vulva” representam para a sociedade.

Esta temática é discutida na maior parte das vezes de maneira informal e por isso nem sempre os temas são tratados da maneira correta.



O importante é compreender que não existe uma receita pronta e “respostas corretas”, é entender que nada tem apenas uma ótica ou uma explicação.

Geralmente discutimos gênero e sexualidade e suas relações com a educação pensamos na informalidade, que mobiliza informações sobre como lidamos com essa temática, entretanto as escolas como são espaço de produção e reprodução de saberes, faz-se necessário que tenha a intencionalidade de um currículo baseado no conhecimento científico.

Por este motivo vamos compreender melhor alguns conceitos e palavras mais utilizados durante a educação sexual:



Dicionário:

EDUCAÇÃO SEXUAL - A educação sexual busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo e a sexualidade como um todo, livre de preconceito e tabus. O tema é de extrema importância, pois esclarece dúvidas sobre preservativos, DSTs, organismo masculino e feminino, anticoncepcionais, gravidez, gênero, maxismo, entre muitos outros assuntos. O objetivo principal da educação sexual é preparar as crianças e os adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo e discutir sobre como a sexualidade influencia a vida de todos.

SEXO BIOLÓGICO – é o órgão sexual propriamente dito, “penis” ou “vagina”, a forma que a pessoa nasceu.

ORIENTAÇÃO SEXUAL – é o desejo que a pessoa tem por outras pessoas, pode ser, heterossexual, ou seja, tem desejo pelo sexo oposto, homossexual, que tem desejo pelo mesmo sexo ou bissexual, que sente desejo por ambos os sexos.



É muito importante saber que não é uma escolha, não é um afrontamento da criança e do adolescente sua orientação sexual. Por esse motivo não se usa mais o termo “opção sexual”, pois não é algo que se escolhe conscientemente.

GÊNERO - Butler é uma das maiores estudiosas sobre este assunto, para ela é necessário dissolver a dicotomia sexo x gênero. Ou seja em nossa sociedade estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais.

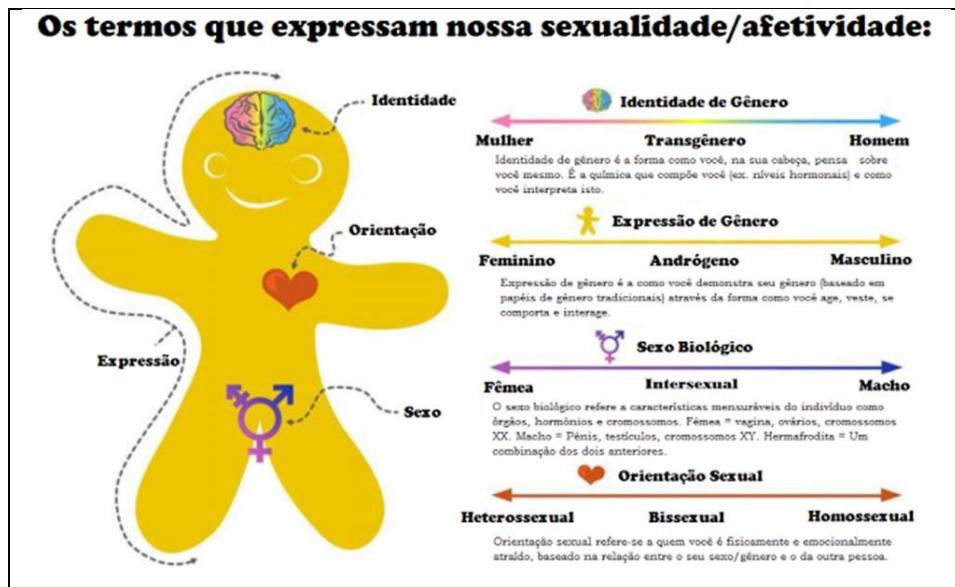
Em outras palavras: a criança está na barriga da mãe; se tiver pênis, é um menino, o qual será condicionado a sentir atração por meninas. Para dar um fim a essa lógica que tende à reprodução, Butler destaca a necessidade de enxergarmos novas possibilidades, nada é obrigatório e linear.

IDENTIDADE DE GÊNERO – Identidade de gênero é a maneira que a pessoa se identifica socialmente, ela pode se identificar como mulher ou homem, independente de seu sexo biológico e de sua orientação sexual. Isto mostra claramente que estes 3 fatores estão ligados mas não são consequências um do outro.

DST'S – doenças sexualmente transmitidas, existem muitas doença que são transmitidas através da relação sexual, é importante frizar que quando falamos em relação sexual nos referimos a qualquer tipo de contato íntimo, e não somente a penetração. Algumas doenças são tratadas como Sífilis e algumas não tem cura como a Aids, entretanto todas elas são igualmente prevenidas através de sexo seguro – usando camisinha! É muito importante desconstruir a idéia de que somente homossexuais ou prostitutas tem DST, qualquer pessoa que tem relacionamento sexual pode ter uma DST.



ABUSO SEXUAL – o abuso sexual não é caracterizado somente pela relação sexual, toda e qualquer maneira de expor, manipular, tocar ou até mesmo olhar para a criança pode ser caracterizado como abuso. Existe o abuso psicológico, que são chantagens e comportamentos agressivos verbalmente que também caracterizam abuso.



Quando falamos em gênero também não estamos falando somente no viés biológico, e sim no que a sociedade diz sobre o que é ser homem ou mulher, saberes que se constroem e que se modificam com a sociedade.

Uma coisa é a identificação que a pessoa tem sobre um determinado gênero. Como vimos, a partir de construções sociais vão se erigindo elementos que dizem o que é ser homem e o que é ser mulher. A forma como eu me expresso dentro dessa circunstância em nada se relaciona com o desejo sexual que eu possa ter, que é a minha orientação sexual.

Este é um assunto bastante extenso e necessita de muito estudo, por isso sugerimos alguns autores que são referência nos estudos da sexualidade tais como: Michel Foucault, Judith Butler, Berenice Bento, Guacira Louro, Marineide Figueiró, Paulo R. Ribeiro entre muitos outros.

Como Trabalhar a Educação Sexual Nas Escolas

O que Fazer

- ✓ **Ouvir a demanda dos alunos**
- ✓ **Falar claramente seu objetivo**
- ✓ **Ter um planejamento**
- ✓ **Falar as palavras certas (Penis, Vulva, Vagina, Ânus)**
- ✓ **Agir com naturalidade**
- ✓ **Criar um ambiente propício para conversas**

O que NÃO Fazer

- ✓ **Não julgar**
- ✓ **Não ditar regras**
- ✓ **Não procurar culpados**

Inclusão – Jogo para Todos

A Inclusão das crianças com deficiencias nas escolas é uma realidade, entretanto mesmo com uma forte política de inclusão social das pessoas com deficiências nas escolas, a falta de informação e de diálogo entre os educadores sobre a sexualidade destas crianças trazem prejuízos em seu desenvolvimento.



É por isso que este jogo que apresentamos aqui é tão interessante, ele é completamente inclusivo, podendo ser jogado por diversas faixas etárias de crianças e adolescentes, pode ser usado na educação formal, ou seja na escola ou na educação informal, em grupos de jovens, ONG's e etc.

É um jogo inclusivo porque suas regras e formato foram elaborados pensando como as crianças com deficiência Intelectual poderiam participar, mas ele também foi todo projetado permitindo que as crianças com deficiência auditiva possam jogar, pois pode-se fazer mímica ou desenhar, as crianças cegas, pois as cartas tem os dizeres em Braile e como não é preciso se levantar para representar, pode-se contar uma história ou cantar, por exemplo, ele também favorece as crianças com deficiências físicas.

Deficiências

Deficiência: " Toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano. " (Decreto 3.298/99)

1. **Deficiência Mental:** Ela manifesta-se antes dos 18 anos e caracteriza-se por registrar um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, com limitações associadas a duas ou mais áreas de conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade. (Associação Americana de Deficiência Mental - AAMD). A deficiência mental pode ser de nível: Leve, Moderado ou Severo.
2. **Deficiência Auditiva:** Perda total ou parcial da capacidade de ouvir. A perda da audição pode ser dividida em perda do tipo neuro - sensitivo e perda do tipo condutivo. O tipo condutivo do defeito permite, em geral, tratamento médico ou cirúrgico.
3. **Deficiência Visual:** A deficiência visual engloba tanto a cegueira como a baixa visão. Portanto apresenta-se nesse trabalho a definição de ambos os níveis de deficiência visual: CEGOS: Apresentam perda total ou parcial da visão em tal grau que necessitem de métodos Braille como meio de leitura e escrita ou de outros métodos e recursos para auxiliá-los.

PARCIALMENTE CEGOS: Embora com distúrbios de visão, possuem resíduos visuais em tal grau que lhes permitem ler textos impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. **DALTONISMO:** Resulta da sensibilidade diminuída a certas faixas do espectro e torna impossível, difícil e muito perigoso para a pessoa participar de certas atividades de ocupações que exigem sensibilidade normal às cores distinguidas pelas pessoas de vista normal.

4. **Deficiência na Linguagem:** A fala é considerada defeituosa quando a maneira de falar interfere na comunicação, quando a maneira de falar da pessoa distrai a atenção daquilo que é dito, ou quando a fala é de tal ordem que o próprio falante se sente indevidamente constrangido ou apreensivo acerca de sua maneira de falar.
5. **Deficiência Múltipla:** Para a Fundação Educacional do Distrito Federal - FEDF, deficiência múltipla é aquela em que o indivíduo apresenta distúrbios graves e profundos. Citando Gallagher, a FEDF, considera que todos os indivíduos com deficiência mental moderada ou profunda, que tem pelo menos uma outra deficiência (auditiva, visual, parálisia, etc.), são portadores de deficiência múltipla. A deficiência múltipla caracteriza-se por retardo mental associado com outra incapacidade física. Pode -se observar nesse grupo problemas emocionais junto com outras excepcionalidades. Outra definição pertinente considera que deficiência múltipla consiste em mais de uma deficiência nas áreas, sensorial, física ou mental.
6. **Deficiência Motora:** Refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. A pessoa com deficiência motora é incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas e apresenta defeitos físicos com alterações ortopédicas ou neurológicas, necessitando de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação.
7. **Deficiência Física:** " Pessoa Portadora de Deficiência Física é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraplesia, monoplegia, monoparesia, teraplegia, tetraparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, parálisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções. "(Lei nº 10.690 de 10 de junho de 2003). A deficiência física engloba vários tipos de limitação motora. As deficiências físicas podem ser divididas em duas espécies: congênitas, aquelas que acompanham o indivíduo desde a

concepção, e adquiridas, todas que vierem a se estabelecer ou afetar os "modos de ser do físico" da pessoa" normal", ao longo de sua existência.



Download from
Dreamstime.com
This watermarked copy image is for previewing purposes only.

44935260
Umnola | Dreamstime.com

Me Conhecendo – O Jogo

COMO FUNCIONA O JOGO?

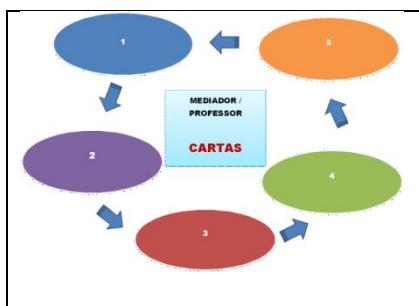
O Jogo “ME CONHECENDO” é uma brincadeira criada para trabalhar a questão das sexualidade nas escolas (ou em outros ambientes como ONG`S, associações, etc.) com as crianças de todas as idades, pois permite selecionar as cartas conforme as faixas etárias e as demandas específicas de cada local.

O jogo foi criado inicialmente com um tapete para todos sentarem-se próximos, onde elas vão poder expressar livremente suas ideias e sentimentos sobre diversos assuntos. O tapete é usado principalmente para grupos com crianças pequenas, menores de 6 anos ou com as crianças deficientes, pois facilita o entendimento da ordem de jogar, o ambiente que devem ficar, entretanto não é obrigatório o uso do tapete.

O **mediador** é um professor ou jogador que já conheça o jogo. O papel do mediador será de estimular a fala e organizar a ordem, mas nunca de reprimir, a figura do mediador é muito importante durante o jogo, pois cabe a ele selecionar previamente todas as cartas que podem ser usadas durante esta jogada conforme a faixa etária do grupo e se tem alguma questão que necessita ser tratada durante o jogo. Além disto ele deve ler com antecedência todo este livreto que auxiliará na condução do jogo sem interferir na expressão das crianças e algumas dicas para poder estimular as falas quando o grupo for tímido e deixar todo o material disponível para ser usado de fácil acesso, como papel e lápis, caso seja necessário.

Cabe ao mediador também controlar o tempo, que pode variar muito dependendo de quem está jogando, sugerimos por exemplo que para crianças entre 6 e 10 anos o tempo de preparação seja de 5 minutos e o de execução seja de mais 5 minutos, já se for um grupo de adolescentes, este tempo pode mudar, pode ser menor.

Imagen do Tapete



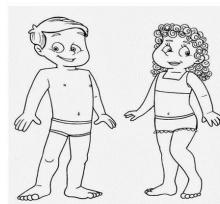
O objetivo do jogo é que a criança tenha um espaço para poder conversar e expressar sobre questões do dia-a-dia. O jogo chama-se “ME CONHECENDO” pois pretende que a criança fale de si mesma, do que gosta, do que a angustia, do seu corpo e de seus sentimentos.

EXISTE BRINQUEDOS SÓ DE MENINAS OU SÓ DE MENINOS?



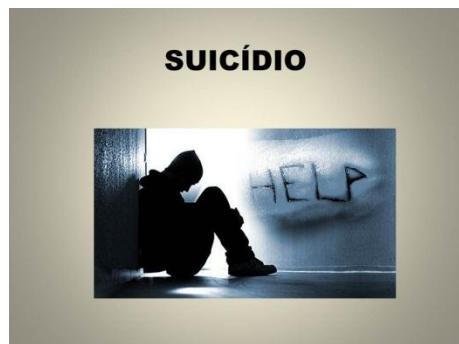
As CARTAS contém os assuntos a serem tratados através de fala, mímica, musica, teatro, qualquer forma de expressão escolhida PELA CRIANÇA.

MEU CORPO



O mediador deve considerar o tempo disponível para o jogo e dividir entre as equipes, para que todos possam jogar pelo menos 1 rodada.

BULLING



O jogo pode ser jogado em grupos ou cada criança pegando a carta, isso também fará a criança pensar se a sua rotina é igual ou diferente da de outras crianças e se existe “algo estranho” para ser conversado sobre isso.

Claro que o jogo leva em

consideração a faixa etária das crianças, assim, temos cartas de cores diferentes para faixas etárias diferentes, com questões próprias e angustias destas idades.



O jogo permite ainda que cartas sejam criadas pelas instituições, para levantar questões próprias de cada região, ou problemas que estão passando naquele momento e que devem ser debatidos.

REGRAS DO JOGO

- ✓ **O MEDIADOR** é um professor ou jogador que já conheça o jogo ele pode dar algumas dicas para estimular as falas quando o grupo estiver tímido e deixar todo o material disponível para ser usado em fácil acesso, como papel e lápis, caso seja necessário.
- ✓ **AS CRIANÇAS** devem se dividir em grupos ou cada participante se posiciona em uma cor do tapete, irá seguir a ordem numérica que está no tapete. Cada participante ou grupo de participantes irá sortear uma carta na caixa que está com o mediador e terá um tempo para planejar a ação, ou seja se reunem para pensar em qual estratégia irão utilizar, e outro tempo para executar o planejado.
- ✓ As crianças podem: falar, desenhar, fazer mímica, cantar, interpretar (teatro), sobre o assunto da carta, se estiverem jogando em grupo, elas devem entrar em um consenso para a sua apresentação. As outras crianças podem adivinhar, quando for o caso, ou esperar terminar para comentar sobre o assunto.
- ✓ **CRONÔMETRO** ou ampulheta, é usado para controlar o tempo, no jogo acompanha um cronometro digital simples, que ficará com o mediador, mas este também pode ser trocado para crianças menores ou com deficiência por uma ampulheta grande.
- ✓ Pode-se jogar uma rodada, onde cada grupo ou criança joga uma vez, ou pode-se jogar mais vezes, dependendo muito do tempo disponível para a execução do jogo.

OBSERVAÇÕES

Alguns grupos são mais quietos, tímidos, outros já querem falar demais, alguns assuntos são bem simples, do dia-a-dia, outros já “tocam nas feridas” deles, é muito importante que o mediador fique atento para as angustias do grupo, para as questões que podem surgir durante uma partida e que não serão resolvidas naquele momento. Sempre que achar-se necessário, peça ajuda para um profissional, um psicólogo ou um orientador dentro a instituição para conversar com a pessoa individualmente ou com todo o grupo, quando for o caso.

O objetivo do jogo é levantar questões pessoais, estimular as crianças a falarem sobre si, mas sabemos que alguns casos são mais sérios e precisarão de ajuda profissional. Não se sintam mal com isso, muito pelo contrário, o jogo deve ajudar como um “diagnóstico” para perceber que algo de errado pode estar ocorrendo com a criança e essa é a chance de ajuda-la.

Algumas atitude de raiva, de tristeza, choro ou quietude podem expressar o que ela esta sentindo e passando, não se deve generalizar, mas não é comum uma criança começar a chorar e querer sair do jogo com uma carta sobre o banho, isso pode indicar que alguém pode estar abusando desta criança.

Referências

BUTLER, JUDITH. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

FOUCALT, MICHEL. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collége de France. São Paulo: Loyola, 2006

LOURO, GUACIRA L. **O corpo Educado:** Pedagogias da sexualidade Belo Horizonte: Autêntica, 1999

PREVITALLI, I.M., VIEIRA, H.E.S. **Educação e diversidade** – Londrina. Ed. e Distribuidora Educacional S.A., 2007

RIBEIRO, PAULO RENNES MARÇAL ET AL. (org) **Sexualidade, gênero e Educação Sexual: diálogos Brasil-Portugal.** Araraquara: Publicações CIEd/Padu Aragon, 2014

VAGULA, E. VEDOATO, S. C. M. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais.** Londrina: UNOPAR, 2014.

Contato com a pesquisadora: [karinkruger12@gmail.com](mailto:karkinruger12@gmail.com)